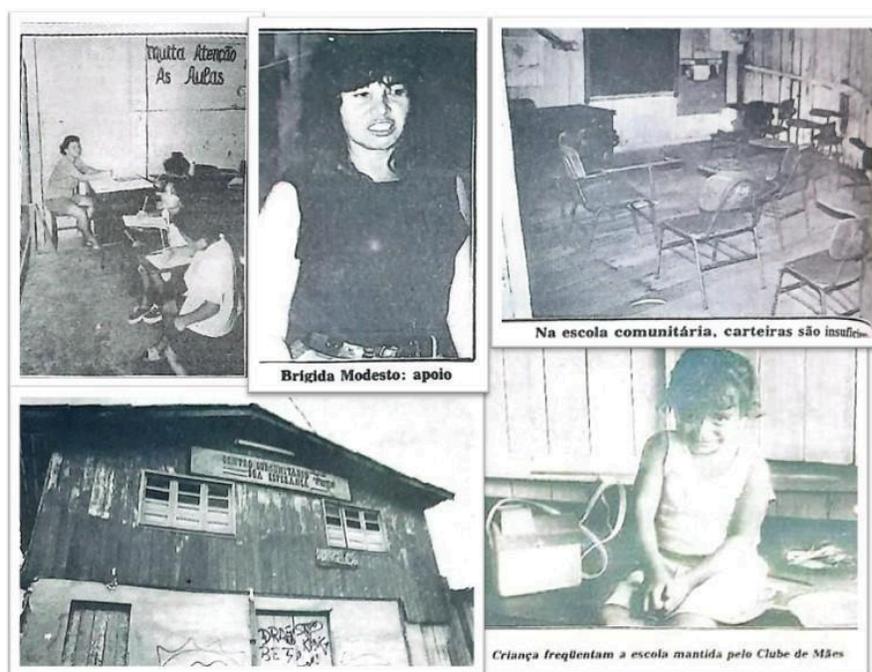




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LAISE EVANGELISTA DE MIRANDA

AS PRÉ-ESCOLAS COMUNITÁRIAS CRIADAS NO BAIRRO
DA SACRAMENTA - BELÉM-PA: UM ESTUDO A PARTIR DO
JORNAL DOS BAIRROS (1987-1991)



BELÉM-PA
2025

LAISE EVANGELISTA DE MIRANDA

**AS PRÉ-ESCOLAS COMUNITÁRIAS CRIADAS NO BAIRRO
DA SACRAMENTA - BELÉM-PA: UM ESTUDO A PARTIR DO
JORNAL DOS BAIRROS (1987-1991)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, Linha de História da Educação, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Welington da Costa Pinheiro

**BELÉM-PA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M672p Miranda, Laise Evangelista de.
AS PRÉ-ESCOLAS COMUNITÁRIAS CRIADAS NO
BAIRRO DA SACRAMENTA - BELÉM-PA: : UM ESTUDO A
PARTIR DO JORNAL DOS BAIRROS (1987-1991) / Laise
Evangelista de Miranda. — 2025.
149 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Weligton da Costa Pinheiro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Belém, 2025.

1. Educação Compensatória. 2. Pré-escola. 3. História da
Educação Comunitária. 4. Bairro da Sacramento. I. Título.

CDD 370

LAISE EVANGELISTA DE MIRANDA

**AS PRÉ-ESCOLAS COMUNITÁRIAS CRIADAS NO BAIRRO DA
SACRAMENTA - BELÉM-PA: UM ESTUDO A PARTIR DO JORNAL
DOS BAIRROS (1987-1991)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará - UFPA, Instituto de Ciências da Educação - ICED, na linha de pesquisa História da Educação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Data da avaliação: 06 / 02 / 2025

Conceito: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wellington da Costa Pinheiro (Orientador)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves
Universidade Federal do Pará (UFPA) (interna)

Dra. Tânia Regina Lobato dos Santos
Universidade do Estado do Pará (externa)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e lhe dou a honra pois me concedeu o dom da vida e me sustentou em cada dia e em cada noite a qual me dediquei no curso de Mestrado e nesses dois anos operou grandes milagres em minha saúde e vida para que eu chegasse até a conclusão desta dissertação.

Além disso, é a minha mãe Regiane a quem eu inicio os agradecimentos pessoais desta dissertação, pois ela em todo tempo me incentivou e cuidou de mim seja com ações ou orações nesses anos. Também, sou grata ao meu pai Luiz e ao meu irmão Miguel por me ajudarem neste tempo, tudo o que eu consegui concluir é uma vitória coletiva. Sei que por ser de baixa renda e periférica, tive dificuldades ao escolher o caminho dos estudos e insistir na pós-graduação. Mas, com vocês ao meu lado eu encontrei o meu lugar e resisti.

Gratidão ao meu cúmplice de vida Lucas que sempre esteve comigo e me incentivou nessa jornada com palavras, ações e amor. Também, sou grata às amigas que fiz no mestrado: Julienne, Luciana e Tarcila. Obrigada pelas palavras de afirmação, abraços e cuidados que foram fundamentais para concluir essa etapa. No rol das amigas antigas destaco Adriele, Izabelle, Roger e Zé. Obrigada por me incentivarem e estarem comigo nos dias bons ou ruins.

Dedico *in memoriam* a Alcira, minha querida avó que me educou e sonhou com momentos como esse. Gratidão ao meu avô Miguel e a todos os meus familiares que acompanharam minha trajetória de estudo de perto. Obrigada a minha amada igreja Batista Semeando, pelas orações e palavras que me fizeram chegar até aqui com fé.

A CAPES sou grata pela concessão da bolsa de mestrado nesses dois anos, pude permanecer, me dedicar e tive acesso a diversas experiências no ambiente da pós graduação e pude realizar com qualidade a participação em eventos, viagens e afins que são de suma importância nessa caminhada.

Ao PPGED-UFPA agradeço pela formação e pelo contato com profissionais competentes, agradeço aos grupos de pesquisa que faço parte Gepéf e Gepheia. Obrigada ao professor Dr. Wellington Pinheiro pela amizade e orientações. E gratidão à banca examinadora Dr. Laura Alves e Dr. Tânia Santos pelas valiosas contribuições que permitiram o avanço da minha dissertação. Por fim, um viva a educação pública e de qualidade!

As creches comunitárias são vistas como um instrumento importante da luta da população pelo melhoramento de suas condições de vida; elas tocam muitos aspectos essenciais e exigem uma longa e cotidiana prática que pode terminar se traduzindo em experiência social e política.

(Filgueiras, 1994, p.27)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as diversas iniciativas de educação compensatória no Bairro da Sacramento, periferia de Belém-PA, de forma a abordar as propostas educacionais defendidas por instituições públicas e privadas, com intenção de fornecer apoio educacional não suprido pelas instituições formais, contribuindo a sua maneira alinhados com as comunidades (ou não), e utilizando como fonte principal o *Jornal dos Bairros*, fascículo disponibilizado pelo jornal paraense *O Liberal*, que apresentava as diversas problemáticas e demandas sociais da Sacramento e de outros bairros. O enfoque dessas fontes está concentrado nas questões educacionais pré-escolares, de forma a ser analisado utilizando diversas autoras como Kramer (2011), que discute as diversas propostas sobre o sistema pré-escolar, abordando suas práticas, políticas públicas e os grupos sociais a quem eram direcionados. Além desta, Rosemberg (1997), analisa em aspectos gerais e específicos a maior instituição nacional de apoio social dentro do recorte histórico da pesquisa, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e seus projetos tangentes (Creches Casulo). Outra importante autora é a Drouet (1990), que analisa as questões sobre a pré-escola direcionada aos mais pobres, tais como as diversas iniciativas estatais (ou não), que abordam essa questão educacional para as comunidades periféricas. Os resultados dessa produção destacam que a educação pré-escolar comunitária na Sacramento se construiu principalmente a partir dos convênios com órgãos públicos, privados ou com o auxílio da comunidade. Além disso, observou-se que a falta de estrutura era uma constante na maioria desses espaços. E, por fim, as fontes jornalísticas mostram-se como uma fonte rica para originar pesquisas em história da infância.

Palavras Chave: Educação Compensatória; Pré-escola; História da Educação Comunitária; Bairro da Sacramento.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze the various compensatory education initiatives in the Sacramento district, on the outskirts of Belém-PA. In order to address the educational proposals advocated by public and private institutions, with the intention of providing educational support not provided by formal institutions, contributing in their own way aligned with the communities (or not), and using as a main source the *Jornal dos Bairros*, an issue made available by the Pará newspaper *O Liberal*, which presented the various problems and social demands of Sacramento and other neighborhoods. The focus of these sources is on pre-school educational issues, which are analyzed using various authors such as Kramer (2011), who discusses the various proposals for the pre-school system, addressing its practices, public policies and the social groups to whom they were directed. In addition to this, Rosemberg (1997) analyzes in general and specific aspects the largest national social support institution within the historical scope of the research, the Brazilian Assistance Legion (LBA) and its tangent projects (Creches Casulo), another important author is Drouel (1990), who analyzes the issues of preschool aimed at the poorest, as well as the various state (or not) initiatives that address this educational issue for peripheral communities. The results of this production show that community pre-school education in Sacramento was built mainly on the basis of agreements with public or private bodies, or with the help of the community. In addition, it was observed that the lack of structure was a constant in most of these spaces. Finally, journalistic sources are a rich source for research into the history of childhood.

Keywords: Compensatory Education, Pre-school, History of Community Education, District of Sacramento.

LISTA DE SIGLAS

CAC- Centro Alternativo de Cultura
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENTUR- Centro Cultural Tancredo Neves
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
FBESP- Fundação do Bem Estar Social do Pará
FMAE- Fundação de Assistência Estudantil
FUNPAPA- Fundação João XXIII
ICSA- Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas
LBA - Legião Brasileira de Assistência
MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização
NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONU- Organização das Nações Unidas
UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, ciência e Cultura
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância
SAM- Serviço de Assistência a Menores
SEMEC- Secretaria Municipal de Educação de Belém
SEDUC- Secretaria de Educação do Pará
CEASA- Companhia de Abastecimento S. A.
PIBID- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PREAVER- Projeto de Educação em Áreas Verdes
PPGED/UEPA- Programa De Pós-Graduação Em Educação Da Universidade Do Estado Do Pará
PPGED/UFPA- Programa De Pós-Graduação Em Educação Da Universidade Federal Do Pará
PUC-SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UFBA- Universidade Federal da Bahia
UFAM- Universidade Federal do Amazonas
UFF- Universidade Federal Fluminense
UFPA- Universidade Federal do Pará
UFSC- Universidade Federal de São Carlos
UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESP- Universidade Estadual Paulista

USP- Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Dissertações e Teses encontradas no banco da Capes.....	14
Quadro 02 - Dissertações e Teses encontradas no NAEA.....	17
Quadro 03: Banco de dissertações do PPGED-UFPA.....	19
Quadro 4- Produções do PPGED-UEPA ligadas pré-escola e educação comunitária	21
Quadro 5- Produções do PPGSS-UFPA na temática da educação comunitária.....	22
Quadro 6- Características das matérias que retratam as pré-escolas da Sacramenta	34
Quadro 7: Centros comunitários encontrados no primeiro recorte da pesquisa.....	58
Quadro 8: Informação sobre quantidade de alunos na educação conveniada municipal de Belém.....	66
Quadro 9: Ações Inventariadas a partir do Jornal dos Bairros a respeito da atuação LBA na Sacramenta.....	73
Quadro 10 - Ações Inventariadas a partir do Jornal dos Bairros a respeito das ajudas implementadas pela FMAE na Sacramenta.....	78
Quadro 11 - Ações Inventariadas a partir do Jornal dos Bairros a respeito da atuação da SEMEC na Sacramenta.....	85
Quadro 12: Instituições apoiadas diretamente pelas comunidades.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organização de um volume do Jornal dos Bairros.....	28
Figura 2- Manchete do Encarte.....	28
Figura 3 - Pontes e estivas foram conquistas da entidade comunitária Boa Esperança.....	65
Figura 4 - Creche Comunitária da Sacramentoa em 1997.....	81
Figura 5 - Escola dos Escoteiros do Mar de São Jorge na Sacramentoa.....	91
Figura 6 - Crianças próximo a fachada da sede do Clube de Mães da Sacramentoa.....	94
Figura 7 - Centro Comunitário São José.....	100
Figura 8 - Situação das goteiras na Escola São Benedito.....	102
Figura 9 - Crianças no espaço do Centro Comunitário 1º de Setembro.....	105
Figura 10 - Crianças e a falta de material no Escoteiros do Mar de São Jorge.....	110
Figura 11 - Presidente (Maria) do Clube de Mães Santa Inês.....	124
Figura 12- Líder (Brígida) do Clube de Mães da Sacramentoa.....	125
Figura 13- Líder (Laudemar) do Centro Comunitário Irmãos Unidos.....	127

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Motivações da pesquisa	10
1.2. Estado do Conhecimento	13
1.3. Problema e Objetivos da Pesquisa	24
1.4. A pesquisa documental e o uso de jornais como fonte histórica	28
1.5. O <i>corpus</i> documental	32
1.6. Referencial Teórico Metodológico	36
1.7. Estruturação do texto	40
2. A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE NO BRASIL E EM BELÉM-PA	42
2.1. Principais políticas brasileiras e instituições educativas destinadas à infância no Brasil Republicano	42
2.2 A educação da infância pobre em Belém do Pará: o caso do bairro da Sacramento	55
2.3 Breve histórico-educativo do bairro da Sacramento	62
3. OS ÓRGÃOS MANTENEDORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA NA SACRAMENTA, NOTICIADOS NO JORNAL DOS BAIRROS	70
3.1 Legião Brasileira de Assistência - (LBA)	71
3.2 As entidades públicas mantenedoras das pré-escolas comunitárias: FMAE, Fundação Rondon, FUNPAPA, SEDUC e SEMEC.	77
3.3 Os mantenedores particulares da comunidade da Sacramento	87
4. PARA ALÉM DE UM “CANAL DE SUB-EDUCAÇÃO”: CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, LUTAS E REIVINDICAÇÕES NAS PRÉ-ESCOLAS DO BAIRRO DA SACRAMENTA-BELÉM/PA.	99
4.1 Escolas Comunitárias: a questão estrutural e a falta de apoio nas atividades	100
4.2 As lideranças comunitárias no processo de organização das pré-escolas	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	134

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de investigação a criação das pré-escolas comunitárias criadas no bairro da Sacramenta, situado em Belém do Pará, na intenção de suprir a carência educacional formal na periferia. O estudo se propõe a identificar as lideranças comunitárias envolvidas, os mantenedores desses espaços de educação na comunidade, as atividades educativas desenvolvidas, a estrutura e as condições de funcionamento desses estabelecimentos. A pesquisa está inserida no campo da História da Educação em interface com a História da Infância e está vinculada à linha de História da Educação do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

1.1. Motivações da pesquisa

O interesse pela temática da educação comunitária dentro do bairro periférico da Sacramenta no período do fim dos anos 80 e começo dos anos 90 tem suas origens a partir do reconhecimento da importância dessas iniciativas educacionais criadas para possibilitar o acesso à educação para a população pobre, tendo em vista que sou fruto do cursinho municipal de Ananindeua, que foi uma experiência necessária para a construção das minhas visões de sala de aula e da importância do apoio dado pela prefeitura aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, fornecendo aulas, materiais e tudo necessário para prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A motivação para desenvolver pesquisas em educação, com foco em áreas periféricas, também, tem relação com uma experiência que marcou minha trajetória no decurso da minha formação em licenciatura em História, na Universidade do Estado do Pará (2017-2021), no que diz respeito às ações desenvolvidas durante as disciplinas de estágio, prática e como bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), no período de 2018 a 2019, cujas atividades ocorreram dentro de uma escola pública no bairro da Sacramenta.

A minha relação com o bairro da Sacramenta iniciou-se também no ano de 2018 por meio da disciplina prática III, ministrada pelo professor Marcos Alexandre, o qual nasceu e se criou nesta região. No decorrer dessa disciplina, tive uma imersão direta na história de luta desse bairro, por meio de leituras e atividades que nos levaram a conhecer, por exemplo, a Igreja de São Sebastião, que nos anos de 1980, com o apoio de seus religiosos tornou-se um local em que os

moradores se reuniam para discutir problemas relacionados a falta de moradia, saneamento básico e a educação pública, e, juntos, traçavam metas para melhorar a vida nessa localidade.

Ao finalizar a disciplina de prática III, eu e meus colegas de turma tivemos que expor em uma escola pública dessa comunidade diversos trabalhos que traçavam uma linha histórica a respeito da Sacramenta, que ia desde a origem do bairro, ruas principais, criação das primeiras escolas e assuntos afins. Esses movimentos relacionados à educação me fizeram perceber que esta era uma comunidade que enfrentou problemas para ter estabelecimentos de educação pública, pois não foi um bairro planejado, o que no decorrer do tempo, me fez perceber que o meu envolvimento com essa história de luta, a minha trajetória de gostar de estudar sobre movimentos sociais e a identificação de fontes relativas a educação nessa comunidade me ajudaram a construir essa dissertação.

No PIBID, foram desenvolvidos alguns projetos educativos que valorizavam a História do bairro e o cotidiano dos alunos, bem como a luta pelo direito de morar e a falta de recursos básicos que essa comunidade enfrentou desde as suas origens, pois essa localidade surgiu de invasões de áreas que eram do Estado. Essas constatações foram organizadas a partir do levantamento de dados bibliográficos produzidos e de relatos que frequentemente se ouviam a partir das falas dos alunos daquela escola, o que possibilitou construir a memória do bairro em questão. Após a finalização do PIBID, esses elementos colaboraram para a construção de um trabalho científico, com o título *DO CARNAVAL AO VER-O-PESO: o exercício de memória e a prática do ensino-aprendizagem sobre patrimônio histórico para alunos da EEEFM Professor José Alves Maia em Belém-PA*, publicado em resumo e apresentado de forma online no III Colóquio de História – História e Decolonialidade: Teorias, práticas e ensino, da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

A partir das experiências formativas nesse bairro e da compreensão dos papéis dos movimentos sociais em prol de educação nas periferias, fui em busca de fontes documentais no Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR) que possibilitassem realizar uma investigação em nível de mestrado. Foi então que encontrei um número considerável de edições do jornal “*O Liberal*”, e junto a esse impresso um encarte intitulado “*Jornal dos bairros*” que abordava questões educativas cujo enfoque eram as áreas carentes da capital paraense, no período de redemocratização, no qual Belém vivia os reflexos dessa abertura política, social e econômica sobre a educação nessas periferias.

Entre os anos 1987 a 1991, essas fontes apresentam as diversas experiências de ensino que marcaram gerações e ajudaram tanto crianças quanto mães a terem condições mínimas de educação (ao frequentar escolas e clubes de mães) que não eram ofertados pelo Estado, mas por vezes financiado por segmentos ligados ao público, além de destacar a atuação daqueles membros da comunidade que aceitavam as condições precárias para educar.

Nos relatos lidos nas matérias deste impresso, consegui identificar também semelhanças com o que minha mãe e meus tios comentavam sobre como era estudar em um “barracão” e de como era importante fazer parte dessas instituições educativas nos anos 80, pois muitas vezes conseguiam ganhar cestas básicas ou leite pelo fato de estudarem nessas iniciativas. Por mais que minhas origens estejam na Cidade Nova, Ananindeua-PA, as condições precárias da educação básica eram parecidas, o que me despertou interesse em investigar a criação e a atuação das iniciativas comunitárias destinadas ao público infantil.

Para justificar a construção acadêmica deste trabalho, foi necessário fazer um levantamento das diversas produções que investigam o bairro da Sacramento. Relacionado a essa localidade, foi encontrada apenas uma dissertação chamada *Movimentos Sociais e construção do espaço urbano em Belém: o bairro da Sacramento*, produzida por Cruz (1994), cuja abordagem direciona-se à origem do bairro e aos processos de lutas sociais por moradia e posse dessa comunidade.

Além disso, foram encontradas duas obras que abordam historicamente a Sacramento, discutindo, tangencialmente, sobre a educação nesse bairro. A coletânea intitulada *Belém sobre o olhar da Sacramento*, de Moura e Silva (2023), que trata sobre cultura, esporte, sociabilidades e lutas sociais dessa periferia. Somado a esta, foi encontrada uma produção memorialística denominada de *Sacramento, 90 anos de História, 1922 a 2012*, escrita por Pimenta (2012), que aborda as características gerais do bairro como: fundação, instituições renomadas, principais vias e instituições educacionais principalmente as criadas por ordens religiosas.

A partir do contato com as leituras citadas acima, observou-se uma lacuna com relação às produções bibliográficas do bairro da Sacramento. De modo que a maior parte do que está escrito retrata a história desta localidade, as questões relativas às lutas sociais no que se refere a moradia, economia, saúde, trabalho e transporte, e pouco se discutiu acerca da educação dos moradores desse bairro. Logo, a ausência na abordagem dos centros comunitários como espaços de luta que ofereciam educação para a comunidade em suas instalações. Apesar de haver um grande número

de espaços comunitários nesse entorno, há pouca discussão sobre o papel dos líderes comunitários nas atividades educativas, tal como sobre as diferentes formas de educação ofertadas nessa comunidade.

1.2. Estado do Conhecimento

Na produção de pesquisa em educação, o estado do conhecimento possui importância e obedece às seguintes etapas, conforme Morosi e Fernandes:

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (Morosi e Fernandes, 2014, p. 155).

Essas etapas fornecem características fundamentais para que se conheça a área que se pretende estudar. Com esse intuito, entre os meses de abril a junho de 2023 foram produzidos levantamentos das produções que dialogam com a temática das iniciativas informais de educação na periferia em três bancos de dados: no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Banco de dados dos trabalhos produzidos Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED) da UFPA ambos disponíveis na internet. Além disso, foram levantados trabalhos de forma presencial na biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA.

O NAEA foi escolhido para colaborar com esta dissertação, pois, apesar do foco de suas produções não serem a educação comunitária, eles retratam a organização popular e os movimentos sociais que existiam na periferia de Belém nos anos 80. Esses movimentos foram importantes, pois contestaram a construção de pontes, ruas, moradias e expunham a falta de espaços educativos nessas comunidades.

Na plataforma da Capes foram utilizados os seguintes descritores: *Educação Popular AND Centros Comunitários; Educação Comunitária AND Redemocratização, Educação Comunitária AND creches; Educação Comunitária AND Educação Popular AND periferia*. Ao todo foram encontradas 160 pesquisas, dessas foram excluídas pesquisas nas áreas de Economia e Enfermagem que apareciam com frequência e o foco foi nas produções em Educação, História e Antropologia e áreas afins que dialogam com a temática desta dissertação. Assim, encontramos

cerca de 8 resultados no período de 2002 a 2008, por não haver, com esses descritores, produções nos últimos 10 anos. Conforme observamos no quadro abaixo:

Quadro 01 - Dissertações e Teses encontradas no banco da Capes

Nº	Título	Natureza/ Conhecimento/ Instituição	Autor (a)/ Ano
01	Educação em tempos de luta: História dos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958 - 1964)	Dissertação/História/ Universidade Federal Fluminense (UFF)	Wagner da Silva Teixeira (2008)
02	Construção do Campo da Educação Popular no Brasil: História e Repertório	Dissertação/Educação/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Mariana Pasqual Marques (2002)
03	Jovens em movimento: o processo de formação da pastoral da juventude do Brasil	Dissertação/Ciências Sociais/Universidade Federal de São Carlos (UFSC)	Flávio Munhoz Soffiatti (2004)
04	Participação Política & Fé: O Papel da Igreja na formação das Organizações Sociais Populares na Região do Alto Uruguai do RS (1974-1990)	Dissertação/História/ Universidade de Passo Fundo (UPF)	Jonas José Seminotti (2007)
05	A qualidade na Educação Infantil Comunitária em Porto Alegre: estudo em quatro creches conveniadas	Tese/Educação/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Maria Otilia Kroeff Susin (2009)
06	Lutas por creches, lutas do cotidiano: cuidado e moralidades no ativismo de mulheres no Morro da Polícia	Tese/Antropologia/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Ranna Mirthes Sousa Correa (2002)
07	Configurações organizativas na busca por melhores condições de vida: o centro de educação popular. Reivindicações ao atendimento	Dissertação/Psicologia/ Universidade de São Paulo (USP)	Carolina Bratfisch Prado de Souza (2008)

08	As ONGs e os desafios a seus processos identitários: pressões externas e inserção na educação comunitária das comunidades periféricas de Salvador	Tese/Educação/ Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Gianni Boscolo (2006)
----	---	--	-----------------------

Fonte: Elaborado pela autora (Laise Miranda), com base no Banco de teses e dissertações da CAPES, 2023.

A partir do quadro 01, foi constatado que os oito trabalhos encontrados no Banco de Dados da CAPES, os temas sobre os trabalhos acabam por vezes, dialogando, permitindo uma análise dupla de trabalhos, abordando as teses e dissertações correlatas.

Os trabalhos de Teixeira (2008) e Marques (2002) tratam sobre o processo histórico de formação das iniciativas da educação popular no Brasil, abordando de 1960 ao fim da Ditadura Militar. Os objetos dos estudos abordam elementos como as produções dessas iniciativas de educação popular no recorte histórico, bem como as campanhas educacionais financiadas pelo Estado para alcançar os variados públicos, como: Educação infantil e, principalmente, a educação de adultos. Além disso, os estudos informam os tipos de instituições que apoiavam essas iniciativas, como aquelas ações incentivadas pela Igreja Católica através das comunidades eclesiais de base.

Os autores Sofiatti (2004) e Seminotti (2007) tratam sobre aspectos da educação popular ligados a setores da Igreja Católica entre os anos de 1970 a 1990, no qual ambos os trabalhos discutem a formação política e social nestas instituições. O primeiro trabalho tem um enfoque geral, discutindo as metodologias de ação educativa no Brasil. Além disso, o trabalho discute o surgimento de uma nova perspectiva (individualista) que colocou em crise parte das metodologias usadas por esse setor. O segundo aborda o caso específico de uma instituição católica e suas atuações no interior do Rio Grande do Sul, analisando a teologia da libertação e a formação política nos movimentos sociais e a sua legitimação ante o cuidado da igreja com aqueles que eram necessitados.

Susin (2009) e Corrêa (2002) analisam aspectos da educação infantil comunitária na cidade de Porto Alegre-RS no século XXI, abordando questões como a visão do Estado e sua parceria através do público-privado. Para Susin, nos últimos anos, o município do Porto Alegre agiu sob influência de políticas educacionais neoliberais, de maneira a incentivar uma educação infantil cada vez mais “conveniada”, ligando o setor público às iniciativas educacionais privadas

e comunitárias que atendessem a população mais carente daquela região. Já Corrêa (2002) aborda a educação comunitária infantil sob o olhar da militância política promovida por mães na busca por vagas em uma creche no Morro da Polícia, atrelando ao Estado o dever de garantir que essas famílias carentes tenham o direito de educar suas crianças.

Segundo Souza (2008) e Boscolo (2016), ambos falam sobre educação comunitária formada por organizações não governamentais (ONGs) que atuaram nas periferias de grandes cidades brasileiras. Souza (2008) discorre sobre a formação de um centro de educação popular em São Paulo nos anos 90, em que, além da educação de crianças e jovens, o espaço tornava-se um palco de lutas políticas e sociais, elementos atrelados a teologia da libertação para a melhoria das condições de vida dos moradores daquele lugar. Além disso, a autora utiliza documentos que foram produzidos por esses moradores que relataram as dificuldades da comunidade e as condições precárias desse centro que tinha grande importância para os populares. Boscolo (2016), em sua análise, concentrou-se em uma ONG Italiana de atuação internacional que buscava arrecadar fundos para a educação de pessoas carentes no Brasil, de forma que seu trabalho faz uma crítica a forma de educação que é feita na instituição de cunho católico e integralista, defendendo a visão de que essa educação era paternalista e que não havia um interesse concreto com a educação popular libertária.

Esses trabalhos se relacionam com essa dissertação em vários pontos como: educação popular, mobilização política, assistencialismo da Igreja Católica na educação infantil, educação estatal de parceria público-privada principalmente na virada das décadas de 80 e 90, acompanhando os passos da redemocratização política do Brasil e as determinações da educação encontradas na Constituição de 1988.

Mais da metade desses trabalhos encontrados na plataforma tem sua origem e recorte de análise no Centro-Sul do Brasil (em específico nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul), mostrando que não há trabalhos nessa plataforma que abordem a educação comunitária na Região Norte do Brasil. Além disso, as áreas de estudos desses trabalhos são variadas, no qual, além da Educação, há trabalhos de Psicologia, Antropologia, História, entre outros. Isso mostra a diversidade de possibilidades de estudos referentes às lutas sociais de periferia, tal como a ação de ONGs coligadas (ou não) com os interesses locais de uma educação de qualidade.

No NAEA, a pesquisa concentrou-se em torno dos descritores como: *Educação Popular em Belém, Movimentos Sociais*. O recorte temporal desta catalogação se deu entre os anos de

1994-2007, tempo de efervescência dessas produções nessa temática dentro do programa e da movimentação de lutas populares dentro da periferia em prol de melhores condições de vida e, através das buscas, foram encontradas três (03) pesquisas.

Quadro 02 - Dissertações e Teses encontradas no NAEA

Nº	Título	Natureza/ Conhecimento	Autor (a)/ Ano
01	Organização comunitária na luta pela moradia no bairro do Jurunas na década de 80	Monografia de especialização	Nádia Alessandra Rodrigues da Silva (2008)
02	A campanha “Escola Para Todos” movimentos sociais, estado, partidos políticos na transição democrática no Pará	Dissertação	Raimundo Jorge Nascimento de Jesus (1997)
03	Movimentos Sociais e construção do espaço urbano em Belém o bairro da Sacramenta	Dissertação	Sandra Helena Cruz (1994)

Fonte: Elaborado pela autora (Laise Miranda), com base no Banco de teses e dissertações da CAPES, 2023.

Conforme o quadro acima, percebe-se a atuação dos movimentos sociais ou organizações comunitárias dos bairros mostravam-se enquanto atuantes nas reivindicações por melhorias na condição de vida da população carente que morava nessas localidades. Esse é um ponto em comum presente nos três trabalhos analisados.

Na dissertação de Silva (2008), os anos 80 em Belém continuam a se mostrar como palco de disputas populares, essa autora foca sua pesquisa no bairro do Jurunas na qual os moradores se manifestaram frequentemente contra suas mazelas perante o poder municipal de Belém. As principais reivindicações daquela periferia são em torno do saneamento básico, por escolas e por atendimentos médicos e ao longo do texto podemos perceber por meio relatos e documentos que no Jurunas que se organizou o primeiro centro comunitário de Belém.

Essa pesquisa torna-se fundamental para contextualizar Belém como uma cidade em que movimentos populares estavam se manifestando e também demonstra que os problemas das comunidades eram em certa medida os mesmos. E aqueles que viviam nesses lugares e com essas necessidades eram aqueles que iam à luta contra os governantes por mudanças tanto de forma pessoal quanto em comunidade.

Em seu estudo, Jesus (1997) abordou especificamente a ação da Campanha “Escola para Todos” em Belém e as disputas entre membros de partidos políticos, movimentos sociais e religiosos entre os anos de 1979 a 1984. As fontes que ele usou estavam em suma nos arquivos da FASE/Belém e da CBB, são arquivos de cunho material e que mostram parte dessas tramas e as dificuldades das comunidades em ter acesso à educação.

A pesquisa de Cruz (1994) analisou o potencial dos movimentos sociais urbanos de Belém na construção de ações políticas e sociais que visavam dar voz aos excluídos dessas escolhas no período dos anos 80 e 90. Ao longo do trabalho as principais fontes que serviram como testemunho das necessidades dos populares foram aquelas produzidas entre eles tanto de cunho escrito como cartilhas, cartas de reuniões quanto orais como depoimentos de pessoas que fizeram parte desses movimentos.

Além disso, esse trabalho torna-se importante para o desenvolvimento dessa pesquisa, pois a autora Cruz (1994) descreve o bairro da Sacramento como uma localidade rica nessas manifestações urbanas. Na qual, os moradores, os religiosos, as associações estavam denunciando suas mazelas e chamando a atenção da prefeitura para que suas necessidades fossem atendidas. Assim as principais lutas expostas pela população eram pelo direito de morar e pelo saneamento do bairro.

As produções do NAEA-UFPA foram importantes, pois ajudaram a entender o contexto histórico e geográfico no qual as lutas dos moradores eram travadas em prol de melhorias para suas comunidades. Observou-se que bairros como o Jurunas e a Sacramento eram ligados a Comissão dos Bairros de Belém e travavam disputas para melhores condições de vida. No qual a educação ainda pode ser uma temática que seja debatida em novas pesquisas sobre essas localidades.

No banco de dissertações e teses do PPGED-UFPA buscou-se trabalhos com os seguintes descritores: *Educação periférica em Belém*, *Impressos e educação*, *Assistencialismo infantil*, no qual encontrou-se, cerca de 4 trabalhos no recorte de 2016 a 2022. Desses, três são dissertações e uma tese que versam sobre essa educação no começo da fase republicana do Brasil ou tratam da assistência infantil e dois dos trabalhos estudam especificamente espaços de educação popular dentro da periferia no século XXI.

Quadro 03: Banco de dissertações do PPGED-UFPA

Nº	Título	Natureza	Autor (A)/ Ano
01	Memória Social E Educação Popular: Um Estudo Sobre O Ponto De Memória Da Terra Firme, Belém – Pará.	Dissertação	Camila Alves Quadros (2018)
02	Educação Popular Na Periferia De Belém: A Experiência Do Coletivo Tela Firme Com As Juventudes	Dissertação	Ingrid Silva Dos Santos (2022)
03	Políticas De Assistência, Proteção E Educação À Infância Pobre, Abandonada E Órfã E As Ações Da Prelazia Do Xingu No Município De Altamira – Pará (1970-1979)	Tese	Léia Gonçalves De Freitas (2019)
04	A Instituição Pia Nossa Senhora Das Graças: Assistência E Educação De Crianças Pobres, Órfãs E Abandonadas Em Belém (1943-1975)	Dissertação	Maria Callou (2016)

Fonte: Elaborado pela autora (Laise Miranda), com base no Banco de teses e dissertações da CAPES, 2023.

A partir do quadro 3 percebe-se que as produções no PPGED-UFPA tocam em alguns aspectos o tema que se pretende debater nesta dissertação. Como por exemplo, algumas dessas pesquisas irão tratar sobre educação popular na periferia de Belém, outras sobre exemplos de instituições no Pará que trabalharam com a assistência para menores desvalidos ou carentes e também sobre usos da imprensa periódica e do jornal para conhecer como a educação era apresentada por esses veículos de propaganda da população paraense.

Quadros (2018) e Santos (2022) pesquisaram em suas produções acadêmicas a respeito da educação popular com objetivos voltados a conhecer a realidade da periferia de Belém. Ambas autoras escreveram sobre experiências de educação popular no bairro da Terra Firme, de modo que Quadros (2018) estudou o Ponto de Memória daquele bairro como local em que a educação comunitária era repassada aos seus frequentadores e através das ações que se desenvolviam naquele lugar bem como buscar entender os sentidos dessa educação a partir dos sujeitos que participavam desse projeto. Já Santos (2022) analisou as experiências da juventude em um Coletivo deste bairro que ajudava os envolvidos a compreender as situações que eles enfrentavam no cotidiano, como a violência. Além disso, ao longo da sua pesquisa ela analisa imagens e entrevistas feitas entre a população.

Ambas as pesquisas fazem uma abordagem de caráter qualitativo e são exemplos de casos de educação na periferia de Belém no século XXI. Somado a isso, ajudam a entender o percurso

histórico da participação da comunidade em temas voltados às lutas por melhores condições de vida.

Callou (2016) e Freitas (2019) pesquisaram a respeito da atuação da educação assistencialista para crianças carentes promovidas por instituições de cunho católico, atrelando a fé e a educação moral dessas crianças como uma forma de solução para suas camadas. Para Callou (2016), a assistência foi promovida pela Instituição Pia Nossa Senhora das Graças com a atuação religiosa e educacional sobre a infância pobre de Belém com o apoio de parceiros como a LBA e a SEDUC como mantenedores dessa educação entre os anos 50 a 70. A autora Freitas (2019) destacou a atuação da assistência educacional infantil promovida pela LBA na cidade de Altamira na década de 70, focalizando na atuação dessas pastorais através da pedagogia do amor e da teologia da libertação para com a juventude e na implantação de abrigos e distribuição de alimentos e roupas naquela região.

No banco de pesquisa do PPGED-UFPA, os estudos defendidos que versam sobre a educação popular na periferia concentram-se no bairro da Terra Firme e são sobre aspectos dessa educação no século XXI. Em que as autoras Quadros (2018) e Santos (2022) utilizam da metodologia de entrevistas orais para o registro das memórias do bairro. Ambas também utilizam recortes de jornais, ponto semelhante ao pressuposto nessa dissertação.

Os trabalhos de Oliveira (2022), Silva (2021), Viana (2019) são importantes exemplos do uso de jornal ou revista na reconstrução do papel da educação infantil ou para pobres. Contudo, focam na temporalidade entre o começo do século XX até a década de 30, ou seja, na Primeira República e seus estudos focam nas ideias de moldar a sociedade conforme as práticas higienistas. Bem como Freitas (2019) e Callou (2016) que em seus estudos valorizam as práticas de educação para menores advindos de grupos religiosos católicos. Contudo, a temporalidade de suas pesquisas foca do começo do século XX até a década de 70.

Também, foi necessário acrescentar a este estado do conhecimento as produções do banco de teses e dissertações do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Pará (PPGED-UEPA) foi feito um levantamento dos trabalhos que versam sobre as temáticas relacionadas aos seguintes descritores: educação comunitária, educação pré-escolar e movimentos sociais no recorte temporal de 2019 a 2024. Foram encontradas cerca de (03) cinco dissertações que corroboram com o desenvolvimento desta dissertação. No qual podemos constatar alguns detalhes a partir do quadro exposto abaixo:

Quadro 04- Produções do PPGED-UEPA ligadas pré-escola e educação comunitária

Nº	Título/Ano	Instituição/ Natureza	Autor (a)/ ano:
01	Concepções e práticas de alfabetização de professores sobre alfabetizar na pré-escola	UEPA/ Dissertação/	Gilvana Costa de Araujo (2022)
02	Educação popular e classe trabalhadora: um estudo sobre a casa de educação popular no município de Altamira, sudoeste paraense	UEPA/ Dissertação/	Maria Marcia Canindé de Oliveira (2023)
03	Centro Alternativo de Cultura (CAC): Um estudo sobre as relações entre educação-popular e teologia da libertação na Amazônia	UEPA/ Dissertação/	Eliana Santos dos Santos (2024)

Fonte: PPGED-UEPA, 2024.

A dissertação mencionada acima desenvolvida por Araujo (2022) caracteriza a criação da SEMEC em Belém, expondo que na década de 1960 a educação em nível municipal era concebida por meio da Fundação Educacional do Município de Belém (FEMB) e ao longo dos anos essa educação infantil foi ganhando efetivação e obrigatoriedade principalmente com a Constituição de 1988, o Eca e LDB de 1996 que impulsionaram melhorias na educação e ao traçar um breve histórico da educação infantil em Belém ela caracteriza também às estruturas administrativas educacionais atuais presentes em Belém através dos oito distritos administrativos que englobam também a educação pré -escolar. Além disso, essa autora também utiliza pensadores que dialogam com a História da educação pré-escolar no Brasil e da História da Infância como: Kramer (2006), Kishimoto (1998) e Kulhmann (1998).

A segunda produção em destaque do PPGED-UEPA produzida por Paula (2023) apresenta aspectos relacionados a educação popular oferecida por meio da Casa de Educação Popular construída em Altamira em 1970 com o auxílio dos movimentos sociais da região, ao frequentarem esse espaço educativo a classe trabalhadora conseguia diversos atendimentos educativos e o essa educação oferecida por esta casa estava fundamentada nos aspectos traçados por Paulo Freire rumo a emancipação dos sujeitos.

A terceira produção em destaque do PPGED-UEPA escrita por Santos (2024) é um trabalho histórico que busca traçar como se construiu a educação popular no CAC a partir das experiências dos sujeitos envolvidos nessa instituição desde o ano de 1991 até 2021. Que em seus objetivos pontua a importância da atuação de espaços educativos como o CAC nas comunidades periféricas de Belém para o enfrentamento de problemas como a repetência e inserção de uma realidade educativa que trabalhe aspectos diferentes do ordinário, como por exemplo tratar sobre educação ambiental e levar as pessoas atendidas a refletirem sobre seus cotidianos. Além disso, neste trabalho a autora pontua a importância da Teologia da Libertação para o desenvolvimento desse tipo de educação popular.

Também, fez-se necessário pesquisar no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) primordialmente no Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS-UFPA) através do banco de teses e dissertações deste programa no recorte de 2016 a 2021. No qual foram encontrados (02) duas dissertações que dialogam com as temáticas desta pesquisa: *Educação Popular; movimentos sociais e educação infantil* em Belém. Conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 05- Produções do PPGSS-UFPA na temática da educação comunitária

Nº	Título/Ano	Instituição/ Natureza	Autor (a):
01	Movimentos Sociais Urbanos Nos Espaços Da Participação Popular: atuação e organização (2016)	UFPA/ Dissertação	Larissa Marinho Costa
02	Memória E Participação Popular No Projeto Do Una: o presente como expressão do passado (2021)	UFPA/ Dissertação	André Luiz Santos Alves

Fonte: UFPA, 2024.

O trabalho escrito por Costa (2016) expõe características dos movimentos sociais urbanos que existiam em Belém entre 1970 a 1990 e cita que Centros Comunitários, Associações de Moradores e Clubes de mães eram entidades que estavam nesse período se organizando e se aglutinando para reivindicar as melhorias para suas comunidades seja no quesito do saneamento bem como por saúde, transporte, educação e segurança. Essa autora também, enfatiza que a

Comissão dos Bairros de Belém (CBB) nesse ínterim foi uma das organizações que conseguiu unir os interesses de igrejas, ONGs, Centros Comunitários e outras entidades para que juntas discutissem e planejassem ações que suprissem as carências das comunidades nesse tempo.

A segunda pesquisa intitulada “MEMÓRIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO DO UNA: o presente como expressão do passado” escrita por André Luiz Santos Alves (2021) analisar a atuação dos movimentos sociais na figura das lideranças comunitárias e moradores que viviam no entorno do projeto da bacia do Una e lutavam por melhores condições de vida para a classe trabalhadora que vivia nas áreas de baixada¹ de Belém. Destacando que a população do Brasil a partir dos meados do século XX que residia nos centros urbanos passou a se organizar em coletivos para lutarem por melhorias no bem estar das comunidades e que a população belenense também estava envolvida nesse processo de enfrentamento perante as autoridades públicas do município fazendo ressurgir a importância dos movimentos sociais na obtenção de direitos básicos. Bem como nesta pesquisa a autora cita que os centros comunitários: União dos Amigos do Bairro da Sacramento e o Centro Comunitário São José estiveram envolvidos em fóruns e reuniões que apoiaram os moradores da Bacia do Una a conseguir suas melhorias.

A partir dessas pesquisas, percebe-se uma lacuna no que diz respeito à produção de pesquisas em Educação na região belenense que tratem especificamente sobre espaços de pré-escola comunitária organizada pelos moradores de comunidades que não tinham educação pública suficiente para atender as demandas. Logo, essa dissertação busca entender os aspectos dessa educação pré-escola no período do pós-ditadura e em meio a promulgação da Carta Magna de 1988. Além disso, serão usadas fontes jornalísticas do Jornal dos Bairros para apontar pistas sobre a estrutura dessas escolas. Bem como buscaremos entender quais eram as entidades que forneciam apoio para que esses projetos educativos funcionassem, como é o caso pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) presente em algumas pesquisas registradas acima.

Também, destacaremos outros apoiadores dessa pré-escola comunitária da Sacramento contava com uma série extensa financiadores como o Colégio Auxilium, FMAE, SEDUC. E cada

¹ O termo baixada nesta dissertação, foi usado para se referir as localidades periféricas espalhadas em Belém que originaram-se no decorrer de 1980 e no qual haviam disputadas por questões como: moradia, educação pública, ruas pavimentadas e afins. Para Gusmão (2023) na capital paraense é normal que as áreas de favela sejam chamadas de baixadas.

um atuando em diversas funções para que essa rede de educação compensatória seguisse atuando nessa periferia e influenciando a essas crianças e mães que recebiam esses apoios.

Kramer (1992) caracteriza essa educação compensatória como uma prática educativa disponível na América Latina e em especial ganhou forças no Brasil nos anos de 1970 quando as propostas e políticas educativas se propunham a suprir as carências culturais das crianças em situação de pobreza. Visava resgatar essas crianças do fracasso escolar, da repetência, da evasão lhe oferecendo uma educação empobrecida pautada a partir dos custos mínimos.

O diferencial desta pesquisa está em lacunas com relação à localização geográfica, a luta pelas questões educacionais e nessa temporalidade de 1987-1991. Além disso, essa dissertação buscou entender sobre quem eram os agentes da comunidade que ensinavam essas crianças, bem entender quais eram os graus de ensino que esse público tinha acesso e as principais problemáticas na execução desses projetos educativos que eram oferecidos nos estabelecimentos improvisados da Sacramento.

1.3. Problema e Objetivos da Pesquisa

Os movimentos sociais populares nos anos 90 focalizam na cidadania e na participação coletiva, apoiados nos princípios da Constituição de 1988, não somente na ideia de reivindicação desses direitos, mas também no ato de fazer e ter mais participação com preparação e objetivos explícitos (Gohn, 1997).

Essas características referentes à ideia de ir para além de reivindicar os direitos e participar da projeção de ações dentro das áreas carentes podem ser vistas com maior destaque nas iniciativas educacionais comunitárias que estavam presentes na Sacramento no fim dos anos 80 e começo dos anos 90, quando mães se reúnem em determinado espaço a fim de conseguir um grau de qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho, ou quando essas mulheres lutam para conseguir vagas para suas crianças nessas escolas improvisadas deste bairro.

Com relação à organização de instituições de educação comunitária (creches ou escolas), Campos (1991) discute que são necessárias investigações mais atenciosas, pois se nota que em vários exemplos de organização desses espaços, são apresentadas experiências que estão ligadas a um processo de consciência de classe. Esse elemento fortalece as comunidades em que estão inseridas essas lutas por direitos ante o estado. Além disso, em outros espaços comunitários

percebe-se um processo que desfaz as reivindicações populares, de maneira que é necessário observar as especificidades, somado aos diversos fatores ligados às trajetórias dessas comunidades.

A educação comunitária no Brasil organizou-se a partir do trabalho comunitário, os quais perpassam pela construção histórica da educação popular. Na década de 1960 alguns movimentos tiveram destaque como: Movimento de Educação de Base (MEB), Método Paulo Freire, Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e outros. Que desenvolviam ações que iam desde o assistencialismo até a alfabetização dos educandos. Após o início da Ditadura Militar em 1964, esses movimentos passaram por perdas. Mas, é necessário frisar que não desaparecem, e traduzem na maioria das vezes turbulências com as políticas locais no qual a população desassistida cria formas de resistir e se estabelecer na sociedade (Carneiro, 1985).

Liu (2011) destaca em seus estudos que a educação popular pode ser entendida como aquela que não é institucionalizada, e acontece com o auxílio da população. Surge principalmente da necessidade de determinada realidade e em si carrega lutas históricas. Além disso, é uma educação comprometida em mudar a realidade dos educandos, oferecendo certo acolhimento para que no futuro sejam cidadãos melhores.

Gohn (1997) afirma que nos anos 90 dois tipos de ações ganham forças no cenário brasileiro, a primeira remete ao maior número de ONGs e a segunda refere-se às políticas de colaboração entre o Poder Público, com ambientes do poder locais. Essas ações políticas refletem a realidade dos movimentos sociais e suas bases de apoio dentro de países do Terceiro Mundo.

Campos (1985), discute que a ideia do assistencialismo atrelada ao ensino predominava dentro dos órgãos públicos que eram responsáveis pela educação na transição dos anos 80 para os anos 90. Com isso, órgãos ligados aos municípios faziam parcerias com entidades privadas ou espaços comunitários que por meio desses convênios abriam pequenas escolas em locais periféricos, eram espécies de remendos educativos para população pobre.

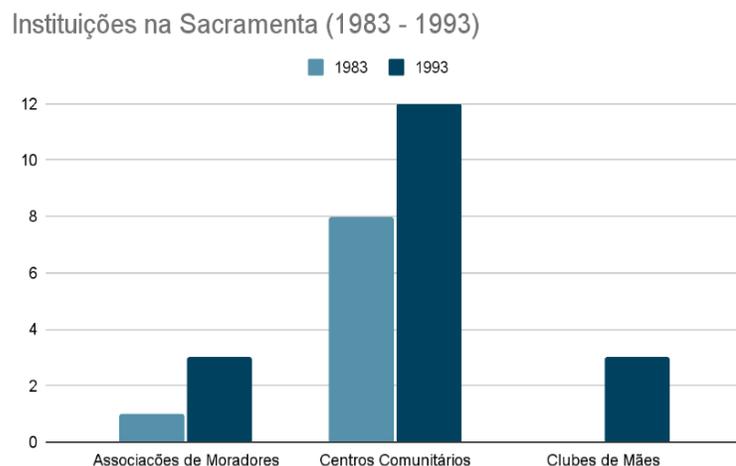
No contexto belenense, a partir do Jornal dos Bairros, podemos observar alguns exemplos dessas entidades que apoiavam a educação nas comunidades. Como a Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) que abordava a problemática do fornecimento da merenda escolar por meio de uma instituição subordinada: a Fundação de Assistência Estudantil (FMAE), além de órgãos municipais e outras instituições como LBA, que contam com extensa trajetória de atuação nos ramos da assistência educacional infantil para carentes.

Para Ferreira (2008), a educação compensatória foi o principal meio de acesso educacional oferecido às crianças belenenses nos anos 70 e 80, apesar dos recursos limitados. Isso acontecia devido o principal objetivo da educação oferecida pelos entes federativos ter como foco o ensino profissional e de 1º e 2º graus, deixando de lado a educação infantil.

Essa atuação de órgãos públicos ou religiosos na assistência educacional dos pobres tem ligação direta com a ideia de descentralizar as funções do Estado. Conforme Campos (1985), o que mais chama atenção para o governo fazer esse tipo de parceria com as comunidades é a questão de gastar menos verbas, ao utilizar ambientes já existentes nas comunidades, ao convocar ajudar dos que estão nesses lugares e ao usar equipamentos e outros objetos sucateados. Mas, busca-se enfatizar a ideia de estar aumentando a participação da comunidade como colaboradora educacional.

Assim, onde a educação formal (estadual ou municipal) não conseguia chegar para o público infantil e de 1º grau pode-se observar o atendimento e atuação desses espaços informais de ensino para a população que era assistida por essas comunidades ou entidades privadas como uma forma de solução compensatória para resolver ainda que esporadicamente seus problemas educacionais. A seguir, conforme o gráfico, podemos observar os tipos de movimentos que se mantinham neste recorte nessa localidade.

Gráfico 01: referente a quantidade de movimentos de luta social no bairro da Sacramentoa.



Fonte: Construído com os dados de: Cruz (1994)

Nesse sentido, é possível perceber que além da atuação das associações de moradores, há um número considerável de centros comunitários que eram organizações importantes na

reivindicação de melhorias estruturais para o bairro. O período em que esses espaços de lutas começaram a se fortalecer na Sacramenta coincide com a transição para um período democrático em que ainda há considerável repressão, mas que buscava integrar essas demandas as políticas públicas, dessa forma eles consolidam os anseios da comunidade como elementos prioritários que deveriam ser atendidos pelo Estado (Silva, 2023).

No mesmo período, há o surgimento dos clubes de mães no bairro da Sacramenta, servindo como espaços cujo objetivo principal era o atendimento em prol de melhorias para as mães da comunidade. Cruz (1994) registrou a intensa atuação desses movimentos, apesar de não ter se debruçado em analisar como esses espaços serviam para educação.

A partir dessa contextualização sobre os centros comunitários e o processo de formação de instituições educacionais nas localidades periféricas de Belém, como foco no bairro da Sacramenta, problematiza-se: Como é apresentado no Jornal dos Bairros sobre a organização das pré-escolas comunitárias criadas no bairro da Sacramenta, Belém-PA, no período de 1987 a 1991? Desse questionamento desdobram-se as seguintes questões norteadoras:

- Quais foram as principais políticas que marcaram a trajetória da história da educação destinada à infância pobre no Brasil Republicano?
- Quais eram os mantenedores dessas instituições comunitárias e como se caracterizava os diferentes tipos de apoio?
- Qual o papel do Jornal dos Bairros para divulgação das demandas sociais pela pré-escola na Sacramenta?
- Qual era a estrutura e as condições de funcionamento apresentadas no Jornal dos Bairros sobre esses estabelecimentos educacionais comunitários?
- Quem eram os sujeitos/as que atuavam como lideranças comunitárias em prol desses espaços educativos?

Para responder essas questões, delimitou-se o objetivo geral de analisar as pré-escolas comunitárias criadas no bairro da Sacramenta, Belém-PA, a partir do Jornal dos Bairros, no período de 1987 a 1991. Enquanto objetivos específicos, têm-se:

- Contextualizar, historicamente, as principais políticas de assistência destinadas à infância no Brasil Republicano e em Belém-PA, com foco na educação comunitária presente no bairro da Sacramenta;
- Compreender as formas de manutenção e os tipos de convênios que atuavam no apoio às pré-escolas comunitárias do bairro da Sacramenta em Belém-PA
- Identificar as demandas e as condições de funcionamento das pré-escolas criadas no bairro da Sacramenta-Belém-PA;

- Evidenciar os/as sujeitos/as que atuavam como lideranças no processo de luta e reivindicação para a manutenção e funcionamento das pré-escolas comunitárias do bairro da Sacramenta-Belém-PA;

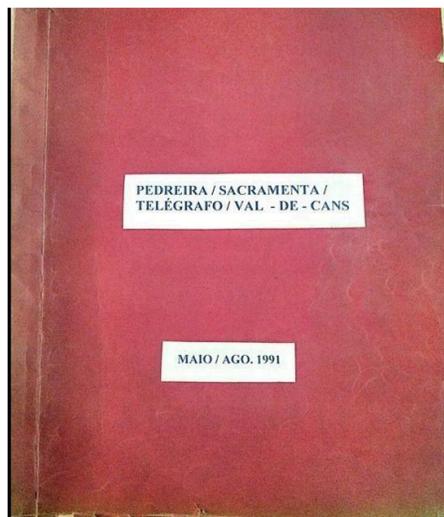
1.4. A pesquisa documental e o uso de jornais como fonte histórica

A investigação acerca das escolas comunitárias instaladas no bairro Sacramenta em Belém, que no período de 1987 a 1991 serviam como uma alternativa para suprir as carências relativas à falta de educação pública voltada à oferta da pré-escola, traz enquanto fonte central matérias do Jornal dos Bairros, que foi um encarte do jornal O Liberal.

Constantemente, as lutas travadas dentro dos bairros periféricos da capital paraense eram expostas nas páginas do Jornal dos Bairros e remeteram às necessidades dessas comunidades como: moradia, esporte, lazer e educação. Sobre este último ponto, a educação, em foco nesta pesquisa, destaca as pré-escolas que eram desenvolvidas em espaços comunitários no interior da Sacramenta. Abaixo estão apresentadas duas imagens, a primeira retrata como encontra-se organizado esta coleção do Jornal dos Bairros encadernada e a segunda a manchete de uma edição do Jornal dos Bairros da região que encobria a Sacramenta:

Figura 1- Organização de um volume do

Jornal dos Bairros



Fonte: Jornal dos Bairros, 1991.

Figura 2- Manchete do Encarte



Fonte: Jornal dos Bairros, 1991.

A primeira Figura remete-nos à forma como está disposta e organizada a coleção de *Jornal dos Bairros*, cujo recorte geográfico estava ligado às localidades como Pedreira, Sacramento, Telégrafo e Val-de-Cans. Geralmente, cada edição deste fascículo traz matérias referentes a dois meses de um referido ano, neste caso, observou-se a coleção de 1991. Sobre a segunda Figura, observa-se que cada edição trazia assuntos variados e nesta é noticiado sobre o mercado da Sacramento, questão de saneamento, oficinas abertas à comunidade e também sobre uma demanda por material escolar em uma escola comunitária deste bairro. Ou seja, foi necessário filtrar as fontes que tratavam apenas sobre pré-escolas para desenvolver essa pesquisa.

Nesse ínterim, cabe destacar algumas características desta edição do jornal e como se deu o encontro com este material. O *Jornal dos Bairros* encontra-se disponível no Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (Centur), uma fundação importante que resguarda acervos ligados aos ramos como a arte, literatura e outros bens culturais que revelam também fazer parte da memória da população local e esta coleção específica de jornais pode ser acessada gratuitamente, mais precisamente no terceiro andar na hemeroteca. E também, possui algumas edições no acervo online da Hemeroteca Digital Nacional.

Além disso, a opção por utilizar os jornais enquanto fonte principal desta pesquisa também se deu pelos seguintes motivos: inicialmente, pela minha aproximação com esse universo de fontes, pois durante a minha graduação em História na Universidade do estado do Pará desde o ano de 2018 frequento o CENTUR, porque nesse arquivo cursei diversas atividades acadêmicas (Práticas, estágios e visitas guiadas) que me levaram a ter contato com este tipo de documentação.

No ano de 2023, entre idas e vindas ao Centur e com o intuito desenvolver meu projeto de pesquisa do mestrado, me deparei com a possibilidade de análise de recortes de jornais que estavam disponíveis e tratavam de temas referentes à educação comunitária em bairros periféricos de Belém. Nessas investigações, busquei as edições que tratavam sobre bairros que possuo afinidade como a Cidade Nova, em Ananindeua (onde nasci e resido), Telégrafo e Sacramento (onde fiz graduação e desenvolvi meus estágios e pesquisas iniciais). E foi nesse movimento de investigar como se davam as estruturas educativas disponíveis nessas áreas empobrecidas que foquei nas matérias relativas às pré-escolas comunitárias da Sacramento que também possuía maior número de escolas desse caráter.

É válido ressaltar que os bairros de Belém e região metropolitana tiveram suas edições publicadas apenas uma vez em cada semana no Jornal dos Bairros. Na Figura 2 acima, podemos visualizar que essa edição era referente a quatro bairros: Pedreira, Sacramento, Telégrafo e Val-de-Cans. Geralmente, sobre esses bairros a distribuição era feita às quintas e nessa pesquisa foram encontradas cerca de seis pastas com grande variedade de exemplares deste jornal nessas localidades.

Para ter acesso ao Jornal dos Bairros esses moradores tinham de comprar a edição do dia do jornal O Liberal, pois não vendiam separadamente. Com relação à estrutura desse jornal é possível perceber que as temáticas eram variadas, mas que a educação era um tema presente nas edições. Mostra-se como uma fonte rica em detalhes pois, possui títulos e manchetes que chamam atenção a partir dos elementos visuais como as letras em negrito, uso do enquadramento das notícias, mapas, indicação da página, várias imagens e era impresso em preto e branco.

Para construir esta pesquisa foi necessário formar um *corpus* e traçar escolhas para delimitar a região e o tipo de educação que seria discutida. Cabe salientar que há matérias sobre vários tipos de educação como: educação de idosos, educação pela arte, educação em áreas abertas como a rua e as praças. O que permite outras possibilidades de pesquisas e ressalta-se que a escolha pela pré-escola coincide com o meu interesse de pesquisa atual em escrever a respeito da História da Infância, sobretudo, das camadas menos favorecidas em Belém e, assim, contribuir para que essa história seja conhecida pela sociedade.

Logo, essa pesquisa possui caráter documental, pois, conforme Oliveira (2017), quando os documentos para uma pesquisa se pautam a partir de fontes primárias que ainda não foram usadas cientificamente e são realizadas a partir de jornais, revistas, fotografias e outros materiais com diversidade de conteúdo.

A partir disso, compreende-se o jornal enquanto um documento. Para Karnal e Tatsch (2019), um documento possui valor histórico quando esta fonte discorre sobre o passado, este pode ter sido guardado com propósito ou por descuido. E ainda assim, pode contribuir na investigação de dados no tempo presente e estabelecer diálogos com o passado.

Cellard (2008), discute que tentar conceituar o que é um documento é uma grande missão, que possui considerável importância, pois essa fonte permite que as ciências humanas construam seus conhecimentos ao longo do tempo. Este autor também descreve que no fim do século XIX pensadores como Langlois e Seignobos entendiam o documento somente produções a partir de

fontes oficiais que detalharam a respeito da história política e dos homens vistos como grandes heróis. Somente no século XX, com a Escola dos Annales é que o conceito de documento foi ampliado para além das fontes escritas e oficiais, e, assim, valorizou-se outros tipos de registros do cotidiano como imagens, cinema e afins.

Entende-se o jornal como uma fonte capaz de representar determinados tipos de sujeitos sociais e suas necessidades dentro de um espaço de tempo. Segundo Barata (1985, p. 90), pode-se expor uma vantagem de utilizar esse tipo de fonte a sua “periodicidade: os jornais são arquivos do cotidiano registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos”. Ou seja, os jornais carregam as tramas do cotidiano da população e podem servir como fontes que nos possibilitam observar as questões sociais e educacionais que se passam em determinada época. No caso desta pesquisa, busca-se entender por meio do *Jornal dos Bairros* como era o cotidiano especificamente da Sacramento no que diz respeito à pré-escola comunitária.

As pesquisas na área da Educação podem se construir a partir de documentos como jornais e revistas, pois estes são capazes de caracterizar os movimentos da sociedade em prol de melhores condições de acesso à educação. Para Schelbauer (2007), a relação entre imprensa e educação se une dentro das pesquisas, ambas se originam a partir de processos históricos, mas podem se relacionar em seus interiores.

De acordo com essa relação entre imprensa e educação, não se pode perder de vista a sua importância e quanto são úteis na construção de pesquisas acadêmicas. Para Zanlorenzi (2010), a imprensa tem suas contribuições para a história da educação, contudo precisa ser bem discutida mediante os aportes teóricos para gerar novos conhecimentos:

Para tanto, a imprensa é uma excelente fonte para vislumbrar os acontecimentos, permitindo uma investigação que ultrapasse os muros escolares, pois os jornais e revistas apontam os discursos, os anseios, as conveniências, os interesses da sociedade, muitas vezes sem o aparato teórico adequado em relação à educação, porém fornece pistas das repercussões e polêmicas instauradas (Zanlorenzi, 2010, p.69)

Dessa forma, com o intuito utilizar as fontes jornalísticas e somadas às discussões teóricas, busca-se analisar aspectos do cotidiano educacional da Sacramento no fim dos anos 1980 ao começo da década de 1990, sendo necessário apresentar o *corpus* documental desta pesquisa, com a intenção de pontuar aspectos relacionados aos detalhes das fontes escolhidas e o tipo de metodologia que será utilizada na pesquisa.

O recorte temporal da pesquisa foi delimitado devido à quantidade de fontes sobre a temática, no qual o principal ponto para seu início é a grande quantidade de matérias do *Jornal dos Bairros*, o que reflete o momento histórico da cidade de Belém, no que se refere às discussões na prefeitura de Belém na gestão de Coutinho Jorge (1987-1990), que incentivava essa educação conveniada nas periferias de forma a suprir as demandas crescentes no que diz respeito à educação. Além disso, a nova carta constitucional de 1988 determinava que a educação era um dever do Estado e da família, sendo um direito de todos, marcando a tomada de responsabilidade da nação como elemento educador.

Nessa direção, para delimitação do recorte final (1991), levou-se em conta a ausência de matérias sobre as escolas comunitárias no bairro da Sacramenta a partir de 1992, esse recorte não marca o fim desse tipo de escolas, estas seguiam tendo incentivos principalmente no governo estadual promovido por Jader Barbalho (1990-1993), porém não foram encontradas exemplares do *Jornal dos Bairros* a partir do referido ano.

1.5. O *corpus* documental

A definição da palavra *corpus* documental, para Bardin (1977), refere-se ao conjunto de documentos obtidos para passar por procedimentos de análise sobre seu conteúdo, tendo como principal objetivo o questionamento das fontes de forma a recortar a área de análise, necessitando fazer escolhas, selecionar os importantes e definir regras para usá-los.

Nessa pesquisa, o *corpus* documental é constituído em suma por jornais. Conforme Gil (2008), os jornais são documentos que expressam a comunicação das massas, além de ser uma fonte importante para as pesquisas sobre a sociedade. Com o intuito de investigar aspectos da educação na periferia de Belém no fim do século XX, analisaram-se exemplares do *Jornal “O Liberal”* dentro do encarte intitulado “*Jornal dos Bairros*”, que tem livre acesso no Centur.

A respeito do histórico do jornal *O Liberal*, sua fundação ocorreu no ano de 1946, como um jornal vespertino que nos primeiros anos encarregou-se de divulgar notícias a respeito do General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (1888-1959), e vinculado ao Partido Social Democrático (PSD), sendo o periódico de divulgação do partido. Em 1966, o empresário Rômulo Maiorana comprou esse jornal e o tornou um dos mais influentes jornais do norte do país, investindo na qualidade das imagens e edição (Cruz, 2021).

O jornal *O Liberal* a partir de 1972 passou a ser formulado pelo empresário Rômulo Maiorana que em seus investimentos gerou maior distribuição e reprodução diária desse veículo de comunicação. Tornando-se nesse período um dos jornais mais famosos do Norte do Brasil e com prestígio entre lideranças dessa região. Todavia, com a morte de Rômulo em 1986 e a consequente passagem da editoração para seus familiares é que este jornal assumiu novas interfaces. Um de seus filhos Rômulo Júnior na contramão do pai que não se envolvia totalmente em disputas políticas, este assumiu filiação primeiro com o PMDB, depois com o PL e em 1999 com o PPB (Luft, 2005).

Ou seja, percebe-se que quando este veículo de comunicação passou a ser dirigido por Rômulo Júnior ele se envolveu com diversos tipos de partidos políticos. E isso refletia nos exemplares de jornais que por vezes se mostrava a favor e em outros momentos contra os governantes em nível municipal e estadual.

Alves (2008), por exemplo, em suas análises utilizou exemplares deste encarte *Jornal dos Bairros* para entender as mobilizações no entorno da luta por moradia na Terra Firme em 1988. E descreve que com o auxílio dessa fonte conseguia detalhes sobre os moradores dessa região que em suma tinham baixo poder aquisitivo e mesmo assim constantemente travavam lutas com as autoridades municipais para assegurar seus direitos de habitar nessa localidade.

Assim, como esse encarte tratava sobre a questão da moradia, também é possível conhecer as questões relativas às condições dos espaços educacionais que funcionavam nessas áreas periféricas e resistiam oferecendo educação aos filhos da população empobrecida em espaços comunitários.

Sobre os exemplares do *Jornal dos Bairros*, a Fundação Romulo Maiorana oferecia dentro dessas edições informações como: endereço (Gaspar Viana, 223 a 253), Editora (Lorena Souza) e o telefone (222-3000). Esses dados estavam acessíveis para que as pessoas que viviam nessas localidades pudessem fazer suas denúncias e assim compartilharem as lutas que enfrentavam diariamente. (*O Liberal*, 1991)

No período de abril a junho de 2023, foram realizadas as coletas da primeira fase do *corpus* que se concentraram na busca e na elaboração de um quadro que mostrasse as principais matérias que registravam ações de educação comunitária em diversos bairros como: Pedreira, Telégrafo, Val-de-Cães e Sacramento. E assim observou-se inicialmente a existência de vinte e cinco espaços educativos improvisados nessas localidades. No mês de junho, a pesquisa

concentrou-se em investigar acerca das iniciativas presentes no Jornal dos Bairros que fossem específicas do bairro da Sacramento, que atendiam a pré-escola e eram cerca de dez espaços educacionais no qual é possível conhecer as características dessas escolas comunitárias e detalhes do atendimento que era oferecido para essa comunidade.

De acordo com Barros (2023), o jornal possui uma função social na sociedade em que este é produzido, de modo a retratar em suas páginas pequenos registros da realidade, o que estaria acontecendo na história da sociedade naquele momento em que determinada matéria estava sendo escrita, buscando convencer quem está lendo de aquilo que está escrito discorre sobre a realidade local.

Para Gradim (2000), os títulos jornalísticos são os elementos que anunciam a matéria e que tomam destaque ante ao leitor do material jornalístico, e que para esta autora este é o mais delicado e mais difícil de se obter numa produção periódica. Seguindo nesse raciocínio os títulos, se não forem diretos e informativos, devem constar no texto algo referente a essas duas características podendo informar levantando pistas sobre o conteúdo principal. Outra questão importante mencionada é que apesar da obrigação de cativar o leitor, o título nunca deve enganar, cujo resultado são manchetes sensacionalistas que frustram e mentem para os leitores.

Ou seja, os títulos são frases curtas que buscam chamar a atenção dos leitores para determinada matéria. A partir dessa comunicação inicial devem conter em si características que lembrem o tema que será tratado no corpo do texto. Além disso, deve agradar o leitor e não expor mentiras aos leitores. A seguir, tem-se um quadro com os títulos e outros detalhes das matérias publicadas no Jornal dos Bairros, especificamente do bairro da Sacramento.

Quadro 06- Características das matérias que retratam as pré-escolas da Sacramento

Veículo/Período	Escola	Título da Matéria	Descrição do tema da matéria
Jornal dos Bairros/30 nov 1987	Creche Municipal Comunitária da Sacramento	Apesar do terreno impróprio creche vem dando certo	Condições precárias x educação de qualidade
Jornal dos Bairros/ 8 nov 1990	Clube de Mães Santa Inez	Clube de Mães luta pela sede própria	Luta para manter aberto e ter um espaço próprio
Jornal dos Bairros/ 03 jan 1991	Centro Comunitário Irmãos Unidos	Creche do “Irmãos Unidos” fechou por falta de verba	Falta de apoio para se manter

Jornal dos Bairros/16 mai 1991	Centro Comunitário São Benedito	Escola comunitária enfrenta muitas dificuldades pela falta de recursos	Falta de apoio para se manter
Jornal dos Bairros/24 out 1991	Centro Comunitário São Benedito	Vagas concorridas na escola comunitária São Benedito	Falta de apoio para se manter e grande demanda por vagas
Jornal dos Bairros/18 jul 1991	Centro Comunitário Boa Esperança	Centro Comunitário Boa Esperança: Luta	Falta de apoio para se manter
Jornal dos Bairros/19 set 1991	Escolinha do Centro Comunitário 1º de Setembro	Escola garante ensino para 90 crianças	Dificuldades para se manter
Jornal dos Bairros/ 19 set 1991	Escola Comunitária União dos Amigos do Bairro da Sacramento	Escola comunitária sobrevivi a crise	Dificuldades para se manter
Jornal dos Bairros/3 out 1991	Escola Comunitária São José	Escola Comunitária vai expandir atuação	Escola em crescimento apesar das dificuldades pois conta dos apoios
Jornal dos Bairros/24 out 1991	Escola do Grupo de Escoteiros do Mar de São Jorge	Ensino para crianças carentes	Dificuldades para se manter
Jornal dos Bairros/07 nov 1991	Clube de Mães da Sacramento	Sede do Clube de Mães em péssimo estado	Problemas estruturais e falta de apoio

Fonte: Jornal dos Bairros, 1987-1991.

A partir do quadro 06, é possível perceber que a maioria das pré-escolas que estavam em funcionamento na Sacramento no período analisado se concentravam nos Centros Comunitários e Clubes de Mães daquele bairro. Outra questão, é que nos títulos de algumas matérias aparecem palavras como: “luta”, “falta”, “crise” que adiantam aos leitores as condições de resistência que essas entidades tinham de enfrentar para manter esses espaços abertos e disponíveis para a comunidade.

E as dez instituições comunitárias que aparecem nominadas na segunda coluna do quadro trazem em suma ao longo de suas matérias, justamente questões relacionadas às dificuldades para que esse ensino siga atendendo as demandas de crianças na faixa etária de 0 a 7 anos, sendo dificuldades que serão debatidas posteriormente aos longos das seções, mas se englobam nas

temáticas da: falta de apoio, falta de material e resistência por parte das lideranças desses estabelecimentos.

As matérias contidas no Jornal dos Bairros são ricas em detalhes e por meio de recursos jornalísticos (linguagem formal, título com mensagem impactante, uso de imagens), buscavam chamar atenção da sociedade e do governo de modo geral a respeito das condições precárias que esses espaços educativos feitos pelos moradores enfrentavam. É válido destacar que nesta pesquisa a abordagem é qualitativa, e a base não foi a quantidade de fontes, mas o que estas apresentam a respeito da educação pré-escolar.

1.6. Referencial Teórico Metodológico

Com o intuito de investigar o *corpus* documental deste trabalho fez-se necessário utilizar o suporte teórico e metodológico advindos da Nova História, a qual se conjuga como uma nova forma de escrever a História e que teve suas origens na França e vai no movimento contrário dá a visão tradicional das produções históricas. De modo, que se passou a observar que tudo tem História e pode ser analisado por esta disciplina. A Nova História passou a considerar como sujeitos para além dos grandes heróis e deu voz a pessoas comuns e fez uso de fontes variadas, não somente os ditos documentos oficiais (Burke, 1992).

Esta área passou a considerar como sujeitos esses novos sujeitos e não somente aquelas de famílias de elite ou políticos. Também ampliou o leque de fontes documentais que seriam para além das fontes produzidas pelas instituições oficiais. Dentro deste movimento de renovação da História, iniciado no século XX, pode-se destacar a História Cultural, no qual um dos seus principais pesquisadores é Roger Chartier (1990), que apresenta a História cultural com o objetivo de compreender os processos em que há a construção de realidades sociais multifacetadas em locais diferentes, de modo a apresentar que os discursos, visões e versões sobre a cultura passam por um processo de imposição das ideias dominantes, seja baseada na determinação de uma autoridade, seja legitimando determinadas escolhas e condutas.

Outra base de discussão sobre as produções escritas e suas representações, encontra-se na obra de Stuart Hall (2016), que apresenta duplo significado o conceito de representação. O primeiro está na base da descrição, seja um modelo ou de imaginação, influenciado por pensamentos ou sentidos. A segunda trata-se da inclusão do simbolismo em que a uma

determinada representação podem incluir-se signos, visões e interpretações para além de sua materialidade. Para ele, a representação é essencial para compreender de que maneira as produções recebem significados ou são construídos e compartilhados dentro de um mesmo grupo cultural usando a linguagem, as imagens e os diversos signos. Dessa maneira, uma produção midiática como *Jornal dos Bairros* carrega muitos dos elementos apresentados por Hall, mostrando os espaços de disputas políticas nos centros comunitários, utilizando-se da imagem, da linguagem verbal para denunciar as demandas locais com a intencionalidade de apoiar as iniciativas, levando a informação a pessoas e instituições interessadas, tal como ações para alavancar a venda de seus exemplares, seja pela polêmica ou pela propaganda.

No Brasil, os estudos sobre a imprensa nacional tiveram uma mudança de perspectiva considerável a partir de 1970, no qual grande parte das autoras que pesquisavam sobre a imprensa periódica brasileira utilizando-se com elementos da linguística e da semântica, além da compreensão sobre o pessoal responsável por ajustar e escrever as diversas matérias analisando-se os editoriais desses veículos resultando numa melhor compreensão do jornal como porta voz dos interesses políticos, ideológicos e sociais de determinada classe (Lucca, 2005).

Lucca (2005), descreve em seus estudos como o historiador Jean François Sirineli que apresenta a visão de que os objetos da imprensa periódica são acima de tudo elementos de conexão e de relação coletiva, de forma que cada jornal ou periódico é composto por uma gama de profissionais responsáveis por fortalecerem questões relacionadas às ideias, valores e crenças mantidas com o uso da palavra escrita. Com essa noção compreendemos ainda mais a importância de identificar o grupo responsável por determinada linha editorial tal como conhecer as diferentes possibilidades e uso dos títulos, textos e das imagens que apresentam de forma implícita suas intenções e expectativas cabendo questionar sobre as ligações do jornal ou desses indivíduos com os diferentes poderes ou com os grupos financeiros que têm poder ou controle desse referido instrumento.

Ou seja, é importante analisar as fontes jornalísticas e entender quem está por trás das matérias. E o modo como este jornal é organizado seja com relação aos títulos, aos textos ou as imagens todos esses elementos são importantes, pois nos ajudam a entender se aquele jornal está de acordo com o governo local ou não. No caso do *Jornal dos Bairros*, principalmente nas edições do ano de 1991, o que se observa é que as matérias não são favoráveis ao governo municipal do

período Augusto Rezende, e de vez em quando é pontuado nas matérias o quanto prefeitos como Coutinho Jorge foram incentivadores dessa pré- escola em espaços da comunidade.

Os periódicos apresentam inúmeras vozes, sendo compostas por vários textos. Os jornais principalmente nos tempos atuais são resultados de ações coletivas no qual surgem múltiplas falas, como exemplo o peso importante das tomadas de decisão dos editores chefes ou dos donos desses órgãos jornalísticos, no qual podem trazer para si mesmos as tarefas de supervisionar as diversas produções solicitadas. O corpo de jornalistas é geralmente amplo, capaz de apresentar suas posições políticas de modo implícito ou explícito, interagindo diretamente com a posição final do jornal em que atuam, permitindo ao pesquisador analisar a polifonia que compõe o texto jornalístico (Barros, 2023).

Nesse sentido, os pesquisadores se debruçam em utilizar os jornais como fontes de suas pesquisas, precisam estar atentos a essas vozes que ecoam das páginas dos jornais, e pensar que tudo o que ali está sendo exposto tem uma intenção seja de depreciar ou de elogiar as ações que estão sendo oferecidas à população.

Também, é necessário observar o público e a disposição dessas matérias dentro dos jornais. Conforme Lucca (2005), os pesquisadores da imprensa periódica têm como base de trabalho as informações que se tornaram notícias que apenas por isso já se somam uma grande quantidade de questões, de forma a compreender as razões que levaram a publicizar o elemento que está no jornal. Essas notícias também apresentam considerável hierarquia que por exemplo situam diferentes temáticas dentro da organização do jornal: as temáticas regionais, os encartes de economia, entretenimento ou os esportes.

No caso do Jornal dos Bairros, ele é um encarte que está inserido dentro do jornal de ampla circulação nesta capital naquele momento que era O Liberal, que visava tratar junto das comunidades as problemáticas enfrentadas por essas localidades no dia a dia, então os assuntos ali comentados variam de economia, transporte, moradia e educação.

Outro elemento presente no Jornal dos Bairros são as imagens que por vezes dialogam com o texto inserido nas matérias. Segundo Albuquerque e Klein (2017), é atual a preocupação em utilizar as imagens como uma fonte histórica. Até pouco tempo atrás essas ilustrações serviam apenas para confirmar o texto descrito no jornal. Contudo, para os pesquisadores que se debruçam a utilizar essa fonte, a imagem disposta nas matérias representa uma fração do que foi vivido naquele momento.

Nesse entendimento, as imagens que vêm disponíveis nas matérias podem ser encaradas como objetos que merecem o devido questionamento. Podem sim traduzir uma certa afirmação com relação ao que o texto jornalístico busca repassar, mas podem contradizer as informações textuais, cabendo ao pesquisador estar atento a essas proposições que vêm a partir dessa utilização de fonte.

Para Barthes (1990), as imagens possuem sentidos e a própria disposição de ler essas imagens é produzir uma história. Além disso, as imagens publicadas nas matérias de jornais buscam repassar uma mensagem e essa mensagem é completa, pois tem um elemento transmissor (que é a própria editora) e tem um receptor (que é o público que o lê). E o jornal funciona como um canal de transmissão organizado a partir de suas matérias, imagens, títulos e até mesmo o nome do jornal pode interferir nesses conteúdos.

Além disso, as fotografias possuem elementos específicos como por exemplo os objetos retratados que a constituem. Esses objetos possuem significados, que podem ser incompletos e contínuos em sua própria natureza, ou que podem estar explícitos a partir de suas qualidades físicas, que direcionam a compreender os sentidos ou as diversas dinâmicas que estão atrelados a mensagem que o jornal busca repassar (Barthes, 1990).

No caso do Jornal dos Bairros, as imagens por vezes enfatizam as situações enfrentadas nos centros comunitários e clubes de mães. É como se o escritor da matéria e a pessoa que fez a foto, dialogassem para repassar com ênfase a situação de precariedade vivida por esses espaços educativos.

Outrossim, as diversas pessoas que criam os discursos nos jornais e a expõem como um impresso, podem sofrer pressões políticas de fora das repartições dos jornais. Contudo, de certo modo o próprio jornal se mostra como um agente político que pode interferir nos planos de uma localidade. E ao contrário também, a política local pode pressionar as fontes editoriais (Barros, 2023).

Ou seja, as fontes jornalísticas contam com seus textos, imagens e formatações possuem um encadeamento lógico e que gera tanto informações como pontos de vista que podem ser favoráveis ou não as forças políticas que governo no tempo de produção desses documentos. Esses se mostram como um caminho a ser desvendado pelos pesquisadores e podem nos ajudar a compreender as características das pré-escolas comunitárias instaladas na Sacramento no começo dos anos de 1990

1.7. Estruturação do texto

Essa dissertação contará com 4 seções, sendo elas:

A primeira seção refere-se à **Introdução** no qual o foco é pontuar o tema, o objeto, os objetivos bem como os motivos que levaram ao interesse por essa pesquisa como uma forma de aproximar o leitor aos indícios que levaram a produção deste trabalho. De modo, que ao longo do texto estarão presentes o estado do conhecimento, o corpus documental, referências teóricas e metodológicas que serviram de base inicial para elaboração dessa pesquisa sobre espaços educativos compensatórios na comunidade da Sacramenta.

A segunda seção, intitulada **A educação da infância pobre no Brasil e em Belém-PA**, em que se aponta o percurso histórico das políticas voltadas à assistência e a educação destinada ao público infantil no decorrer do Brasil Republicano. No começo do século, as crianças da elite estudavam em espaços diferentes das crianças pobres. Entre a década de 1920 até 1950 foram feitas diversas políticas públicas por parte dos governantes para prestar auxílio à infância pobre. A partir de 1960 os organismos internacionais influenciaram na educação brasileira e a educação compensatória foi usada para suprir as carências educativas das crianças pobres. Além disso, serão abordados aspectos das dez pré-escolas comunitárias da Sacramenta que atendiam as crianças dessa comunidade.

Na terceira seção, chamada **Os Órgãos mantenedores da educação pré-escolar na Sacramenta**. No qual, serão caracterizados os espaços que ofereciam essa educação pré-escolar na Sacramenta, além disso serão conhecidos os perfis dos educadores e profissionais que atuavam nessas escolas. Também, buscaremos investigar aspectos dos órgãos que ajudaram esses espaços educativos da comunidade a se manterem funcionando os oficiais (LBA, SEMEC, FMAE e afins) e a importância da mão de obra dos moradores da comunidade que viam a necessidade do acesso à educação e criavam estratégias para mantê-las.

Na quarta seção, intitulada **Para além de um “Canal de sub-educação”: a estrutura dos espaços de educação comunitária e seus impactos nas práticas educativas na Sacramenta** apresentar-se quais foram as principais dificuldades para desenvolver as atividades educativas dentro dessas escolas na comunidade da Sacramenta entre os anos de 1987 a 1991. De modo, a caracterizar com o auxílio do Jornal dos Bairros as condições estruturais desses espaços, as táticas feitas pelos educadores para improvisar e continuar educando essas crianças ainda que em

condições precárias. Além disso, busca-se expor a ausência de materiais, de apoio financeiro e o que a falta de espaços de lazer causa no cotidiano dessas instituições.

2- A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA POBRE NO BRASIL E EM BELÉM-PA

O trabalho vem sendo desenvolvido há oito anos pelo Clube de Mães Santa Inês e *a escola não pode parar* é uma das poucas entidades que tem atendido a população do bairro.

(Jornal dos Bairros, 08 de novembro de 1990, p.5)

Na citação acima, é exposto o longo período de atuação de entidades comunitárias na promoção da educação para as crianças. Dessa maneira percebe-se que na década de 1980 há um processo de consolidação destas entidades locais nas atividades em colaboração com o contexto político nacional e internacional, que por meio de diversos órgãos do Estado passaram a apoiar essas escolas com auxílio financeiro ou material.

Dessa forma, nesta seção serão caracterizadas brevemente determinadas políticas de assistência dentro do Brasil Republicano voltadas ao atendimento da criança pequena. Sendo destacadas as ações desenvolvidas pela LBA e também os incentivos oferecidos por órgãos internacionais como a ONU e a UNICEF no investimento de uma educação a baixo custo para manter as crianças carentes.

Também, será discutida a importância da Carta Magna de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 para a visibilidade dos menores como sujeitos a quem o Estado deveria garantir assistência e atendimentos dos direitos mínimos para contribuir com seus processos de desenvolvimento físico e mental. Além disso, destacam-se as atuações das entidades comunitárias na luta constante frente às autoridades públicas para garantir a manutenção dos espaços educativos destinados aos cuidados com as crianças pequenas nas áreas carentes de Belém.

2.1. Principais políticas brasileiras e instituições educativas destinadas à infância no Brasil Republicano

Neste tópico do trabalho serão destacadas brevemente algumas ações políticas voltadas à proteção da infância dentro do Brasil Republicano. Sendo o principal foco, caracterizar principalmente aquelas ações promovidas com o auxílio de investimentos de mantenedores de fora do Brasil e como no decorrer dos anos de 1970 e 1980 a educação possuía instituições voltadas a oferecer o mínimo para atender essa infância empobrecida.

Assim, observa-se que a educação da infância passou por diversas correntes de estudos e análises, com o objetivo de facilitar o aprendizado nesse segmento, e cujos métodos e objetivos sempre estiveram alinhados à classe social a qual a criança pertencia. No começo do período republicano brasileiro, havia certo delineamento entre as diferentes abordagens de políticas educativas para a infância. Aos ricos, cabia uma formação que o preparasse para organizar a sociedade em que viviam; à criança pobre, cabia a definição constante de uma formação elementar e profissionalizante, de maneira que “o menor” era visto como a classe a ser controlada, seja pelo estado ou por instituições eclesásticas (Marcílio, 2019).

No bojo dessa educação para controle social, há certa definição sobre os papéis que caberiam a essas instituições, tal como a visão de creches como uma instituição que deve ter o papel de apoio à organização das famílias. Um caso dessa abordagem aconteceu mediante a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e o Patronato de Menores, localizado na então capital federal (Rio de Janeiro), e além do apoio educacional infantil, realizava cursos de formação para mães pobres (Kuhlmann Jr, 2000).

As creches também foram vistas como espaços assistencialistas de maneira que não era um direito, mas sim uma responsabilidade com quem não tinha esse tipo de atendimento. Dessa forma, o foco dessas instituições eram os filhos da classe trabalhadora, sendo consideradas como um depósito apenas para cuidar de crianças sem a função de educá-las embora o fizessem (Castro; Souza, 2015).

Para Alves e Araújo (2016), as políticas relacionadas à proteção da infância existiam em Belém desde o começo da República. Essas autoras investigaram uma instituição importante nesse quesito que foi a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) no ano de 1912, pelo médico Ophir Loyola que comovido com a situação da mortalidade infantil nesta capital e com os constantes casos abandono das crianças empobrecidas e o projetou aos moldes do IPAI que existia no Rio de Janeiro implementado por Moncorvo Filho. Com o intuito de atender as crianças necessitadas e ensinar para suas mães as lições de como cuidar da saúde e da higiene desse público para que viessem a se tornar fortes.

Nas primeiras décadas do século XX, a educação era utilizada como uma forma de prevenção para corrigir desde a criança até a juventude. Com o interesse em formar aqueles que seriam o futuro da nação. Além disso, essa educação servia para disciplinar aqueles menores que vagavam pelas ruas e necessitavam ser amparados por ações do Estado (Pinheiro, 2013).

As instituições particulares se destacavam na promoção da assistência e da educação na fase da infância no Brasil até 1920. Após esse período através do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância² e do Segundo Congresso Brasileiro de Proteção à Infância³ que serviram para constatar a ausência do Estado na promoção desse tipo de atendimento.

Com o processo revolucionário de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas (1889 - 1954), há uma forte influência do contexto socioeconômico mundial devido à crise de 1929, que impactou diretamente na educação. Isso resultou na construção de políticas públicas de educação para a infância, no qual houve consideráveis mudanças, principalmente nas instituições promotoras desses serviços educativos.

Após o Segundo congresso dentro do governo de Vargas, ocorre a formação de novos órgãos voltados à proteção da infância e da família carente. Um exemplo disso foi criado através o Ministério da Educação, que deu origem ao Departamento Nacional da Criança (DNCr) que basicamente seria um setor exclusivo para o atendimento na infância e de caráter público (Kramer, 2011).

Nesse contexto educacional varguista, o Estado inicialmente era visto como um agente neutro no que diz respeito a responsabilidade para com os pequenos e a família era culpabilizada problemas relacionados à formação das crianças. No decorrer desse tempo foi incorporado o ideal que ligava a criança e a pátria com o argumento de que era necessário formar uma “raça forte e sadia” (Kramer, 2011, p.60). Com isso, além da atuação estatal surgem as instituições religiosas e leigas preocupadas em realizar a proteção e o atendimento à infância pobre de forma que a organização e o apoio financeiro vinham do Estado. Além disso, a um constante incentivo para que houvesse ações individuais e coletivas para apoiarem esses projetos de educação na infância (Kramer, 2011).

O primeiro documento institucional da união que estabelece a educação como um direito de todos é a Constituição de 1934 que deveria garantir condições iguais independente da condição da criança. Fato também discutido na Constituição de 1937 dentro do Estado Novo, que

² Foi um congresso brasileiro realizado no Rio de Janeiro em 1922 criado pelo Departamento da Criança voltado especificamente a tratar os assuntos voltados à infância no que diz respeito a áreas como a pedagogia, a higiene, a medicina, a lei, a assistência. Teve duração de dez dias e como responsáveis: Dr. Arthur Moncorvo Filho e Dr. Rodrigues Lima estavam debatendo acerca das responsabilidades do Estado, da família e da sociedade para com as crianças. (Boletim do Primeiro Congresso de Proteção à Infância, 1922).

³ Promovido no Rio de Janeiro no ano de 1933 com o intuito de organizar as tarefas dos órgãos públicos voltados ao atendimento das crianças seja através da criação de espaços educacionais ou espaços de atendimento voltados à saúde desse público (Kramer, 2011).

garanta a ocupação do Estado como agente promotor da educação principalmente na ausência de estabelecimentos de ensino particulares (Paseti, 2010).

Ainda permeando essa discussão, é criado em 5 de novembro de 1941 o Serviço de Assistência a Menores (SAM) que tinha como objetivo a organização dos serviços de apoio aos menores desvalidos e delinquentes que estivessem em instituições públicas ou particulares, com a intenção de educar “os menores” que viviam soltos pelas ruas e expostos a diversas transgressões ou a delinquências por conta de abandono dos pais ou extrema miséria (Paseti, 2010).

Nesse panorama, um elemento que toma importância na educação aos carentes são as escolas comunitárias, estas surgiram nos anos 40 para atender uma demanda da população pobre que estava crescendo. Abordando isso de maneira direta a autora Mônica Costa (2008) em sua tese de doutorado explica um pouco das motivações que levaram a origem dessas iniciativas comunitárias:

O Movimento das escolas comunitárias tem uma origem antiga. O seu surgimento em Recife data 1942, sob denominação de escolas da comunidade, em razão de um elevado crescimento populacional no período, sendo a oferta de serviços insuficientes para atender a demanda. Estas escolas se espalharam por todo o país. Ao longo dos anos 80 as “escolas da comunidade” voltam a se estabelecer, basicamente em função do mesmo motivo: o sistema público oficial não consegue absorver as crianças e adolescentes de todas as comunidades, especificamente das periferias. Seu objetivo não é apenas ser incluyente, mas desenvolver um trabalho pedagógico que assume a realidade das comunidades como parte do ensino-aprendizagem, tendo a experiência das pessoas como base de uma ação transformadora. (Costa, 2008, p.101)

Essas escolas comunitárias foram criadas no Brasil nos anos 40 destinadas a população pobre que não tinham o atendimento educacional capaz de suprir as demandas de uma população crescente, utilizando-se dos recursos e meios da comunidade para a construção do ensino e da aprendizagem desse público. Um exemplo dessa ausência da educação pública destinada a carentes, pode ser observada na capital paraense, de forma que somente no ano de 1947, é inaugurada a primeira escola municipal na cidade de Belém por nome Ernestina Rodrigues, instituição que se originou décadas antes da secretaria municipal de educação, fundada em 1964 como a Fundação Educacional do Município de Belém (FEMB). (Muller,2023)

Nesse sentido, a educação pré-escolar no Brasil tinha um caráter assistencialista que era conduzido segundo as premissas do *Fundo das Nações Unidas para a Infância* (UNICEF) e da *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), que com

o auxílio de organizações não governamentais, buscavam criar estratégias nos países de Terceiro Mundo para oferecer uma educação focada na população pobre. Um exemplo dessa influência no Brasil foi a origem do Departamento Nacional da Criança (DNCR), um órgão dos anos 1940 cuja função estava atrelada a desenvolver ações ligadas à educação e à saúde dos menores. E este órgão por sua vez criou no começo de sua atuação os “Clubes de Mães” que visavam auxiliar as crianças pequenas para que as mães trabalhassem fora do lar e se mantivessem através do apoio das pessoas que viviam nas comunidades carentes (Rosemberg, 1992).

A partir da década de 1950, observa-se a atuação do UNICEF enquanto entidade supranacional que influenciou de forma direta a educação no Brasil tanto em nível privado quanto público. Sua prioridade era manter o Estado como elemento de controle e organização dos modelos educacionais e incentivava que os atendimentos a criança pequena fossem promovidos por intermédio de convênios públicos ou particulares (Kramer, 2011).

Para Ferreira (2019), entre os anos de 1960 e 1970, diversos programas e iniciativas voltadas à infância emergiram no Brasil dentre eles: a *Casa da Criança*, os Clubes de Mães, Planos Assistencialistas para pré-escola, o desenvolvimento de ações da Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁴, o *Projeto Casulo*, bem como aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases de 1961 que influenciou na educação pública em prol de melhorias na formação de professores e na oferta por mais matrículas para alunos. Ou seja, este foi um tempo em que a sociedade pôde experimentar as influências desses órgãos e projetos em seus cotidianos, por mais que não existisse uma obrigatoriedade do ensino pré-escolar este era ofertado com esses auxílios.

A partir de abril de 1964, entra em voga no Brasil a Ditadura Militar, um contexto político que restringiu a liberdade dos indivíduos e punia quem era contra as autoridades com as medidas como atos de censuras, exílios e até assassinatos. A educação deste período também foi modificada, conforme Magalhães (2017), a partir do governo de João Goulart cresceu no Brasil as ideias desenvolvimentistas no qual o alvo da nação era aumentar as economias e alcançar

⁴ Ressalta-se que a LBA atuou nos interiores do Pará na década de 1970 com o auxílio das Prelazias que eram instituições de cunho católico que promoviam ações em conjunto para oferecer proteção destinada ao público infantil. Para Freitas (2019) no município de Altamira essa atenção da LBA e da Prelazia do Xingu à infância e o cuidado materno era promovido através de promoções de distribuição de alimentos, oferta de cursos, ações de saúde. Outrossim, Lira e Costa (2024) pesquisaram as ações da LBA neste mesmo período na oferta da educação compensatória para as crianças menores de seis anos por meio de uma creche casulo chamada Bom Pastor em Juruti-Pa. Ou seja, essas ações voltadas à proteção das crianças estavam acontecendo nos interiores do Pará e merecem novas análises no que diz respeito à capital.

maiores investimentos do capital estrangeiro e assim foram feitos acordos educativos conhecidos como “*Acordos Mec-Usaid*” que expressavam um desprezo com relação à figura da criança e não estavam preocupados em promover o desenvolvimento educativo dessa faixa etária. De modo que o atendimento a essas crianças pequenas tinha origem principalmente com o auxílio de ações assistencialistas ofertadas por igrejas, ongs ou outros agentes para suprir as necessidades básicas.

Conforme Ammann (1997) , a partir de 1964, quando as instâncias governamentais perceberam a necessidade de ganhar o apoio social das classes subalternas. As ações ligadas ao envolvimento e da comunidade passam a fazer parte dos programas de governo. Surgem nesse ínterim com a ideia de integração social projetos como o Projeto Rondon e o Mobral que buscam através da oferta de cursos básicos para gerar renda e resolver os problemas dos pobres. São serviços que foram prestados à população de baixa renda na intenção de apoiar o pensamento da classe dominante em prol do desenvolvimento do Brasil.

Esses agentes citados atuavam como elementos de base para os organismos internacionais, principalmente até a década de 1970, que buscavam baratear os custos relacionados à educação para as crianças no Brasil. Para um país naquele momento de Terceiro Mundo, buscava-se compensar aquilo que faltava na vida dessas crianças pobres através do próprio uso da comunidade para suprir essas necessidades, ou seja, essa educação tinha um caráter compensatório (Lucas, 2012).

Kramer (2011) também descreve como essa educação pré-escolar no Brasil pós anos 60 baseava-se na ideia de compensar aquilo que faltava na vida das crianças e descreve que a atuação da UNICEF não foi única no país, por exemplo, em 1965 o Departamento Nacional da Criança foi responsável por setorizar questões sobre educação para crianças, resultando na Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM), que atuou em diversos projetos comunitários espalhados por intermédio de convênios no Rio de Janeiro, mas que buscava influenciar a educação das crianças desta nação. Além disso, demonstra o quanto um organismo internacional como a UNICEF se envolvia nesse tempo histórico com uma nação de Terceiro Mundo como o Brasil para estabelecer certos padrões na educação das crianças.

Outra consequência do período da Ditadura Militar, foi o processo de distanciamento das instituições públicas de ensino a fornecerem a educação básica, iniciando o delineamento de tarefas que seriam indicadas para instituições particulares de educação (de capital privado ou

não). Dessa forma, o estado ficaria ao cargo de fornecer as condições financeiras e materiais para alcançar a população em idade escolar.

Um importante instrumento para consolidar essa transferência de responsabilidade sobre a educação brasileira foi a Lei 5692/71 que em seus artigos traçaram pontos importantes referentes aos níveis de ensino que eram obrigação do estado ofertar, além das questões de financiamento da educação particular e da educação nas comunidades por parte da união.

O artigo 20 desta lei define como obrigação do estado o ensino do 1º grau para os alunos em idade escolar de 7 a 14 anos, o mesmo atribui preferencialmente aos municípios a responsabilidade de fazer o levantamento e a matrícula nesse nível de ensino. Os artigos 43 e 45 tratavam sobre o financiamento de organizações educacionais particulares ou filantrópicas, que usavam o dinheiro público para suprir as demandas educacionais não atendidas pela educação pública.

No decorrer da década de 1970, o governo passou a investir em políticas educacionais para pré-escola de cunho compensatório e que oferecesse assistência às crianças de 0 a 6 anos. É possível perceber que neste tempo, por mais que não existisse uma legislação de caráter vinculante sobre ações em prol dos direitos na infância, cada vez mais era necessário pensar nesse público, pois a evasão escolar e o fracasso no atendimento à primeira infância principalmente entre a camada pobre era latente. Então, definiu-se que esses carentes economicamente também tinham uma deficiência cultural, se esta fosse reparada esses pequenos conseguiram ter sucesso nos estudos. Assim, esse modelo de educação compensatória visava inserir muitas crianças em um espaço escolar a um preço que fosse barato e é justamente isso que atraiu os organismos internacionais para que se envolvessem nas ofertas educativas no Brasil (Magalhães, 2017).

No período final da ditadura, continuou a existir um vácuo de legislações relacionadas à educação infantil, que para suprir as demandas ignoradas, buscavam usar os programas de educação compensatória que surgiram com o intuito de resolver as mazelas sociais semelhantes ao discurso que se tinha sobre o 1º grau⁵. Logo, quem era responsabilizado pelos problemas sociais eram os pobres (familiares ou as crianças) e a figura do Estado propunha esse tipo de

⁵ De acordo com a Lei nº 5.692 do ano de 1971 o 1º grau corresponde ao ensino oferecido a crianças (acima de 7 anos) e adolescentes visando a formação integral destes alunos para contribuir com seu o desenvolvimento enquanto cidadão e para o mundo do trabalho. Tinha a duração de oito anos letivos e era responsabilidade do Estado anualmente saber quem estava apto a receber tal educação. (BRASIL, 1971).

educação para diminuir as mazelas com a premissa de ajudar essa infância a voltar aos padrões aptos ao desenvolvimento da nação (Kramer, 2011).

Outrossim, Kramer (2011) enfatiza que o governo estatal acreditava na educação compensatória firmemente como uma solução que serviria para suprir as carências nutritivas e culturais dos menores, estes teriam melhor desempenho na escolar e assim poderiam reduzir as reprovações que tinham números alarmantes naquele período. Esta autora também, pontuou que nas periferias das grandes cidades brasileiras e principalmente na Região Norte a educação compensatória mostrava-se como uma opção específica para as crianças carentes.

Conforme Lucas (2012), antes somente as famílias ricas podiam oferecer estudo às suas crianças. A partir dos anos 1970 observa-se que o poder estatal precisou promover ações em prol do público infantil e criar mecanismos para atender através da educação às crianças pequenas. Então, diversos tipos de programas foram criados para difundir a educação para este público, como por exemplo: as diretrizes da *Educação Pré-Escolar: Uma Nova Perspectiva*⁶ originada através do Ministério da Educação (MEC) em 1975.

Magalhães (2017) demonstra que, a partir de 1975, o MEC, ocupou-se em criar esses atendimentos educativos destinados à primeira infância e assim muitos documentos e diretrizes foram criados para diminuir os custos da educação para essas crianças, atender uma grande demanda de crianças em prol de minimizar os problemas da sociedade. Entende-se que esses serviços educativos que buscavam a compensação, mas vieram para mascarar os diversos problemas que eram enfrentados pelos brasileiros e principalmente dividir as crianças a partir dos recursos financeiros que suas famílias possuíam. Assim, as creches vieram a existir para as crianças pobres de 0 a 6 anos e os jardins de infância para as crianças ricas acima de 3 anos.

Um desses exemplos concretos de programas nacionais para modelo pré-escolar de massa foi descrito por Rosemberg (1997), *O Projeto Casulo*, que foi criado em 1976 e manteve sua atuação durante a Ditadura Militar. Ele tinha o propósito de prevenir os males da nação ao oferecer atendimento educacional e nutricional às crianças, também servia como um dispositivo de segurança do país, pois os miseráveis poderiam atrapalhar a unidade nacional se não tivessem seus filhos envolvidos em projetos como este. *O Projeto Casulo* teve resultados em números no

⁶ Foram recomendações criadas pelo MEC especificadamente destinadas a organização da educação pré-escolar originou-se dentro do departamento deste ministério que tratava sobre assuntos vinculados ao 1º grau. Esse programa se pautava nas determinações dos organismos internacionais voltados a educação no Brasil que valorizava a educação em massa e os gastos mínimos (ROSEMBERG, 1992)

Brasil estima-se que em menos de quatro anos de existência cerca de um milhão de crianças eram assistidas por este programa e cada aluno dava de despesa para o governo um valor pequeno que girava em torno de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo da época.

O *Projeto Casulo* também tinha o intuito de ser um espaço para abrigar as crianças para que suas mães pudessem trabalhar. Desde 1979, observa-se com maior frequência em nível nacional a luta promovida por mulheres em prol de espaços para que seus filhos ficassem enquanto essas trabalhavam, em São Paulo foi organizado o Primeiro Congresso de Mulheres Paulistas em busca do *Movimento por Lutas por Creches* que inspirou outros movimentos sociais e pessoas a também lutarem por estas causas (Rosemberg, 1984).

Destaca-se, também, que naquela fase de transição, entre 1979 e 1980, o ato de reivindicar espaços como as creches para que atendimento a esses pequenos faz referência a união das classes populares que estão começando a se organizar contra o regime autoritário que estava em voga (Rosemberg, 1984).

Em Belém do Pará De Abreu (2010), caracterizou em suas pesquisas a Fundação do Bem Estar Social do Pará (Fbesp) que recebia financiamentos fornecidos pela FUNABEM para a proteção e o cuidado com as pessoas em situação de pobreza que viviam na capital paraense. Desde a sua criação no ano de 1967 tinha as crianças e os adolescentes como alvos de suas ações de assistência. Além disso, no ano de 1979 é firmado convênio entre a Fbesp e a Lba que implantaram nas áreas periféricas de Belém diversas creches, casulos e espaços de educação voltada ao atendimento de idosos.

De acordo com Campos (1991), entre o fim dos anos 1970 e começo dos anos 1980 observa-se que espaços de educação infantil como as creches vão ter três principais agentes que reivindicam esse atendimento: os grupos de mulheres que viviam em bairros carentes, os movimentos feministas que traziam essas pautas da educação infantil para ser discutida nos setores públicos e as secretarias municipais de educação que estavam começando a pensar nesses debates mediante a reclamação do povo em prol desse tipo de atendimento.

No ano de 1979, observa-se, também, que a UNICEF buscou priorizar as creches comunitárias e esse fenômeno se espalhou pelo país a partir de 1980, contando com o apoio tanto dos movimentos sociais quanto dos moradores dessas localidades que se organizavam em espaços como centros comunitários e grupos de moradores para lutar por melhores condições de

vida e a maior parte desses espaços educativos somente em 2002 passaram a ser obrigação dos municípios (Magalhães, 2017).

No decorrer da década de 1980, o Ministério da Educação cria com maior ênfase projetos voltados a pré-escola, dentre eles o II e o III Plano Setorial de educação (PSEC), que era fruto dos projetos educativos voltados à infância pobre promovidos durante a Ditadura Militar entre 1975 a 1985. O PSEC tem como principal objetivo propor estratégias para combater as mazelas educacionais dos pobres e também faz uso da educação compensatória como uma solução para as defasagens encontradas no 1º grau, buscava se oferecer o mínimo de cultura para esses que estavam à margem como uma alternativa que gerasse sucesso ao ensino primário (Kuhlmann, 2012).

Segundo Kramer (2011), no III PSEC buscou-se ofertar atendimento educacional à população carente de crianças que viviam sem condições adequadas de saúde, saneamento ou estruturas-familiares e também nas periferias das grandes cidades brasileiras em que muitas crianças não tinham apoio adequado em seus cotidianos. Além de incentivarem o uso da mão de obra nos espaços educativos de moradores das comunidades.

Além disso, na década de 1980, o MEC propôs-se a tratar a respeito da educação das crianças entre 0 a 6 anos. As discussões referentes a essa modalidade de ensino foram regidas por diretrizes criadas nos órgãos públicos que tinham a função de organizar esse tipo de ensino. Assim, por exemplo, o Conselho Nacional de Educação passou a discutir a necessidade do atendimento destinado ao público infantil ainda que tivessem que responsabilizar ministérios além do MEC, como os da providência e da saúde (Kuhlmann, 2012).

Para Lucas (2012), um exemplo dessas medidas por parte do governo para o atendimento a primeira infância foi o *Programa Nacional de Educação Pré-Escolar*, originado no ano de 1981 através do MEC, com o intuito de suprir as necessidades das crianças pobres e melhorar o nível de aprendizagem delas o que contribuiria para diminuir os índices de evasão do 1º grau. Nesse tempo, espalhou-se no Brasil esse tipo de atendimento educacional que contava com o suporte de organismos públicos, privados ou ongs para continuar ofertando essa modalidade educativa. Além disso, para implementar esse programa algumas táticas foram usadas como o uso de espaços que estavam inativos nas cidades que coubessem no mínimo cem crianças, bem como o uso da mão de obra não qualificada de moradores dessas localidades.

Magalhães (2017) destaca que o atendimento à educação infantil no Brasil até a década de 1980 perpassou por muitas ações, ora eram as mães pobres que reivindicavam esse tipo de atendimento, ora eram atos contra as exigências educativas do período final da Ditadura Militar. Esses fatores relacionados à política, às condições financeiras e ao desenvolvimento da sociedade levaram os civis e as ongs a lutarem para que essas crianças fossem assistidas. Efetivamente, isso é notado através da Carta Magna promulgada no ano de 1988, que estabelece a educação para crianças não como uma necessidade dos pais, mas como um direito pleno das crianças.

A Constituição de 1988 foi um reflexo incorporado da sociedade e dos grupos sociais responsáveis pela educação no período que aos poucos foi amadurecendo e resultando na mudança de pensamento relacionado à necessidade da educação infantil. Não como uma questão de assistência, amparo ou caridade, mas sob a premissa do direito impondo este dever como responsabilidade do Estado. (Cury, 1998)

A Carta Magna determinava que a educação para as crianças era um dever que o Estado precisava garantir, consolidando políticas voltadas para o acesso das famílias a esse tipo de educação, somado a garantia desse atendimento aos alunos (Ferreira, 2019). Esta legislação detalha o público alvo para essa política educacional como apresentado no artigo 208:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (EC no 14/96, EC no 53/2006 e EC no 59/2009)
 I–Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (...)
 IV–Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Brasil, 1988).

Nesse artigo da Constituição, há menção a algumas questões, como a garantia do acesso educacional a crianças e adolescentes, além de um incentivo para a realização de matrículas em espaços específicos (creche e pré-escola) para crianças com idade adequada na educação infantil (a partir de 4 anos) de forma gratuita. Este documento foi um dos primeiros apontamentos do Estado brasileiro para uma mudança de postura relacionado a pensar na criança pobre enquanto um sujeito com direitos, não apenas como um segmento social a ser controlado. Além deste, há a influência da Convenção sobre os Direitos da Criança realizada pela UNICEF em 1989, que organizou normativas sobre os direitos das crianças no mundo sendo um dos documentos mais aceitos pelos países (UNICEF, 1990).

Na década de 1990, inspirado por mobilizações internacionais e nacionais surge a Lei nº8.090 regulamentando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para Ferreira (2019), esta legislação visava a proteção de modo completo das crianças e adolescentes como elemento de dignidade humana de maneira plena e responsável. O ECA apresenta a criança em desenvolvimento como um indivíduo “portador de continuidade”, de maneira que essa pessoa em formação tem valores e visões atreladas a cultura e a comunidade em que vive.

Nesse sentido, depreende-se que a partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que a criança e o adolescente foram considerados sujeitos que precisam de atenção específica para o seu público. (Magalhães, 2017). Contudo, essas legislações e atenções se mantiveram no papel, mas foram enfraquecidas a partir da década de 1990.

Rosemberg (2016) descreve que no decorrer dos anos de 1990 organismos internacionais como a UNESCO e a ONU comprometem-se em fortalecer as políticas educativas em países africanos saindo da frente principal de atuação no Brasil. No entanto, apesar das legislações que enfatizam aspectos dos direitos das crianças, o que se observa é a desconstrução do percurso democrático referente a esses sujeitos em desenvolvimento. O Banco Mundial (BM) entra em cena como principal provedor a partir desse período da Educação Infantil (EI).

Nos anos 1990, a Educação Infantil era composta por: Creches, Pré-escolas e instituições de Ensino Fundamental no qual as crianças entre cinco anos e onze anos deveriam frequentar os referidos estabelecimentos educacionais, cuja ênfase estava no desenvolvimento infantil, levando em consideração se esse público possui esquemas nutricionais, se estavam envolvidos a programas de saúde e se recebiam educação. Semelhantemente, aos moldes da década anterior quando a UNESCO e UNICEF estavam responsáveis por cuidar dessa infância ao longo dessa nova década é valorizada a oferta de uma educação a baixos custos, descompromissada com a qualidade, pois quem recebe é justamente aqueles que não tem condições financeiras. Isso tudo embasado no slogan de “*educação não formal*” que se expandia com o auxílio dos membros das comunidades carentes espalhadas pelo Brasil (Rosemberg, 2016).

Segundo Magalhães (2017), no Brasil dos anos de 1990, há ênfase nas políticas voltadas à privatização das empresas públicas com o objetivo de resolução das suas mazelas. A premissa era que com o apoio do capital estrangeiro novas empresas iriam alavancar a economia desta nação. Contudo, observa-se os impactos que essas ações causaram na educação de modo geral e principalmente na educação infantil que voltava a ter o embasamento nas práticas educativas

compensatórias com os programas feitos especificamente para atender os desfavorecidos economicamente.

Passeti (2010) pontua que os planos governamentais nessa década visavam oferecer educação para todas as crianças baseado nas ações pós-constituição. Mas na prática, isso nunca se concretizou. A escola ainda era um espaço com carências relativas à alimentação, ao quadro de profissionais ou ao tipo de ensino. Esse autor denomina como *Nova Filantropia* a ação que ora era de caridade ora de crueldade, sendo promovida por três grupos: o sistema jurídico/policial que ocupava se de punir esses menores, a punição contra quem violentou esses menores e o esforço em grande escala das parcerias entre o Estado e o as ongs para ajudar na promoção dos programas sociais educativos.

Segundo Dos Santos (2023), nesse período o estado brasileiro se propôs a realizar essas parcerias entre os setores público/privado, ou público/Ongs o que acabou resultando no aumento do uso da educação compensatória, aquele elemento que visava suprir carências básicas das crianças humildes. Com esse processo nota-se uma reconfiguração da promoção do ensino, concentrando-se com intervenção de investimentos do capital estrangeiro, colaborando com a remoção do Estado junto a responsabilidade principal com a educação infantil.

Essas parcerias entre o sistema público e os convênios (privados ou ongs) endossaram tanto o lado “preventivo” quanto “assistencialista” na figura do Estado, e que mascarava certa preocupação com o futuro dos menores. Assim, os órgãos públicos a partir dos meados da década 1980 irão reforçar a “tradição” em dar certa atenção aos anseios da população nos repasses de dinheiro público para núcleos espalhados nas diversas comunidades carentes do Brasil. Esse repasse serve para implementar as pequenas escolas ou creches nos bairros com densa população como uma alternativa para resolver seus problemas educativos imediatos (Campos, 1985).

A atuação do Estado em promover esse tipo de educação é reforçar a ideia da participação comunitária como uma saída para resolver a questão educacional nessas comunidades empobrecidas, por meio dos convênios esses pequenos teriam uma dimensão educativa capaz de guardar e proteger além de receberem atenção na saúde, alimentação e higiene. Essa autora cita dois exemplos dessas experiências educativas em 1984 que se responsabilizaram pelas crianças entre 0 a 6 anos: as escolas comunitárias em favelas no Rio de Janeiro e as 17 escolas comunitárias da Comissão dos Bairros de Belém (CBB) no Pará. (Campos, 1985). Ou seja, esses espaços educativos estavam ocupados em suprir as demandas relativas à pré-escola nas áreas

carentes do país. De modo, a depender dos convênios promovidos pela entidade federativa com parcerias entre instituições particulares ou ongs que contavam com a mão de obra das comunidades para manter-se funcionando.

2.2 A educação da infância pobre em Belém do Pará: o caso do bairro da Sacramento

Em Belém do Pará, a Rede Municipal de Ensino (RME) possui pouca documentação disponível que retrata sobre essa origem do sistema municipal de ensino referente à educação infantil. Sabe-se que essa rede foi incumbida e tornou-se oficial entre o período de 1970 a 1980. Contudo, desde o começo contava com poucos alunos matriculados, por dois motivos, sendo o primeiro os baixos investimentos financeiros no público da pré-escola, pois a Lei de Diretrizes e Bases de 1971 focou no ensino profissional e deixou a educação infantil à margem e a cargo da sociedade. O segundo motivo refere-se à política de convênios mantidas pela SEMEC e suas parcerias com instituições de cunho comunitário como: Clubes de Mães, Associações de moradores ou Igrejas que abrigavam em suas instalações pequenas escolas para o público da educação infantil (Ferreira, 2019; *apud* Lima; Silva, 2008).

A legislação promulgada em 1971 focou na formação de mão de obra para alavancar o mercado de trabalho incentivando a criação de cursos profissionalizantes e incentivando o 2º grau. Quando a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 entrou em vigor, ela reestruturou as ofertas de 1º e 2º grau e tornou a educação infantil como a primeira etapa fundamental que deveria ter apoio da família e do Estado (Carlos, 2020).

Quando as escolas comunitárias surgiram nas regiões periféricas belenenses entre os anos 70 e 80 ainda não existia essa obrigatoriedade da oferta da educação infantil. Mas, a necessidade de educar esse público era grande. Nesse tempo, houve intenso fluxo dos movimentos sociais nessa cidade para ofertar essa pré-escola em espaços comunitários.

Silva (2008) aborda em seus estudos a respeito da origem de centros comunitários na cidade de Belém, atuando como espaços de linha de frente para as lutas sociais por melhores condições de vida. Em meio ao caos do autoritarismo promovido pelos governos militares, alguns grupos sociais belenenses compostos por estudantes e outros profissionais liberais passaram demonstrar suas insatisfações em pequenos núcleos nos bairros. Assim, em 1969 surgiu na capital paraense o primeiro centro comunitário no bairro do Jurunas, na localidade conhecida

como Passagem Limoeiro que contava com o auxílio de religiosos como os padres João e Otherlloo que aos poucos foram desenvolvendo ações voltadas ao trabalho em comunidade. Após este, em pouco tempo surgiram diversos outros centros comunitários espalhados pelos bairros de Belém.

A Campanha *Escola para Todos* em Belém surgiu no fim dos anos 1970 em meio a insatisfação com a baixa oferta de educação para o público infantil, tendo seu declínio a partir do ano de 1984. Ao longo da atuação desta campanha buscou-se cobrar de órgãos educacionais como SEMEC e SEDUC para que estes se responsabilizassem pelas matrículas das crianças em idade escolar e também lutavam para que as escolas comunitárias que ofereciam o atendimento a pré escolar se transformassem em escolas oficiais. (Jesus, 1997)

Essa campanha funcionou basicamente a partir dos movimentos sociais nos bairros periféricos de Belém, que mediante as suas carências buscavam a reivindicação de direitos relacionados à educação das crianças. Enquanto este movimento permaneceu atuante, acabou influenciando diversos outros movimentos sociais espalhados pela cidade.

Por exemplo, observa-se que o COBAJUR era um centro comunitário que nasceu da separação entre os primeiros centros comunitários do bairro do Jurunas, e tornou-se uma referência, pois foi a primeira organização a conseguir um convênio com a SEMEC ainda no fim da década de 1960, correlacionando suas lutas as pautas da *Campanha Escola para Todos* que estava em vigor na cidade. Nesse momento de luta, os índices de repetência estavam alarmantes no 1º grau e para combater essa defasagem originaram-se nos bairros carentes de Belém as escolas comunitárias como um meio encontrado pelos moradores para a educação pré-escolar das crianças pobres (Silva, 2008).

Jesus (1997), em seus estudos demonstram que as escolas comunitárias em Belém ganharam forças a partir de 1970, através das ações em conjunto dos centros comunitários do bairro do Jurunas e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) que juntos organizaram um documento em 1979 a respeito da organização desses espaços educativos referente ao público que seria atendido, bem como os bairros que seriam alcançados por intermédio das propostas. Além disso, no decorrer da década de 1970 essas escolas nas comunidades carentes crescem bastante em números, pois a SEMEC registrou que existia apenas vinte e uma escolas oficiais no ano de 1978, o que mostrava uma carência considerável de educação infantil no município e a solução era a organização dessas escolas improvisadas.

Ainda de acordo com o autor, os centros comunitários belenenses no decorrer dos anos 70 estavam se organizando para expor suas reivindicações e ao mesmo tempo a Prefeitura de Belém buscava assegurar a existência das escolas comunitárias nos diversos bairros da capital, além de incentivar a manutenção dos convênios com outras instituições e via esses laços como uma solução para diminuir as deficiências relacionadas ao processo educativo de modo a intensificar esse tipo de ensino para os carentes, pois este era mais barato aos caixas públicos.

Segundo Ferreira (2008), em Belém do Pará, a educação para a infância possui contextos bastante diversificados. E a rede de ensino municipal de ensino que foi instaurada durante a década de 1970 na Ditadura Militar, quando não havia incentivo para a educação infantil por parte do governo e esse ensino destinado às crianças pequenas era realizado em locais diferenciados. Por exemplo, as praças públicas desta capital, foram usadas entre os anos de 1976 a 1985 como base de funcionamento do “*Projeto do Sítio do Pica-Pau Amarelo*”, em que eram promovidos encontros diários pela parte da manhã na Praça da República, ofertado às crianças com idade entre 5 anos a 6 anos diversos tipos de atividades recreativas, manuais e até mesmo assistiam um episódio do programa televisivo que levava o mesmo nome deste projeto.

Esta autora cita que a partir de 1979 em Belém, este projeto educativo nas praças passam a se chamar de *Projeto de Educação Pré-Escolar em Áreas Verdes* (Projeto PREARVE), em que foram modificados algumas características do projeto inicial, contudo manteve-se a ideia dos passeios em praças públicas como: Batista Campos, Jaú e a Brasil e buscou-se oferecer atendimento além do educativo o de assistência à saúde dessas crianças, além disso esse projeto contava com o auxílio de um tutor, uma pessoa responsável pelo lanche e outra pela limpeza do local em que seriam desenvolvidas as atividades educativas.

É notório pontuar, que esses projetos educativos ainda mantinham a intenção de suprir as carências que a rede municipal belenense de ensino não conseguia se fazer presente. Então, para que essas crianças carentes fossem alcançadas por algum tipo de programa educativo seguiram as premissas de uma educação pré escolar para as massas, de forma que espaços improvisados foram escolhidos para sediar esses projetos, como é o caso das praças da capital paraense e o uso de mão de obra de pessoas dessas comunidades carentes para ajudarem no desenvolvimento das atividades com essas crianças.

Esse tipo de educação pré-escolar para as massas infantis entre os anos de 1970 a 1980, foi bastante influenciada pela ideia da educação para compensar as mazelas sociais, e para

atender o maior número de crianças em situação de pobreza. Também, era considerada uma etapa educativa que os prepara para o ensino fundamental. Por mais que não fosse uma etapa educacional que contasse com o incentivo direto do governo deste tempo nesse público infantil, essas propostas educativas de caráter paliativo mostram-se como uma das poucas alternativas de escolarização para esta fase infantil que estava fora dos planejamentos da educação formal. (Magalhães, 2017; Ferreira, 2008)

No decorrer dos anos 1980, os centros comunitários espalhados por Belém passaram a firmar convênios com a SEMEC, de forma a ter uma saída para manter seus espaços abertos, seja para a busca do cumprimento dos direitos, além de que suas escolas tenham cada vez mais contratos assinados para ampliar suas atuações nas áreas carentes da região. (Jesus, 1997).

Em Belém nos bairros periféricos como Marco, Pedreira, Sacramento entre os anos de 1987 a 1991 foram mapeados, no Jornal dos Bairros, encarte do jornal O Liberal, fonte principal da presente pesquisa, cerca de vinte e cinco (25) instituições comunitárias que tinham projetos educacionais voltados aos carentes que viviam nessas localidades. Conforme o quadro abaixo:

Quadro 07: Centros comunitários encontrados no primeiro recorte da pesquisa.

Nº	Comunidade escolar	Instituições apoiadoras	Endereço	Lideranças	Publicações no JB
01	<i>Centro Comunitário Novo Horizonte - Educação através da Arte para crianças.</i>	SEDUC, Org. Romulo Maiorana e FEBESP.	Travessa Mauriti (Pedreira)	Dina de Oliveira	01/1988
02	<i>Creche municipal comunitária da Sacramento</i>	FUNPAPA.	Passagem São Sebastião, no Canal São Joaquim (Telégrafo)	Lúcia Mota	30.11.87
03* #	<i>Centro Comunitário Irmãos Unidos - Creche e Cursos Livres.</i>	LBA	TV. Alferes Costa, passagem E. (Sacramento)	Laudemar Soares	03.01.91
04	<i>Centro Comunitário Soares Carneiro - Escola de reforço.</i>	Escola comunitária independente	Tv. Soares Carneiro 1619.	Maria Cecilia, Martins Ronaldo, Romulo Martins (UNIJOC)	04.04.91

05	<i>Associação dos moradores das passagens Santa Rita e Joana D'Arc. - Creche e pré-escola.</i>	LBA.	Telégrafo	Leonildes Soares da Silva	2.5.91 (2 matérias sobre)
06* #	<i>Centro Comunitário São Benedito. - Escola de 1º a 3º Série</i>	FMAE e SEMEC.	Passagem São Benedito.	Nazaré dos Santos Maria Helena Silva	16.5.91 24.10.91 (2 matérias sobre)
07* #	<i>Centro Comunitário Boa Esperança.^ - Pré-Escola.</i>	SEMEC e Colégio Auxilium.	Rua Nova 1520.	José Raimundo Santos	18.7.91
08	Iniciativa particular - escola improvisada no acampamento	Escola informal - Pré-escola	Rua do Acampamento 480, entre curuçá e rua nova	Maria de Nazaré Martins Pereira	29.8.91
09* #	<i>Escola do CC 1º de Setembro - Jardim e Pré-Escola</i>	LBA e SEMEC.	Pass. 1º de Setembro	Cledivan Socorro	19.9.91
10#	<i>Escola Comunitária São José - Jardim a 3º Série, e educação para idosos com a arte.</i>	SEMEC.	Pass. São José entre a Av. Pedro Alvares Cabral e Canal São Joaquim.	Maria Antônia Sarmento dos Santos	3.10.91
11#	<i>Escola Comunitária União dos Amigos do Bairro da Sacramento. - Pré-escola e reforço.</i>	SEMEC (FMAE).		Maria Madalena Marques	19.9.91
12	<i>Escola do Grupo de Escoteiros do Ar São Jorge.</i>	Escola de reforço com apoio da comunidade.	Pass. Dr. freitas 127. entre a pass. Ns. Sra. das Graças e av. Dr. freitas.	Suely Cruz e Ciro Ferreira	24.10.91
13	<i>Centro Comunitário São Francisco de Assis. - Pré-Escola</i>	SEMEC.	Tv. Curuzu, prox. a antônio everdosa.	Márcia Carvalho	7.11.91
14#	<i>Clube de Mães da Sacramento. - da Creche à alfabetização.</i>	LBA.	Pass. Santos, 38. entre mirandinha e trav. Angustura.	Brigida modesto	7.11.91
15	<i>Associação metodista</i>	FMAE, CEASA	Tv. Barão do	Silvia Regina	28.11.91

	<i>de ação social.</i> - Ensino Primário.	e FBESP.	Triunfo.		
16	Centro Comunitário Asas “Casulo” Pré-escola e educação para idosos com arte.	LBA e FMAE.	Tv. Itororó entre as avenidas Marquês de Herval e Visconde de Inhaúma.	Fernando Oswaldo Lira	04.10.90
17	Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Educação Popular através da Arte.	Apoiada pelos fundos da igreja.	Avenida visconde de inhaúma entre lomas valentinas e travessa Itororó.	Marga Rothe	25.10.90
18#	Clube de Mães Santa Inez. - Pré-escola até jardim.	SEMEC e LBA.	Trav. E, 337.	Maria R. Dias Maciel	8.11.90
19	Centro Comunitário São Pedro. - Pré-escola até jardim.	SEMEC.	Pass. São Pedro, telégrafo.	Wilma de Souza	29.11.90
20	Centro Comunitário Santa Rita. - Creche.	Creche e escola básica independente.	Pass. Santa Rita, número 8, Telégrafo.	Dulce Santana	6.12.90
21	Centro técnico de Aparecida. - Escola informal de 1º Grau	SEDUC.	Ao lado da Igreja de Aparecida.	Margareth de Andrade Gomes	6.12.90
22	A Aldeia - Espaço de Convivência	Espaço de Convivência independente.	Av. Senador Lemos entre D. Pedro e D. Romulado de Seixas.	Heloiza Barbosa, Sônia de Souza e Lena Gouvêia.	20.12.90
23	Escola da Fundação do Bem Estar Social (FBESP) no Centro Social da Pedreira	FBESP	Pedreira, tv.Lomas Valentina		11.05. 1989
24	Escola Clube de Mães e Movimento Jovem da Pedreira - Pré-escola	Organizado e coordenado pela comunidade.	Pedreira, Av. Visconde de Inhaúma.		JB, 1989
25	Movimento das crianças de rua. - Creche.	Fundado com apoio da comunidade	Pedreira,	Marilda moradora da comunidade	02.02.1989

Fonte: Elaborado pela autora com base no Jornal dos Bairros (2024).

No quadro acima, noticiado pelo Jornal dos Bairros nota-se que há uma grande variedade de instituições promotoras da educação comunitária, de forma que apesar da maioria contar com o apoio do Estado quem estava à frente eram os próprios líderes das comunidades. Por exemplo, nos bairros citados há cerca de doze (12) Centros Comunitários (C.C) que tinham projetos educacionais ou escolas em seus espaços; outro número considerável de iniciativas vem dos membros da própria comunidade, organizando-se em grupos cívicos (escoteiros), ou realizando atividades completamente voluntárias totalizando cerca de cinco (5) projetos nas mesmas localidades; em um número menor a presença comunitária também é consolidada com a participação dos Clubes de Mães que tinham cerca de três (03) projetos que ofereciam formações para além do público infantil atuando com as mães; a presença de instituições estatais acontecia de maneira direta e indireta nessas periferias, no qual notou-se a presença de três (03) projetos organizados pelo Estado, pelo município ou pela união, ainda que pautada pelas discussões voltadas a educação comunitária; para finalizar a discussão sobre os espaços comunitários encontrados, observou-se a presença das Associações de Moradores que nessas localidades contavam com dois (02) projetos de forma a contribuir com os princípios da educação compensatória nas localidades em que estavam inseridos.

Para Ferreira (2008), embora existissem críticas com relação a esse tipo de educação em níveis nacionais, em Belém as crianças pobres foram levadas para esse tipo de atendimento por necessidade. Por exemplo, o PREAVER ⁷ encerrou suas ações ainda no ano de 1985, mas durante a sua existência ocupou-se na educação pré-escolar. Esta autora lembra da proximidade do fim deste projeto, com o tempo em que a Carta Magna foi promulgada em 1988 e descreve que a partir desse período foram criados outros projetos para educar essa infância carente.

Em Belém, a partir de 1990, as políticas referentes à educação infantil e a sua relação com a rede municipal de ensino foram fortemente transformadas e pautadas mediante as políticas e transformações referentes à economia do país, de forma que se aumentou o investimento na educação infantil e a rede municipal de ensino iniciou o seu processo de autogestão (Ferreira, 2019).

⁷ O chamado Projeto de Educação em Áreas Verdes (PREAVER) foi originado em 1979 em Belém e tinha o intuito de educar as crianças carentes em áreas como praças e espaços com árvores para que suas habilidades fossem ampliadas e tivessem esse contato pedagógico em meio a natureza (FERREIRA, 2019).

No decorrer dessa pesquisa serão analisados os espaços educativos de origem comunitária que ofereciam a pré-escola no bairro da Sacramento entre os anos de 1987 a 1991. Neste tempo foram mapeados cerca de dez espaços noticiados no Jornal dos Bairros que serviam como uma alternativa para que as crianças carentes desse lugar recebessem essa modalidade de ensino.

As escolas encontradas na Sacramento foram: Creche Municipal Comunitária da Sacramento, Centro Comunitário Irmãos Unidos, Centro Comunitário São Benedito, Centro Comunitário Boa Esperança, Escola do Centro Comunitário Primeiro de Setembro, Escola Comunitária União dos Amigos do Bairro da Sacramento, Escola Comunitária São José, Escola do Grupo dos Escoteiros do Mar de São Jorge, Clube de Mães da Sacramento e Clube de Mães Santa Inez.

2.3. Breve histórico-educativo do bairro da Sacramento

A palavra sacramento remete a uma ação de sacralizar algo, ou torná-lo santo, de forma, que além de ser um bairro da capital paraense é um espaço que está em constante mudança e apresenta um conjunto de diversidade de saberes e histórias que podem ser investigados através dos seus registros oficiais ou não. (Rodrigues, 2023)

Conforme Cruz (1994), não se tem um consenso histórico sobre a definição do período inicial de ocupação desse bairro no qual a autora baseou-se nos relatos de moradores para apresentar a década de 1920 como esse período de origem, habitação feita por migrantes com origem no interior do Pará e de outros estados do Brasil.

Além disso, essa autora enfatiza que a própria origem do nome do bairro, tem duas versões, sendo a primeira atrelada a rampa da Sacramento que está conectada com alguma tradição da terra, não necessariamente ligada a alguma questão religiosa. A outra versão apresenta que o local onde o bairro está, tinha como sua antiga função sepultar burros, os animais puxadores de bonde de Belém, nesse local eles eram enterrados e sacramentados.

De acordo com Pereira (2023), existem diversas versões a respeito da origem do nome do bairro sacramento, o que observa é que a população que se instalou naquele local foi imediatamente construindo barracas improvisadas para começarem a morar e em seguida foram sendo construídas vias para facilitar o acesso até esta comunidade como ruas e pontes. Com o passar do tempo, através das lutas promovidas pelas pessoas que ali residiam, foram chegando outros recursos como a luz, a água e aos poucos esse bairro foi tomando forma.

Com relação à educação no decorrer da década de 1940 é possível observar a inserção de várias escolas religiosas e particulares no bairro da Sacramento. Dentre elas, cabe destacar a atuação da primeira escola, o *Instituto Catarina Labouré*, fundado pelas irmãs da caridade de São Vicente de Paula que pediam doações para manter seus projetos educativos destinados aos carentes. No ano de 1942, ofereceram o externato como uma solução para educar as crianças pobres e utilizaram o espaço da Capela de São Sebastião para assistir cerca de 300 crianças. Com o passar dos anos na década de 1950 este bairro estava passando por intensos processos de ocupação e este espaço educativo não conseguia suprir as demandas então esta instituição sentiu a necessidade de ter um prédio maior e outros grupos escolares de caráter público surgiram a partir daquele período, mas também não conseguiam suprir as demandas educacionais emanadas pelos moradores. (Pimenta, 2013)

Na década de 50, o bairro da Sacramento é caracterizado pelos jornais paraenses: *A província do Pará, O Liberal e Folha do Norte*, enquanto um subúrbio, local distante ou bairro novo. Essas características demonstram o olhar que esses jornais pontuaram a respeito dessa comunidade para os outros belenenses. Também, é com o auxílio desses jornais que os moradores desse bairro denunciavam suas mazelas, como exemplo a falta de escolas. Este autor pontua que no ano de 1953, é feita uma carta aberta em uma coluna jornalística cujo objetivo era solicitar ao governador a construção de escolas mantidas pelo governo nesse bairro como uma necessidade imediata, devido ao crescimento populacional acelerado que esta comunidade estava tendo, de forma que havia ao menos cerca de 500 crianças na faixa etária de ir à escola e que precisavam fazer grandes deslocamentos para receber instrução. (Silva, 2023)

Segundo Pimenta (2013), entre os anos de 1940 e 1950 observa-se na Sacramento a origem de núcleos educativos informais, dirigidos por professoras leigas que eram mulheres que tinham vocação para o magistério, mas não tinham formação. Essas mulheres tinham consciência de que sem a oferta da educação essa comunidade não iria avançar e assim formaram “microescolas” que funcionavam durante o dia, eram mantidas recorrendo a pequenos pagamentos feitos pelos responsáveis e contavam com o apoio da comunidade. Um exemplo dessa oferta educativa era a promovida pela *professora Neném*, moradora deste bairro e que mantinha seu espaço educativo na travessa São Sebastião.

Nesse período, o que supria as demandas educativas da população da Sacramento eram espaços religiosos, como o trabalho promovido pelo Instituto Catarina Labouré ou essas

microescolas, isso mudou a partir do momento em que as lideranças do bairro tanto sindicais quanto comunitárias começaram a se organizar em prol de espaços públicos de educação para suprir essas lacunas (Pimenta, 2013).

Cruz (1994) destaca em seus estudos que entre os anos de 1960 e 1970 vigorava no Brasil a concepção de marginalidade relacionada àquelas pessoas que estavam fora do mercado de trabalho, ou seja, que estavam excluídas do mundo formal de empregos. Essa exclusão tinha relação direta com o crescimento das ocupações improvisadas, pois era caro morar em locais padronizados. Esses marginalizados vão encontrar através dos movimentos coletivos de bairros como: Clubes de Mães e Centros Comunitários, espaços usuais para exporem suas lutas e traçarem planos para conseguir melhorias para continuar residindo em bairros periféricos.

Conforme Silva (2023), a maior parte da população brasileira a partir da década de 1970 morava nas periferias e se organizavam por intermédio de espaços de reivindicação em seus bairros para melhorarem suas condições de vida relacionadas ao acesso à saúde, habitação e educação. Em Belém do Pará, um exemplo desse núcleo de reivindicação foi a origem da *Comissão dos Bairros de Belém (CBB)*, que desde o começo de sua atuação contava com cerca de três representantes de comunidades distintas de Belém, incluindo um representante do bairro da Sacramento que já era visto como um local de fortes movimentações populares. As pessoas envolvidas nas lutas populares que faziam parte da CBB iam até as mídias paraenses e faziam denúncias das irregularidades que existiam em suas comunidades.

Para Gaia (2023), entre os anos de 1970 e 1980, os bairros belenenses como a Pedreira e Sacramento tinham fortes atuações em lutas sociais, essas manifestações se misturavam e se relacionavam entre os moradores que estavam envolvidos em busca de espaços para moradias e para o lazer. Pontos de reivindicações como os centros comunitários também discutiam a questão da regularidade nas escolas, essas movimentações faziam com que esses bairros se unissem e por meio dessa sociabilidade entre seus moradores, por mais que vivessem em meio aos problemas de falta de recursos e poucas ações estatais unidos conseguiam denunciar suas mazelas.

Esses moradores faziam reuniões em centros comunitários para debater seus problemas cotidianos e a partir disso propunham diversas estratégias para denunciar suas mazelas, por exemplo, ir até as redações de jornais belenenses e expor a situação de suas ruas ou moradias. Na imagem abaixo (Figura 3) consta um exemplo desse tipo de reivindicação popular:

Figura 3 - Pontes e estivas foram conquistas da entidade comunitária Boa Esperança



Fonte : Jornal dos Bairros 18 jul 1991

Esta imagem acima, extraída do Jornal dos Bairros , referente à edição do dia 18 de junho de 1991, retrata uma das conquistas alcançadas pelo *Centro Comunitário Boa Esperança*, este foi o principal responsável por conseguir pontes e estivas para o local que era construído sobre terreno encharcado e mediante melhorias essa movimentação dos moradores da localidade era garantida. Válido ressaltar, que este centro também vai se envolver em processos relacionados à educação na comunidade. Estas ações servem para nos lembrar da importância desses locais para que seus moradores tivessem acesso a direitos básicos.

A Sacramenta cresceu e se popularizou ao longo do século XX, como discutido por Cruz (1994), que no ano de 1924, os dados oficiais mostram que viviam naquela região cerca de quatro famílias, após o intenso processo de entrada de pessoas nessa comunidade vindas de outras partes do Pará ou de outros estados em busca de emprego nos grandes projetos de Belém em 1970 este bairro contava com mais de 19.000 mil moradores e em 1980 aconteceu um “boom populacional” passando a registrar cerca de 28.513 habitantes. Esse crescimento acabou resultando em inúmeras alterações nesse espaço, aterrando áreas alagadas daquele bairro para facilitar a locomoção e também reivindicavam ações tanto em nível municipal quanto estadual cobrando serviços relacionados à saúde, moradia e acesso à educação.

Pimenta (2013) pontua a respeito de uma década de muitas agitações na Sacramenta entre 1978 a 1988, diversas lutas foram travadas nesta comunidade relativas à limpeza das vias, a ocupação de áreas que antes pertenciam a Aeronáutica, aterramento de espaços, melhorias nos transportes urbanos todas essas ações eram articuladas dentro dos Centros Comunitários.

Também foi notado pela administração municipal de Belém o aumento exponencial na quantidade de alunos na pré-escola entre 1972 a 1988, em que muitas dessas pré -escolas funcionavam em espaços comunitários, como explicado na no quadro abaixo. Entre os anos delimitados houve um acréscimo de mais de vinte mil estudantes apenas no que se refere à educação pré - escolar em espaços conveniados, que de modo geral correspondia a 39% de todas as turmas e alunos da rede educacional de Belém.

Quadro 08: Informação sobre quantidade de alunos na educação conveniada municipal de Belém.

Quantidade de Convênios e Turmas - Pré escola	Quantidade geral de alunos Matriculados - Convênio	Governo Municipal
27 Convênios 222 Turmas	6.854 Alunos 335 Alunos - Pré escola (geral)	Nélio Lobato (1972)
*Não expõe a quantidade de instituições conveniadas. 1294 Turmas	26.241 Alunos 14.937 Alunos - Pré escola (convênio)	Coutinho Jorge (1988)

Fonte: Extraído dos relatórios governamentais da PMB: Lobato, (1972); Coutinho; (1988).

No fim dos anos 80, a Carta Magna garantiu que a educação era um direito de todos. Contudo, as estruturas governamentais relacionadas ao município mediante as necessidades recorrentes da população carente anteriormente a essa legislação buscavam traçar planos e ações para que esse atendimento chegasse até ao público da pré-escola. Em Belém, através do Relatório da Câmara Municipal do ano de 1988, quando o prefeito era Coutinho Jorge (1986-1990), é possível perceber a atuação de um programa educativo para as massas de crianças carentes:

Totalizando 60 creches elevando o número de crianças atendidas para aproximadamente 10 mil, [...], nos mais diversos bairros periféricos de Belém. O programa de Creches Comunitárias, que atende crianças até 6 anos, é prioritário no âmbito da política social da Prefeitura, e nele, a comunidade envolvida tem participação efetiva desde as discussões para instalação das creches, estendendo-se pelo acompanhamento até a avaliação dos resultados (Belém, 1988, p.12).

Nessa perspectiva, era um plano executado no governo municipal de Coutinho que buscava garantir o comprometimento de suas ações políticas voltadas à assistência infantil, de modo, a utilizar os princípios da educação compensatória no que diz respeito ao uso da mão de obra da comunidade seja para atuar na sala de aula, para construir escolas ou para fiscalizar seu desempenho local como estratégias de fazer dar certo essas ações educativas destinadas às crianças pobres e com o intuito de moldar certa preocupação com esse público.

Esses princípios de envolver a comunidade na educação infantil estavam vigentes em Belém entre os anos 1987 a 1988. Bem como, a preocupação com o público infantil em idade pré-escolar de zero a seis anos e que eram carentes tanto de educação como de cultura como pontuado no relatório:

Essas crianças que ocupam as camadas mais baixas e carentes da população, recebem na atual administração, atendimento integral de educação e cultura que envolve desde a assistência educacional, até a participação em diversas atividades voltadas ao lazer e as práticas de desportos (Belém, 1988, p.8).

Para essas crianças belenenses consideradas carentes e que viviam à margem, a educação proposta no governo de Coutinho Jorge vinha para enfatizar a educação como um elemento de recuperação dessas crianças, que seriam atendidas tanto no sentido de desenvolver suas competências relativas à educação pré escolar bem como seriam integradas a atividades de lazer relacionadas ao desenvolvimento infantil para que assim pudessem ter um currículo completo.

Para Poppovic (1975), a marginalização cultural era um problema constante nos países em desenvolvimento, mas no Brasil essa situação era mais cruel. Nesse período, cerca de 50% das crianças em idade pré-escolar não davam continuidade nos estudos por conta de suas condições sociais e econômicas. Essa massa de crianças pobres desfavorecidas tanto em relação ao dinheiro quanto ao nível cultural não tinham as condições necessárias para continuar naquilo que o ensino fundamental exigia.

Nesse sentido, aquelas crianças que estavam à margem em Belém nesse governo em específico estavam sendo integradas em escolas com espaços, currículos e práticas educativas para suprir suas deficiências culturais. E assim, pontuar que esta administração tinha certos compromissos com a infância carente.

Além disso, no governo de Coutinho Jorge é possível perceber a atuação da Assistência Social enquanto uma área que permitia que os centros comunitários expusessem suas reivindicações. Conforme registrado no Relatório de 1988:

A ação comunitária é outra tarefa desempenhada pela Assistência Social que dá apoio a comunidade, e registra sua problemática através do contato direto e permanente, [...], em 1987, cerca de 225 entidades comunitárias procuraram o governo municipal pelos mais diversos motivos (Belém, 1988, p.8).

Nessa perspectiva, é como se no governo de Coutinho Jorge a população tivesse certa liberdade para expor suas mazelas. Essas duzentas e vinte e cinco entidades que buscaram ações em 1987 lutavam por melhores condições de vida relacionadas ao acesso ao lazer, esportes, saúde e a educação.

Conforme observamos nos trechos citados acima, relativos ao relatório da Câmara Municipal emitido no governo de Coutinho Jorge percebe-se o quanto é frisado que este político estava preocupado com a assistência educacional das crianças carentes. Conforme Drouet (1990), historicamente no Brasil a educação pré-escolar possui uma marca registrada em sua ligação com a ideia de prestar assistência aos menores sem focar na qualidade dessa oferta. Além disso, quando os governos expõem essa necessidade de educar as crianças a partir de programas vinculados às instâncias do mundo público o que é levado em consideração é o básico – proteger da rua, alimentar esse menor e oferecer algumas atividades lúdicas e usar essas modalidades como slogan de campanha eleitoral para gerar no povo boa impressão a respeito de prefeitos ou outros cargos políticos.

Dessa forma, a partir do governo municipal de Belém no período de promulgação da Constituição de 1988, nota-se uma considerável importância das áreas carentes e suas lideranças como elementos de contestação e mobilização para políticas públicas em favor de suas comunidades. Isso é notado, por exemplo, no âmbito educacional, que apesar de vários centros comunitários no caso da Sacramenta terem sido originados em suma nas décadas de 70 a 80 apenas de um foi encontrado registros sobre o apoio o institucional da prefeitura de Belém na educação, caso do Centro Comunitário União dos Amigos da Sacramenta.

A instituição foi fundada em 06 de novembro de 1965 como entidade de luta da Sacramenta, no entanto a sua escola tem registros iniciando no ano de 1971 como instituição conveniada à SEMEC. Nesse primeiro ano a escola atuava nos turnos (manhã, tarde e noite) contando com sete turmas e cerca de 245 alunos matriculados (Belém, 1973). No ano seguinte, é registrado um aumento considerável na quantidade de alunos e de turmas no qual apesar da redução de turnos (manhã e tarde) a quantidade de turmas passou para 9 e com cerca de 335

alunos matriculados e sendo a única instituição oficialmente conveniada com a secretaria de educação municipal belenense (Belém, 1973).

Cabe discutir que existiam outras escolas organizadas pela comunidade no bairro durante o período citado, como é o caso dos Centros Comunitários Boa Esperança e São Benedito (fundados entre 1974 e 1971 respectivamente), e que se mantinham inicialmente apenas com recursos e pessoal da comunidade, alterando essa situação posteriormente (O Liberal, 1991).

A partir de 1976, conforme os registros da CBB foi dada a largada em prol das lutas populares a favor das escolas comunitárias de Belém. Em que a população belenense reivindicava por mais vagas na rede pública de ensino, maior número de vagas nas escolas localizadas nas comunidades e que essas escolas tivessem ampliação em seus convênios tanto em nível do governo (SEMEC E SEDUC) quanto com outras instituições privadas ou ONGs (Cruz, 1994).

Com essas novas parcerias, as escolas comunitárias conseguem consolidar-se e receber diversos apoios para manutenção e expansão da rede conveniada, resultando em um considerável aumento destas na Sacramenta, passando de três escolas em 1974 para dez instituições até 1991, contando com diversos apoios na esfera municipal, estadual e das ONG'S nacionais, elementos que serão melhor discutidos nas próximas seções desta dissertação.

3. OS ÓRGÃOS MANTENEDORES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA NA SACRAMENTA, NOTICIADOS NO JORNAL DOS BAIRROS

O estabelecimento mantém convênio com a Secretária Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) e Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE), responsável pelo pagamento de monitoras e a da merenda escolar, respectivamente (Jornal dos Bairros, 4 de outubro de 1991, p.5).

De acordo com a citação acima temos a situação da escola do centro comunitário São Benedito, essa entidade apresenta duas instituições que apoiavam diretamente o funcionamento escolar, cedendo a escola apoio com o pagamento de parte dos profissionais que atuavam, além da alimentação para os alunos. Ambos os órgãos citados (SEMEC e FMAE) são ligados diretamente à prefeitura de Belém, mas diferenciam-se no objeto de contribuição mostrando que existiam diferentes maneiras de apoiar essas escolas que funcionavam em espaços comunitários. Dessa maneira essa seção abordará as diferentes instituições e atores públicos que tomariam para si o encargo de colaborar para o funcionamento desses estabelecimentos.

Na década de 1980, os espaços de reivindicação como Centros Comunitários, Associações de Moradores e Entidades Filantrópicas vinculadas a diversas religiões passaram a ganhar força e a se estabelecer em grande quantidade nos bairros carentes do país e eram a principal forma para que essas pessoas necessitadas tivessem o acesso aos direitos básicos para se manter (Araujo, 2017).

Assim, no Brasil, a insistência no modelo de educação para o público infantil é fundamentada nos custos mínimos e nos diversos modelos apoiados pelos órgãos públicos, originando creches, pré-escolas e espaços de alfabetização com organização pública ou promovida por meio de convênios. Fato esse que sistematizou essa oferta geralmente desenvolvida em conjunto e com baixa qualidade (Rosemberg, 1994).

A partir de 1988, esse modelo se intensificou com os avanços no quesito da cidadania a partir dos princípios explícitos na Carta Magna esses espaços de reivindicação são incentivados a manter sua atuação com base no artigo 213:

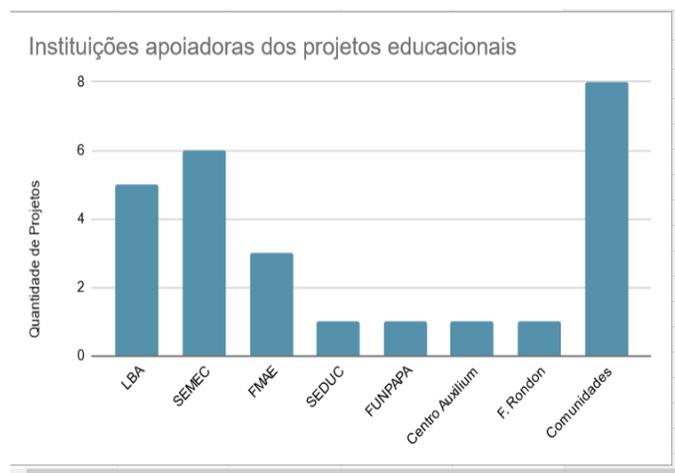
Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

Ou seja, a partir dessa determinação na legislação, as entidades que comprovem que não teriam lucros a partir de suas ações educacionais poderiam receber investimentos públicos em seus estabelecimentos. Foi pautado também nesse princípio que as escolas comunitárias de Belém formalizaram parcerias para manter sua atuação na periferia.

Para Sposati (1998), Com a ajuda dessas parcerias feitas entre os órgãos públicos e as entidades sociais eram executadas as ações de assistência social destinadas às creches, asilos e outras instituições, que apesar de mantidas com verbas públicas, não eram estatais. Isso servia para disfarçar as funções que deveriam ser do Estado com o objetivo de remover as suas responsabilidades nessa questão.

Em Belém, esse tipo de ação foi frequente conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 02: grau de apoio institucional nos projetos educativos na sacramenta.



Fonte: Extraído de Jornal dos Bairros, CENTUR, 2023.

O gráfico acima apresenta em proporções o grau de participação das instituições que colaboraram com as instituições educacionais da sacramenta, de forma que vários projetos eram apoiados por mais de uma instituição, somando colaborações em nível federal, estadual e municipal, além das atividades privadas.

3.1 Legião Brasileira de Assistência - (LBA)

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) é um dos órgãos mantenedores dos espaços educativos comunitários que existiam na Sacramenta no período de 1987 a 1991. Este apoio

referia-se à assistência relativa a alimentos e a promoção social visando à integridade nutricional das crianças.

A LBA é um órgão de assistência social a menores e que possui considerável histórico na sua trajetória de atuação no Brasil. Segundo Kramer (2011), a instituição foi criada no ano de 1942 sob comando de Darcy Vargas, esposa do então presidente. A LBA surgiu a partir de pactos entre entidades comerciais e órgãos nacionais ligados à industrialização do país, com o objetivo inicial de prestar apoio às famílias dos “pracinhas” brasileiros que estavam combatendo na Itália. No entanto, a instituição precisou atuar em outras frentes, devido a carestia e as crises do período de guerra, de forma a oferecer assistência à infância e a outros membros das famílias empobrecidas, tal como a realização de cursos para qualificar as mulheres das classes mais baixas (Kramer, 2011; Arguelhes, 2020).

Após a Segunda Guerra Mundial, no ano 1946, a LBA incumbiu-se exclusivamente de dar assistência às mães e às crianças passando a ser uma entidade vinculada ao governo federal. A partir disso, espalhou-se nas diversas partes do Brasil a partir da oferta de atendimentos em centros de saúde, espaços de educação, pontos para orientações referentes aos cuidados na infância que ganhavam forças, pois esta entidade contava com o auxílio dos moradores dessas comunidades para que mantivessem os convênios em funcionamento (Kramer, 2011).

Dessa maneira, com o passar dos anos a LBA aumentava sua atuação nas diversas regiões carentes do Brasil. E esses atendimentos foram ainda maiores entre os anos 70 e 80, por conta da expansão do uso do modelo de pré-escola em massa incentivada por meio de parcerias advindas das políticas educacionais brasileiras ligadas à infância e os organismos internacionais como UNESCO e UNICEF que valorizavam esse atendimento ofertado pela LBA (De melo, 2021).

No decorrer dos anos 80, a LBA foi integrada às secretarias de grande importância da nação, como por exemplo, a Assistência do Bem-Estar Social. E cada vez mais estava envolvida em ações voltadas ao atendimento para crianças nas “creches casulos”⁸ e outros espaços de educação infantil, bem como a assistência relacionada para garantir alimentação ou vestimentas para as crianças atendidas pela entidade que ofereceu, além de outros tipos de assistência voltada para os adultos e outros membros das famílias carentes (Sposati, 1998).

⁸ O Projeto Casulo foi criado no ano de 1977 pela Legião Brasileira de Assistência e seu objetivo era permitir o ingresso das mulheres no trabalho. De forma a garantir segurança e educação para os filhos dessas trabalhadoras (DE MELO, 2021).

A LBA participava de convênios que se firmavam por meio da ação da Assistência Social nas comunidades carentes do país, com o intuito de atender a demanda entre 0 a 6 anos de idade. A partir de 1981, com o auxílio do Ministério da Previdência Social, a instituição passou a distribuir um pequeno manual para ser usado nas creches que ofertavam atendimento com recursos advindos da LBA, com a pretensão de que esses espaços educativos oferecessem tanto a função de guardar no sentido de proteger essas crianças como no sentido de lhes oferecer educação (Nunes, Corsino, Didonet, 2011).

No Pará, o trabalho Freitas (2019) destaca a importância que a LBA teve na Prelazia do Xingu na década de 70, de forma que suas ações na região tinham como objetivo a realização de atendimento especializado aos grupos sociais necessitados, como as gestantes, além das crianças em situação de orfandade, miserabilidade ou largadas, além do uso da educação comunitária, juntando forças entre as lideranças locais e os projetos do governo federal.

Na Sacramento, a atuação da LBA tinha grande importância para que os espaços educativos de caráter comunitário continuassem oferecendo seus atendimentos à população carente desse bairro. Essa ajuda era direcionada tanto no quesito de manter a educação, bem como em outros tipos de auxílios prestados aos moradores. A seguir, destacamos os principais apoios ofertados a quatro espaços educativos encontrados a partir do mapeamento que pertenciam a Sacramento e que contavam com o auxílio da LBA.

Quadro 09: Ações Inventariadas a partir do Jornal dos Bairros a respeito da atuação LBA na Sacramento.

Escola/ ano	Eixo	Ação (Citações diretas)
Escola Comunitária São José	Alimentação/ Educação	A creche atende 60 crianças entre 3 a 7 anos, em convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que fornece a refeição aos menores. (JORNAL DOS BAIRROS, 5 jan 1989) Atende também aos idosos, através de um convênio com a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA). Às quartas-feiras, de 11h30 as 14h30, e aos sábados, durante todo o dia, 50 idosos aprendem pintura, crochê e outras atividades, tendo ainda direito a almoço. (JORNAL DOS BAIRROS, x, 19xx)
Centro Comunitário Irmãos Unidos	Educação	A entidade contará com a ajuda da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) para a implantação de vários cursos para a comunidade como cabeleireiro, manicure e artes culinárias (JORNAL DOS BAIRROS, 3 jan 1991).

Centro) Comunitário 1º Setembro	Educação	No entanto, aos poucos vamos melhorando o prédio, conforme o que temos disponível no caixa, que é conseguido através de promoções, ressaltou ela, acrescentando que a Legião Brasileira de Assistência (LBA) ajuda na manutenção da escola comunitária. (JORNAL DOS BAIRROS, 19 set 1991)
Escola Clube de Mães	Alimentação	A escola do clube de mães conta atualmente com 120 crianças, (...), a entidade recebe uma ajuda da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), para compra de alimentos para creche (JORNAL DOS BAIRROS, 7 nov 1991).

Fonte - Elaborado pela autora com base no Jornal dos Bairros (2024).

Logo, percebe-se que as ações implementadas pela LBA na Sacramento tinham dois principais eixos de atuação: a alimentação e a educação. Esses dois ramos geralmente eram financiados pela LBA com o intuito de suprir as carências dos frequentadores desses espaços comunitários.

Em 1969, a LBA passou por mudanças e foi reconhecida como uma fundação responsável pelo atendimento especificamente de mães, de crianças e de jovens. No decorrer dos anos de 1970 e 1980, a LBA ocupou-se em defender o princípio de que a pré-escola seria uma das soluções para combater os déficits relacionados ao 1º grau, bem como conceber a oferta da alimentação como uma necessidade de primeira ordem. (Kramer, 2011)

Contudo, no decorrer dos anos 1980 foi exposto as dificuldades que ONG 's ou espaços comunitários que ofertavam a pré-escola enfrentavam para receber os apoios das entidades, destaca-se que aqueles espaços mais velhos e com maior número de atendidos recebiam esses auxílios com mais facilidade. Em contrapartida, os núcleos menores tinham maiores barreiras para conseguir essas ajudas. A LBA é reconhecida como uma entidade que dificultava o recebimento dos auxílios, pois gostava do contato direto com as organizações que seriam apoiadas (Campos, 1988).

Um exemplo desse processo de burocratização das instituições comunitárias é encontrado na cidade de Uberlândia-MG, de forma que para ter o apoio da LBA, fazia-se necessário que as instituições comunitárias estivessem funcionando e fossem pessoas jurídicas formalizadas (tivessem um CNPJ válido). No caso de não terem essa organização oficial, estas deveriam ligar-se a outras instituições que tinham a parceria com a LBA, acessando os recursos alimentícios de forma indireta (Ferreira, 2010).

No ano de 1981, em São Paulo, ocorreu o *Encontro Nacional de Creches* promovido pela Fundação Carlos Chagas, que problematizou as dificuldades de acesso aos recursos que os espaços pequenos enfrentavam para receber esses apoios que diversas vezes eram insuficientes, irregulares e que exigentes a ponto de cobrar a prestação de contas de espaços sem estruturas nas espalhados pelas comunidades (Campos,1988);

As creches comunitárias apoiadas pela LBA em regiões carentes do Rio de Janeiro e do Nordeste, expõem que a alimentação era oferecida às crianças durante o tempo em que estas frequentavam as aulas nesses espaços para combater a desnutrição. E isso serviria para diminuir os altos índices de desnutrição no Brasil, que atingia cerca 85% das crianças com idade de 0 a 5 anos, um dos maiores números da América Latina (FRANCO, 1984). Assim, a LBA mostra-se como um programa que existiu para prestar essa assistência nutricional ao público infantil, como exigência dos anseios da sociedade e um dever do governo.

A autora discorre que a alimentação assume uma importância vital nas creches comunitárias atendidas pela LBA. Como exemplo a Creche Casulo Nossa Sra. da Glória (cidade e estado), no qual as crianças frequentavam esse espaço em busca da alimentação, e essa comida era básica, consistia inicialmente de uma pequena porção de leite ou mingau na entrada e adiante uma refeição mais completa antes de irem embora, como feijão, vegetais e charque (Franco, 1984).

As políticas públicas relacionadas à distribuição de alimentos promovidas pela União para crianças com menos de sete anos, passaram por diversas mudanças entre o fim dos anos 80 e começo dos anos 90. Estima-se que até no ano 1989, coexistiam no país cerca de 12 programas voltados a esse público que juntos gastaram mais de US\$ 1 bilhão. No começo do ano de 1990, esse número cai para quatro programas de distribuição gratuita de alimentação para este público, em que um deles é o Programa de Apoio Nutricional (PAN) promovido pela LBA que atuava na distribuição de leite nos postos de saúde e nas Unidades de Apoio Comunitário (UAC's) que estavam espalhadas nas áreas carentes do país. Contudo, esse processo de distribuição foi cortado por conta de irregularidades e denúncias que fizeram com que até o fim de 1992 a LBA abandonasse os encargos de distribuição de alimentos para carentes (Peliano; Beghin, 1994).

Em Belém do Pará, ao traçar o mapeamento das ações da LBA, descobrimos que tinham diversas unidades de UAC'S espalhadas pelos bairros carentes desta capital. Conforme o Jornal dos Bairros:

Hoje existem 14 UAC's instaladas na periferia de Belém, desenvolvendo atividades, graças ao apoio das instituições religiosas, educacionais e centros comunitários nos bairros do Telégrafo, Sacramento, Mosqueiro, [...], oferecendo também o serviço *Primeira a Criança*, cujo o objetivo é reduzir os índices de doenças e às mortalidades durante a infância, dando atenção especial as grávidas e as crianças de 0 a 6 anos para que estejam subnutridas (Jornal dos Bairros, 9 maio 1989).

No bairro da Sacramento, que está sendo analisado nessa pesquisa também se verifica a existência das unidades de apoio mantidas pela LBA que contavam com o auxílio tanto das instituições de luta do bairro, como as igrejas, os centros comunitários e essas escolas para serem espaços capazes de oferecer aos necessitados esse cuidado nutricional focado no desenvolvimento físico e bem estar durante a infância.

A LBA com o apoio às creches e escolas comunitárias da Sacramento além de oferecer assistência alimentar seja nas merendas, lanches e outras políticas voltadas à alimentação também oferecia nesses espaços o atendimento voltado à educação. Essa temática será abordada com ênfase na seção seguinte desta pesquisa. Mas, neste momento destacamos que essa educação tinha o intuito de suprir as carências culturais a um baixo custo tanto das crianças quanto dos adultos que frequentavam esses espaços.

Conforme Franco (1984), a LBA ajudava a desenvolver atividades educacionais nos espaços comunitários, com o objetivo de usar poucas verbas e aproveitar bastante os recursos da comunidade por meio das experiências de vida dos envolvidos. Assim, essa educação visava contribuir para que essas crianças ou adultos pudessem ir até esses espaços e tivessem contato com outras pessoas da mesma faixa etária e pudessem socializar e desenvolver suas habilidades cognitivas, comunicativas, assim, estariam cumprindo as etapas necessárias para sua escolarização.

A LBA era um órgão no começo dos anos 90 que fazia parte das políticas da União para com o desenvolvimento da infância. De acordo com Kramer (2011), quando o governo federal investia no público de zero a seis anos por meio de programas que ofereciam recursos para manter projetos em áreas carentes, essa ajuda financeira era distribuída aos municípios e chegava até essas entidades que através disso conseguiam o suporte financeiro que visava também reduzir as desigualdades sociais existentes.

Em Belém, no bairro da Sacramento, esses auxílios recebidos da LBA para as escolas comunitárias eram vitais para que esses estabelecimentos conseguissem atender suas demandas. Ainda que, essas ajudas tivessem o destino da alimentação e da educação que muitas vezes eram

o suficiente se mostraram como importantes para os desenvolvimentos das pessoas que ali residiam.

O fim das ações da LBA será somente no ano de 1995 quando as atividades ligadas à oferta de apoios às creches tanto comunitárias quanto do município deixam de ser atendidas por essa entidade e passam a ser obrigação exclusiva do Ministério da Previdência e de Assistência Social (Nunes, Corsino, Didonet, 2011).

Os órgãos ligados oficialmente ao governo como a LBA ou a UNICEF mostram-se como um dos que mais oferecem subsídios para as pré-escolas comunitárias tanto por mostrarem seu lado assistencialista quanto para compensar as deficiências culturais dos menores empobrecidos. Somado a essas características podemos entender que esse tipo de apoio também buscava reduzir os gastos com essa faixa etária e evitar gastos futuros relativos ao abandono da escola e as repetências (Drouet, 1990).

3.2 As entidades públicas mantenedoras das pré-escolas comunitárias: FMAE, Fundação Rondon, FUNPAPA, SEDUC e SEMEC.

Outro órgão que se destacou como mantenedor das escolas comunitárias no bairro da Sacramenta foi a Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE), criada na gestão de Coutinho Jorge no ano de 1986 no município de Belém do Pará. A instituição possuía ligação com a SEMEC desta capital e tinha como finalidade atender as demandas assistenciais voltadas aos estudantes que frequentavam as escolas apoiadas por essa entidade sem fins lucrativos (Prefeitura Municipal de Belém, 1987).

No artigo 4º da lei ordinária de nº 7337 referente a constituição dos patrimônios relativos à FMAE no inciso II observa-se “Por recursos decorrentes de convênios firmados com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE)” (Prefeitura Municipal de Belém, 1986, p.1). Ou seja, a própria FMAE mantinha contatos com outras fundações como a FAE com o intuito de garantir os meios necessários para oferecer assistência aos alunos da capital. Algumas dessas ações foram descritas no Quadro abaixo, apresentando sua atuação nas pré escolas comunitárias da Sacramenta.

Quadro 10 - Ações Inventariadas a partir do Jornal dos Bairros a respeito das ajudas implementadas pela FMAE na Sacramento

Escola/ ano	Eixo	Ação
Clube de Mães Santa Inez	Alimentação	“Atualmente temos convênio com a Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE) que envia a merenda escolar (JORNAL DOS BAIRROS, 8 nov 1990)
Escola União dos Amigos	Alimentação	“A FMAE que fornece à entidade o maior atrativo para os estudantes: a merenda escolar (JORNAL DOS BAIRROS, 19 set 1991)”.
Centro Comunitário São Sebastião	Alimentação	“ O estabelecimento mantém convênio com a FMAE responsável pelo pagamento da merenda escolar (JORNAL DOS BAIRROS, 24 out 1991).”

Fonte - Elaborado pela autora com base no Jornal dos Bairros (2024).

Conforme as observações expostas no quadro acima, entendemos que a principal ação da FMAE nessas escolas era com relação à alimentação para essas crianças. Ou seja, era o órgão provedor da merenda escolar, uma importante ação de convênio que ajudava na permanência dessas crianças nesses ambientes e era entendido como uma parte que chamava a atenção desses pequenos que tinham a fome como uma realidade constante.

Em Belém as ações da FMAE foram recorrentes desde o ano de 1987 estima-se que neste ano junto da FAE seus convênios alimentares nas escolas alcançaram crianças das áreas carentes da capital e da região metropolitana atendendo cerca de 350.000 mil crianças todos os dias em mais de 500 centros de distribuição. Além disso, essa alimentação que era oferecida aos pequenos tinha em suas bases alimentos regionais para registrar que eles conhecessem esses sabores e tivessem uma nutrição adequada nessas escolas que recebiam esse tipo de convênio (Prefeitura Municipal de Belém, 1987).

Nesse sentido, observamos que essa parceria entre governo municipal e convênios destinados às pré-escolas comunitárias mantiveram-se, pois no ano de 1990 e 1991 esses fornecimentos de alimentos seguem sendo distribuídos às entidades (Clube de Mães Santa Inez, Escola União dos Amigos e Centro Comunitário São Sebastião) que analisamos nessa pesquisa. Além disso, as pré-escolas que forneciam alimentação aos alunos eram nesse período as que mais chamavam a atenção das mães que criavam seus filhos sozinhas, pois devido às suas condições

de extrema carência buscavam esse tipo de estabelecimento para deixar suas crianças na garantia de que receberiam algum tipo de nutrição (Cruz, 2001).

Observa-se também que na Sacramento uma das subvenções marcantes nos anos 90 adveio da Fundação Rondon. Esta se originou a partir do *Projeto Rondon*, criado durante Ditadura Militar nas gestões governamentais dos presidentes Costa e Silva (1967-1969), Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985), em que foram feitos diversos investimentos financeiros para que os estudantes se envolvessem em atividades que contribuíssem para o crescimento da sociedade e da economia do Brasil.

Com isso, foram elaboradas atividades educativas para que as comunidades carentes criassem produtos a partir do incentivo de diversos ministérios como o da cultura, da comunicação, da saúde e da educação na promoção de ações que integrassem essa mão de obra da juventude para desenvolver a nação. Em 1970 passou a ter a nomeação de Fundação Rondon que atuava na promoção da assistência para com as comunidades pobres por meio de ações criadas com a ajuda dos estudantes e dos moradores dessas localidades o que pretendia-se era diminuir os índices de analfabetismo, prevenir doenças com medidas sanitárias, estimular a qualificação e a geração de renda com o lema vamos “Integrar para não entregar” para mostrar que existia preocupação por parte do governo com essa camada da sociedade (Dos santos; Mendes, 2005).

Durante os anos de 1968 a 1989 o Projeto Rondon desenvolveu suas ações com o auxílio do governo federal. Assim, foram implantados e espalhados diversos pólos desse projeto nos interiores do Brasil. Essas ações visavam integrar essas regiões e organizar diversas atividades com o apoio das universidades nacionais e esses pólos que foram criados ficaram conhecidos como Fundação Rondon. (Regis, 2024)

As fundações ligadas ao Projeto Rondon buscavam espalhar o pensamento de que não existiam problemas sociais. Diziam que eram falsas as reclamações do povo e influenciavam a mente dos estudantes e da população de modo geral para que as estruturas de dominação das classes sociais se mantivessem. Assim, os formadores desses projetos se infiltraram nas comunidades e impregnaram o pensamento de que a assistência, a prestação de serviços e lazer deveriam ser prestados pelos próprios moradores desses locais (Ammann, 1997).

Em Belém do Pará, a partir dos anos 80 observou-se que o Projeto Rondon pretendia substituir os movimentos populares que estavam engajados nessa garantia dos direitos básicos

para suas comunidades em troca dessa fundação técnica ligada ao interesse do Estado, visto que suas práticas conjugavam uma série de ações no campo cultural, educativo, geração de renda e saúde, junto às populações carentes do meio urbano, visando dessa maneira manipular as populações alvo dos movimentos sociais urbanos (Jesus, 1997, p.81).

O Clube de Mães Santa Inês, que oferecia educação para as crianças pobres da Sacramenta recebia subvenções advinda desse apoio governamental “a Fundação Rondon enviava tecidos, linhas e promovia disputas entre os centros apoiados e o Santa Inês tinha ficado em primeiro lugar na última exposição” (Jornal dos Bairros, 8 nov de 1990, pg. 5)

Compreende-se que a Fundação Rondon ajudava o Clube de Mães Santa Inês a ter material suficiente para que as mães e outras pessoas que frequentavam essa entidade pudessem produzir suas peças (roupas, bolsas e outros artesanatos) para que vendendo esses produtos obtivessem alguma renda. Além disso, criava disputas entre os centros comunitários e os clubes apoiados para que esses ao competirem pudessem expor suas peças e ter maiores chances de vendê-los. Assim, estavam realizando suas atividades ligadas aos princípios desta Fundação, que deveriam-se instalar nas áreas carentes e fazer seus moradores participarem dos processos rumo à melhoria da localidade e a geração de renda dentro da comunidade.

Cumprindo com o preceito da economia da educação que era usado dentro da Fundação Rondon e responsabilizava o estudante como aquele que deveria prover o capital humano e seria o gerador de recursos que compensariam as mazelas da população e fariam esta nação evoluir (Ammann, 1997).

Além do mais, examinou-se que a sede da Fundação Rondon no Pará localizava-se na capital em Belém e era responsável pelas ações desenvolvidas tanto aqui quanto no Amapá. Esta fundação foi extinta no pós-ditadura, próximo ao fim do governo de José Sarney (1985-1990) por conta dos avanços do processo de redemocratização que deu maior abertura aos movimentos sociais (Dos Santos; Mendes, 2005).

No que diz respeito ao apoio dado à pré-escola na Sacramenta pode-se destacar o papel da Fundação Papa João XXIII. Essa fundação teve origem em Belém com a lei municipal de nº 6022 do dia 8 de junho de 1966 que visava distribuir cada vez mais assistência social aos moradores desta capital. A partir do ano de 1974, o foco da FUNPAPA foram as ações voltadas ao atendimento dos menores, contudo continuava oferecendo serviços a públicos como adultos, mendigos e pessoas carentes (Mensagem da Câmara Municipal de Belém, 1974).

Em 1987, a Fundação estava atuando em Belém e passava por uma série de reformulações em que o seu ideário, de forma a ser um órgão assistencialista, é trocado por uma faceta ligada à organização e coordenação de projetos com ações sociais focadas nesta capital. Nesse momento, o órgão passou a ser apoiado pelo PMB e foi responsável por espalhar atividades relacionadas ao bem estar comunitário graças a ações que visavam capacitar os homens, as mulheres, as crianças e outros públicos para as atividades relacionadas ao mundo do trabalho. Com isso, observou-se nesse período que a Funpapa apoiou cerca de sessenta creches espalhadas nas áreas marginalizadas desta capital (Mensagem da Câmara Municipal de Belém, 1987).

Sabe-se que a partir da Carta Magna de 1988, os municípios foram responsabilizados para serem os promotores da Assistência Social que deveriam ter ações destinadas ao maior número de pessoas. Ou seja, observou-se que os encargos que antes eram de órgãos como a LBA e a Fundação Brasileira da Infância e da Juventude passaram a ser de competência dos municípios. Em Belém, no período anterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na década de 90 o principal órgão responsável por essa Assistência infância carente era a FUNPAPA, que tinha o papel de distribuir as verbas repassadas pelo governo do Estado e era distribuída a população através dos convênios que esse órgão mantinha com diversas instituições promotoras de ações sociais (Cruz, 2004).

A única pré-escola comunitária que se tem registros na Sacramenta que tinha como principal ponto de apoio a FUNPAPA era a Creche Municipal da Sacramenta abaixo se pode visualizar uma imagem desta importante instituição que atendeu uma boa demanda de crianças carentes dessa localidade.

Figura 4 - Creche Comunitária da Sacramenta em 1997.



Fonte: Relatório Municipal da Prefeitura de Belém, CENTUR, 1988.

Conforme a imagem, pode-se inferir que se tratava de uma creche instalada em uma localidade de difícil acesso. Contudo, sua estrutura destacava-se por ser organizada e ampla. Esses detalhes podem ser conhecidos também conforme a descrição desta creche exposta em uma matéria do fascículo *Jornal dos Bairros*:

Uma creche pensada pelas funcionárias da FUNPAPA, ela possuía 100 m e tinha varandas, era limpa apesar de está em cima de um canal, (...), A creche conta com 3 refeições diárias, atendimentos médicos e odontológicos, 15 funcionários da FUNPAPA são responsáveis pelos setores pedagógicos, nutricionais e sociais da creche e uma vez por mês tem uma reunião sobre os informes da creche para os pais e a comunidade (*JORNAL DOS BAIRROS*, 30 de nov, 1987).

Na descrição acima, percebe-se que essa creche foi projetada a partir das verbas provenientes da FUNPAPA. Mostrava-se como um local planejado e amplo ainda que estivesse em cima de um canal a imagem que é repassada para a sociedade é a de um local adequado para a infância e que possuía higiene. Além disso, oferecia em suas instalações os serviços completos destinados às crianças carentes capaz de lhes garantir a alimentação, os serviços de saúde, muitos professores e outros profissionais que se mostravam comprometidos com esses atendimentos, pois mensalmente informaram as condições dessa escola comunitária tanto aos responsáveis das crianças quanto para os moradores da Sacramenta.

Todos esses serviços demonstram a FUNPAPA com órgão que estava atuante em Belém desde a sua criação e oferecendo por meio de suas ações educativas e sociais o apoio que era fundamental para o desenvolvimento dessa comunidade. De modo, que essa era uma das creches mais organizadas que mapeamos nesta pesquisa, destacando-se como um local em que as crianças podiam ficar seguras e assistidas e os responsáveis sem preocupações visíveis podendo assim se direcionar rumo às atividades laborais para sustento de suas famílias.

Além disso, é apenas um exemplo de espaço pré-escolar disponível para os moradores da Sacramenta e que tinha um órgão como a FUNPAPA diretamente ligado ao município de Belém como único provedor de um espaço específico para o atendimento desses pequenos carentes. Demonstrando dois pontos, o quanto a FUNPAPA estava envolvida nessas ações de assistência aos necessitados e o quanto seria diferente se o município se ocupasse como principal responsável dessa pré-escola.

Sobre o primeiro ponto, a Fundação Papa João XXIII, possuía histórico em ajudar as comunidades carentes de Belém desde a década de 70, ela mantinha convênios tanto com as associações de moradores e clubes de mães. Criando nesses espaços datas comemorativas para

auxiliar idosos, crianças e viciados. Além disso, essa fundação tinha contato e recebia verbas da LBA para comprar materiais e executar seus planejamentos destinados à infância pobre. (Mensagem da Câmara Municipal de Belém, 1973).

Em segundo, manifesta um anseio daquele tempo como seria diferenciada a educação pré-escolar se esta fosse amplamente organizada pelos municípios. Se os diversos municípios espalhados pelo Brasil ficassem no atendimento às crianças de idade entre 0 a 6 anos se formaria uma rede municipal destinada a essa faixa etária. Contudo, teriam de ser revistos os tipos de verbas que esses municípios poderiam receber, mas seria uma boa solução. Além disso, esses convênios poderiam ser fechados com maior facilidade por serem partes do governo querendo ajustar determinada demanda, e assim poderiam receber diversos tipos de convênios tanto particulares, como das comunidades e até internacionais como o da Unicef (Drouet, 1990).

Por conseguinte, acredita-se que a Creche Municipal da Sacramento foi fruto das ações que vinham sendo tomadas pelos governantes daqueles tempos, ainda que fosse insuficiente para suprir as demandas da pré escola deste bairro. Já pontuava a necessidade do município de Belém de dar mais atenção à escolarização desses menores e o quanto seria mais fácil para essas entidades públicas receberem verbas para organizar as pré escolas.

Com relação à educação pré-escolar espalhada nas comunidades carentes do Brasil percebe-se como uma das principais fontes de subsistência desses espaços eram as subvenções advindas de órgãos públicos. Ao conjunto de instituições que ofertam essa modalidade de ensino para crianças com base nos fomentos do governo chamamos de sistema público de ensino da pré-escola. Assim, emergem as duas principais formas dessa educação conveniada: aquela atrelada ao Estado que recebe investimentos dessa esfera e aquela ligada ao município que recebe recursos para se manter a partir desse ambiente. Em suma, as entidades que ganham esse tipo de incentivo oferecem essa educação de forma gratuita. Válido ressaltar que a esfera Estatal não possuía um sistema integrado que focasse na oferta dessa pré escola, ele apenas participa como órgão financiador dessas escolas (Drouet, 1990).

No Pará, a Secretária de Estado da Educação (SEDUC) possui sua origem no ano de 1951 através do governo de Alexandre Zacarias de Assumpção (1951-1956) que através da Lei nº 400/51 excluiu o Departamento de Educação e Cultura e criou a Secretaria de Educação e Cultura que passou a ser uma das secretárias de responsabilidade do Estado bem como instituições de

renome administradas por essa esfera como o Arquivo Público e o Museu Emílio Goeldi (Almeida; Melo, 2017).

Na comunidade da Sacramenta, a presença da Secretária de Educação estadual estava em apenas uma das escolas comunitárias mapeadas nessa pesquisa, a que funcionava no Clube de Mães Santa Inês, conforme o Jornal dos Bairros (1990, p.5) “Atualmente, temos convênio com a Secretária de Estado da Educação (SEDUC) que pagar o salário das três professoras”. Ou seja, a forma como essa subvenção estatal se dava no Clube de Mães Santa Inês era a partir do pagamento das profissionais que colaboravam diretamente com o processo educacional das crianças que frequentavam esse estabelecimento. Dessa forma, o Estado estava contribuindo diretamente apenas com esse tipo de fomento nessa instituição.

Com apenas uma contribuição é possível inferir que o ensino da pré escola não era o principal compromisso do governo estadual. Em 1991, dados mostram que cerca de 90% das escolas de 1º grau e 2º grau eram mantidas pela Secretaria de Estado da Educação. Que era a principal responsável por diminuir os índices de defasagem dessas modalidades de ensino e investir os recursos necessários para o mantimento dessas ofertas (Mensagem da Assembleia Legislativa, 1992).

Nessa direção, nota-se que os investimentos educacionais oferecidos pelo governo estadual tinham um maior direcionamento para escolas a partir do 1º grau. Por isso, a presença da SEDUC é pequena na educação comunitária existente na periferia da Sacramenta naquele momento.

Outro importante ponto de apoio para que as escolas comunitárias da Sacramenta se mantivessem era o apoio municipal advindo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC). No que diz respeito à sua origem, compreende-se que em 1964 em Belém do Pará foi criada a Fundação Educacional do Município de Belém (FEMB) um dos primeiros organismos ligados às ações do município para com a educação das crianças. Adiante, em 1968 após quatro anos da criação da FEMB ela transforma-se em SEMEC conforme os princípios da Lei nº 6558 de 04 de outubro deste mesmo ano. Contudo, somente em 1989 com a criação da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) é que passou a existir a divisão administrativa no qual a FUMBEL ficou responsável pelas ações culturais do município e a SEMEC incumbida das ações educativas (Belém, 2024).

Com relação às características dessa educação gratuita oferecida por intermédio das prefeituras municipais, observa-se como essa pré-escola que era mantida por convênios públicos que se manifestava nas periferias através das classes isoladas e também eram mantidas nas instalações das instituições assistenciais. Essa educação visava a preparação para a etapa vindoura que seria o 1º grau e em suma atenderia crianças até os sete anos de idade. (Drouet, 1990)

Sobre a prefeitura do município de Belém pode-se observar que esses convênios municipais atendiam as crianças em espaços como: Clubes de Mães e Centros Comunitários. Espaços que serviam como ponto de apoio para as comunidades carentes e local em que diversos responsáveis procuravam para que suas crianças fossem educadas e atendidas. Com isso, constatou-se que a presença da SEMEC nas escolas comunitárias da Sacramento se dava principalmente nas ações referentes ao pagamento das pessoas que trabalhavam nessas instalações, como veremos na Quadro abaixo:

Quadro 11 - Ações Inventariadas a partir do Jornal dos Bairros a respeito da atuação da SEMEC na Sacramento

Escola/ ano	Eixo	Ação
Clube de Mães da Sacramento	Educação	A Semec faz o pagamento de monitores e a não garantia das vagas para os alunos que saem dos clubes de mães. (JORNAL DOS BAIRROS, 7 nov , 1991)
Centro Comunitário o São Benedito	Educação	A escola possui convênio com a Semec que paga 6 monitoras e 2 serventes para trabalharem nesse espaço. (JORNAL DOS BAIRROS, 16 mai, 1991).
Centro Comunitário o Boa Esperança	Educação	O dinheiro doado pela Semec para fazer a colônia de férias não foi possível de ser realizado, pois tiveram que usar esse dinheiro para pagar os professores. (JORNAL DOS BAIRROS, 18 jul, 1991).
Centro Comunitário o 1º de Setembro	Educação	A SEMEC pagava tão atrasado, meio salário mínimo (JORNAL DOS BAIRROS, 19 set, 1991).

Fonte - Elaborado pela autora com base no Jornal dos Bairros (2024).

A partir do quadro acima, percebe-se que a SEMEC ajudava nessas instituições comunitárias pagando o salário dos professores, monitores e serventes. Que eram profissionais necessários para que esses espaços seguissem atuando nesta comunidade. Contudo, o que se repara é que este apoio não é o suficiente ou que o valor pago aos funcionários é injusto e baixíssimo indicando a precariedade dessa ajuda. Que muitas vezes chegava depois do prazo do pagamento e outras vezes nem vinha, que era quando tinham que tirar de outras atividades recreativas para pagar o quadro de profissionais desses espaços que eram fundamentais para as famílias carentes.

As escolas comunitárias mantidas por convênios com órgãos públicos ligados ao Estado ou ao Município são exemplos de locais em que as crianças menores de sete anos permaneciam na maior parte do dia e ali desenvolviam suas atividades educacionais e desenvolviam suas habilidades sociais. Válido ressaltar que este era um dos únicos locais disponíveis para as crianças pobres frequentarem e que possuía alguns problemas que precisavam ser enfrentados nesses espaços como: a luta pelo salário dos professores e a forma como se dava a relação e o tratamento que esses monitores conseguiam oferecer aos atendidos são algumas situações que marcam os desafios e a desigualdade que sempre esteve presente no Brasil quando o assunto é educar essa faixa etária (Andrade, 2004).

As pré-escolas mantidas com os convênios advindos das prefeituras tinham diversas nomenclaturas nesse período, por exemplo: centros de recreação ou centros de educação. Que em sua maioria seguiam a mesma lógica das subvencionadas pelo Estado não tinham ao certo um padrão para todos os municípios. Algumas ofereciam a merenda, os profissionais para cuidar desses menores por um turno essas eram as consideradas tradicionais que cuidavam somente das crianças em idade de três a sete anos e ainda outras que tinham em suas instalações o atendimento desde o berçário até próximo a idade do 1º grau que são as consideradas desenvolvimentistas (Drouet, 1990).

Sobre as escolas comunitárias que eram mantidas na Sacramenta, que contavam com o apoio do Estado ou do Município de Belém, estima-se que se assemelhavam mais aos moldes tradicionais de oferta. Pois, eram espaços que forneciam o ensino pré-escolar e também eram responsáveis por fornecer a merenda dessas crianças. Esses convênios públicos se mostravam insuficientes, pois existia uma grande demanda de crianças que necessitavam desses atendimentos educacionais. A cobertura oferecida pela SEDUC era baixa (apenas um clube de

mães) e a da SEMEC (ajudava, contudo, tinha falhas com relação ao pagamento dos profissionais da educação).

Tanto o convênio da SEMEC quanto o da SEDUC eram exemplos de apoios vindos por meio da assistência pública que passavam a contribuir de maneira com essa educação para crianças em espaços comunitários, ilustram, conforme Vieira e Melo (1987), o pensamento de que essas instituições conveniadas com o governo são mega atendidas.

3.3 Os mantenedores particulares da comunidade da Sacramenta

As entidades comunitárias da Sacramenta também recebiam o apoio de instituições particulares, essa ajuda servia para comprar materiais necessários para dar continuidade aos projetos executados nesses espaços, a exemplo do Centro Auxilium.

Com relação à origem histórica no Pará, o Centro Auxilium foi originado a partir da congregação Filhas de Maria Auxiliadora (FMA) que estavam educando moralmente as meninas através do catolicismo e lhes oferecendo formação para o mundo do trabalho no Instituto Dom Bosco desde 1930 e no decorrer do tempo essas religiosas foram abrindo espaços educativos tanto no interior, por exemplo, em Salinópolis local em que fundaram o Centro Social Dom Bosco com em Belém ao abrirem o Centro Social Auxilium na Sacramenta (Callou, 2023).

Os Salesianos⁹ juntamente com seus alunos e trabalhadores no dia 1º de novembro de 1963 começaram a construção do Centro Social Auxilium e explicaram esta nomenclatura desde o início das obras de fundação no qual a palavra *centro* fazia referência a grandeza dessa obra religiosa que possuía extensa bagagem cultural e de formação profissional. Já *social* remete ao objetivo dessa instituição que estava comprometida em cuidar da formação cristã da juventude e pôr fim a palavra *auxilium* que tratava os preceitos da devoção em Auxiliadora, a união dessas palavras formava a filosofia que esta comunidade pretendia manter ao longo de sua trajetória (Pimenta, 2013).

Então, desde a atuação do Centro Social Auxilium desde a sua origem foi voltada à formação da juventude. Com relação a educação pré-escolar disponível no Centro Comunitário

⁹ Ressaltamos que As Filhas de Maria Auxiliadora (FMA) eram dirigidas por mulheres religiosas que tinham fundamentos nos princípios de amor e cuidado com a juventude a partir dos princípios de Dom Bosco. Bem como os Salesianos que eram dirigidos por homens religiosos que se importavam com a caridade e a educação para os ofícios que também seguiam os ensinamentos de Dom Bosco (PIMENTA, 2013)

Boa Esperança a escola que lá funcionava recebeu: “A recente melhoria que fizemos na sede do centro só foi possível graças ao apoio da irmã Raimunda do Centro Auxilium”. (Jornal dos Bairros, 18 jun, 1991)

Acredita-se a partir da citação acima que essa comunidade religiosa colaborou com material de reparos e construção, tendo o objetivo de melhorar o ambiente da escola. Visto que, desde o momento de fundação do Auxilium estes se mostram com ações benevolentes para com os moradores dessa comunidade e essa marca pode ser registrada muitos anos depois nos anos 90 seus princípios de amor e caridade para com os mais novos seguiam aparecendo nas ações de seus membros.

As pré-escolas que recebiam ajudas de pelas particulares geralmente eram aquelas que cobravam uma quantia que variava de acordo com o público e o bairro onde elas estavam implantadas. Tradicionalmente, também serviam como locais para guardar os pequenos por um período do dia e nesses espaços essas crianças desenvolviam suas atividades e geralmente faziam atividades avaliativas que serviam como medidor de qualidade dos investimentos feitos por este tipo de apoio (Drouet, 1990).

No caso da escola que funcionava no CCBE que contava com o apoio do Centro Social Auxilium não é mencionado na matéria de jornal se estes recebiam ou não pagamentos dos responsáveis. Mas, é visível o quanto este apoio dado para melhorias no espaço colaborou para manter esse espaço funcionando e oferecendo o ensino acerca de “120 crianças do jardim, [...], apenas no turno da manhã”. (Jornal dos Bairros, 18 jun 1991). Ou seja, era um dos poucos espaços ativos que recebia uma demanda considerável de crianças carentes que lá dentro tinham acesso a condições mínimas para se manterem aprendendo e sendo cuidadas pelas pessoas que estavam responsáveis por este centro comunitário.

As creches e pré-escolas comunitárias surgiram no Brasil como uma tentativa de suprir as necessidades que as comunidades empobrecidas tinham com relação ao atendimento durante a infância, destaca-se que serviam para preencher o atendimento nos lugares em que o ensino público não chegava. O que se observa é um incentivo do Estado nas ações privatizadas, ao inculir nas famílias e na comunidade a responsabilidade por tomar conta desses estabelecimentos. Era deixado de lado o princípio exposto na Carta Magna da escola pública relacionado a educação para todos e que deveria ser distribuída sem cobranças e como manobra do governo é

incentivar a participação comunitária nas estratégias de um Estado neoliberal com finalidade em se isentar de ser o provedor de tais ações (Araújo, 2007).

Devido à escassez de instituições públicas que cuidassem das crianças pobres em idade de zero a seis anos e o aumento da necessidade de as mulheres irem em busca de oportunidades de emprego, essas pré escolas comunitárias foram as soluções que surgiram como uma alternativa para suprir essas necessidades. Assim, surgiram de modo improvisado dentro das comunidades esses espaços educacionais que eram mantidos principalmente com o auxílio dos moradores, mesmo quando esses estabelecimentos conseguiam ajudas a partir de órgãos oficiais não era o suficiente (Ferreira, 2010).

Além do barateamento com relação aos gastos com as pré-escolas, o fato de usar como recursos gerenciais a mão de obra da comunidade e o auxílio de entidades provenientes de entidades não ligadas ao governo também é justificado por dar ênfase ao discurso que valoriza a participação popular nas instâncias educativas e o chamamento dessa comunidade para próximo dessas ações. Válido ressaltar que nos estudos a respeito dessas escolas comunitárias constantemente observamos os financiamentos vindos dos setores públicos e também notório que esse auxílio era prestado pelas pessoas que moravam nessas comunidades carentes que por vezes ajudavam porque queriam e outras vezes de modo inconsciente (Campos, 1988).

Desse modo, é visível o quanto a comunidade ao longo dos anos se responsabilizava como a principal fonte de manutenção desses espaços educativos. Em Belém do Pará, as escolas comunitárias existentes na Sacramenta também sobreviviam principalmente a partir do auxílio dado pelos moradores deste bairro. Estima-se que das dez entidades comunitárias mapeadas nessa pesquisa, nove possuem um ou mais apoios sendo que um deles advém dos moradores. Abaixo podemos observar algumas dessas ajudas fornecidas pela comunidade:

Quadro 12: instituições apoiadas diretamente pelas comunidades.

Escola Comunitária	Ação da comunidade
Escola do grupo dos escoteiros do Mar São Jorge	“Reformas no prédio custeadas pela direção e pela comunidade através de rifas e bingos e outras promoções” (Jornal dos Bairros, 24, out 1991 pg.3).
Creche comunitária Irmãos Unidos	“Os três professores da creche são pagos com recursos dos pais dos alunos e dos diretores do centro e contam com o auxílio da comunidade” (Jornal dos Bairros, 3 jan de 1991, p.6)

Clube de Mães da Sacramento	“A colaboração parte do povo carente da Sacramento, na promoção de ajudas. O bingo que realizaram no dia 27 que nem tava tendo lucro porque tinham que pagar a licença da PM” (Jornal dos Bairros, 7, nov , 1991,p. 6)
Escola Comunitária São José	“A entidade se ver obrigada a fornecer o material escolar para os alunos...” (Jornal dos Bairros, 3 out, 1991, p.5)
Escola Comunitária união dos amigos do Bairro da Sacramento	“Os alunos que podem pagam Cr\$ 1 mil. As outras fontes de recursos são as promoções”. (Jornal dos Bairros, 19, set , 1991,p. 6)
Centro Comunitário São Benedito	“É preciso realizar promoções com frequência para angariar fundos, que são revestidos para suprir as necessidades da escola”. (Jornal dos Bairros, 24, out , 1991, p. 6)
Clube de mães Santa Inês	“Tudo o que se consegue obter como recursos nos bazares e pechinchas e outros eventos foi investido nas obras da sede” (Jornal dos bairros, 8 nov de 1990 pág. 5)
Centro Comunitário 1º de Setembro	“Com pouca quantidade de carteiras as poucas que conseguiram foi através da campanha: <i>Caminhando com o povo</i> ” (Jornal dos bairros, 19 set de 199, p.6)
Centro Comunitário Boa Esperança	O coordenador procurava as autoridades, mas não recebia apoio, somente migalhas nas épocas de campanha eleitoral, idas vindas em vão , [...], e esse centro foi responsável pelo aterro de várias vias alagadas da comunidade. (Jornal dos Bairros, 18 jul de 1991, pg.5)

Fonte - Elaborado pela autora com base no Jornal dos Bairros (2024).

A partir dessas ações descritas no quadro é possível perceber que esta comunidade estava ajudando nessas escolas improvisadas seja na manutenção dos espaços, no pagamento do corpo docente e de outros profissionais, bem como na promoção de eventos para angariar recursos que serviam para manter esses espaços com condições mínimas de funcionar.

O bairro da Sacramento no período entre 1980 e começo de 1990 mostra-se como um espaço em que as memórias e as identidades dos seus moradores aparentam estar firmadas perante aos intensos processos de reivindicação junto ao poder público tanto em nível municipal quanto estadual. Essa força de vontade e as lutas podem ser vistas principalmente através das ações desenvolvidas a partir dos movimentos sociais e dos centros comunitários deste bairro que constantemente lutavam pelo acesso à moradia e a outros bens (Silva, 2023).

Destaca-se também que um dos principais pontos de apoio dos moradores está inserido dentro da comunidade. Mostrando que a luta pela educação dentro das áreas carentes não parava e necessitava a todo momento da participação intensa na ação coletiva dos moradores. Ao se

unirem nesse processo de exclusão conseguiram reivindicar perante ao governo suas vontades e expor as reais demandas e condições que enfrentavam (De Albuquerque, 2004).

Quando relacionamos esses processos de envolvimento da comunidade na luta por melhorias na qualidade de vida com relação a Sacramento. Percebemos com o auxílio das matérias do Jornal dos Bairros que essa reivindicação também fazia referências às questões educacionais.

Figura 5 - Escola dos Escoteiros do Mar de São Jorge na Sacramento



Fonte: Jornal dos Bairros, CENTUR, 24, out 1991.

A escola retratada acima é uma das que tinha como principal ponto de apoio à comunidade, ou seja, os moradores deste bairro. Eles ajudavam na manutenção do espaço desde as reformas, na promoção de ações como bingos e no corpo docente. Ou seja, em cada uma dessas partes podemos perceber que tinham ações dos moradores, ou seja, estavam envolvidos.

Sobre as ajudas dadas a essa escola “As despesas estão sendo custeadas pela própria entidade e os alunos não estão recebendo ajudas por parte do governo, [...], e por vezes recebemos a colaboração de algumas pessoas” (Jornal dos Bairros, 24 out 1991, p.6). Nesse sentido, entendemos que a comunidade se envolvia nas diversas ações que auxiliam na manutenção dessa escola para crianças necessitadas.

Acima foi mencionado que esta escola sobrevive a partir de promoções de rifas e outras atividades. As escolas comunitárias destinadas às crianças menores sobreviviam com as ajudas para além dos convênios oficiais, tinham que contar com fontes diversas que aumentassem os ganhos dessas entidades. Por exemplo, comumente eram feitos bazares, festejos e diversas ações que visavam algum tipo de lucro para ajudar esses estabelecimentos. Acreditava-se que sem a participação da comunidade essas creches não sobreviveriam e as diretrizes políticas incentivaram essa participação popular para que esses espaços seguissem em seus atendimentos (Vieira; Melo, 1987).

Essas ideias ligadas à participação da comunidade como principal responsável pela resolução dos problemas educacionais de onde viviam estavam em voga desde os anos de 1970. Incutiram o termo *comunidade* nas esferas políticas e educacionais. Na pretensão de espalhar o pensamento de que somente com o apoio da comunidade se faria uma educação democrática. Contudo, o que se observa é independente das ideias atreladas para espalhar esse sentido da comunidade ajudando na educação dos seus, o que prevaleceu foi o alívio do Estado para cobrir essa demanda, pois ao transferir essa responsabilidade para as comunidades baratearam os custos com a educação das crianças e incentivaram que essas áreas empobrecidas deveriam ter lideranças tratem como mediadores com relação aos recursos governamentais disponíveis para os setores educacionais (Cunha, 1992).

No entanto, observamos que os moradores da Sacramento percebiam que faltavam: materiais escolares, cadeiras, salários aos profissionais e afins. Muitas vezes a reação inicial era procurar as autoridades para conseguir essas demandas que não eram supridas. Então, entre si, buscavam resolver os problemas dessas escolas comunitárias e reforçaram a ideia da comunidade como uma das principais provedoras dessa forma de educação.

Por conseguinte, é válido destacar que para que essas pré escolas conseguissem se manter com o apoio da comunidade local, era necessário contar com esta mão de obra advinda das pessoas que moravam na Sacramento. Geralmente, essa perspectiva de unir a comunidade em prol de ter acesso ao básico era encabeçada pelos líderes dos centros comunitários, das escolas e dos clubes de mães.

Na maior parte das creches de origem comunitária o que esses sujeitos que trabalhavam observavam-se no desenvolvimento das ações educativas, que a administração desses espaços era comparada ao serviço de cuidar de um lar. No sentido de frequentemente terem que ser feitas

ações para complementar as rendas como um “quebra-galho”, pois o lado financeiro dessas pré escolas é bagunçado e assemelha-se a um quebra-cabeça que precisa de diversas ações para ser construído (Vieira; Melo, 1987).

O que observamos no caso da Sacramento é que essa ação de complementar as despesas dessas pré-escolas comunitárias em suma eram feitas pelos moradores, mas também sobreviviam com as doações e promoções feitas pelos órgãos oficiais ligados aos governos sejam eles municipais (SEMEC, FUNPAPA), estadual (SEDUC), federal (LBA, FUNDAÇÃO RONDON) ou a entidade particular/ religiosa (Centro Auxilium).

Geralmente, essas instituições financiadoras que colaboraram com essas pré escolas exigiam certas condições para fechar seus convênios. A LBA exigia que as entidades educacionais que buscassem seus auxílios deveriam estar abertas atuando há certo tempo, deveriam ser registradas em cartório e possuir completa a sua documentação que comprovasse quais eram seus princípios mediante a construção de um estatuto e de uma ata de fundação (Vieira; Melo, 1987).

Dessa forma, para conseguir o convênio com a Legião as escolas comunitárias enfrentavam grandes dificuldades, pois era necessário ter os requisitos acima para conseguirem investimentos. Na Sacramento, dentro do espaço educativo do Clube de Mães Santa Inês é apontado “estamos com falta de convênio por conta da instalação provisória” (Jornal dos bairros, 8 nov, 1990, p. 5).

A partir desse relato observamos que a parte da infraestrutura também influenciava no recebimento de ajudas para o mantimento desta escola comunitária. Outrossim, observamos no caso do Centro Comunitário São Benedito “a escola possui convênio com a SEMEC, [...], funciona em prédio cedido através do Pró-Morar com boa estrutura para os alunos, pois antes funcionava precariamente” (Jornal dos bairros, 16 mai 1991, p. 6).

Nessa escola citada acima observa-se a estratégia adotada pela gestora para conseguir esse convênio passou pelo uso de um ambiente organizado o que facilitava a acomodação dos alunos e influenciava no recebimento da ajuda por parte do município. E também, demonstrar que essa era uma conquista desse tempo nessa escola que antes existia em condições ruins.

Contudo, a garantia desses convênios não era algo simples de conseguir para as pré escolas comunitárias instaladas nessa periferia. No Clube de Mães da Sacramento a situação era grave: “o clube existia a 9 anos e estava tendo dificuldades nos apoios estavam sendo negados

tanto públicos quanto particulares” (Jornal Dos Bairros, 7 nov , 1991, p.6). Ou seja, não estavam conseguindo parcerias para manter esse estabelecimento.

Figura 6 - Crianças próximo a fachada da sede do Clube de Mães da Sacramentoa.



Fonte: Jornal dos Bairros, 07 de novembro de 1991.

Sobre este clube de mães é possível perceber que o descaso começa com o local em que estava instalada essa pré-escola e sob palafitas em péssimas condições estruturais o que vinha afetando o cotidiano das crianças que estudavam na escola dessa entidade. O que também ocasionava uma dificuldade para conseguir mantenedores ligados às instâncias públicas ou particulares, pois em meio a essas condições precárias o clube não atendia aos requisitos exigidos pelos órgãos que subvencionaram essa educação.

No Centro Comunitário Boa Esperança o sujeito fundador “José Raimundo diretor procurava as autoridades, mas não recebia apoio, somente migalhas nas épocas de campanha eleitoral, idas vindas em vão” (Jornal Dos Bairros, 18 jul de 1991, p.5). Ou seja, era constante a luta para manter esses espaços educativos abertos na Sacramentoa, contudo, era comum que esse mantimento público só viesse quando as autoridades desejavam se eleger e fora desse tempo de disputas eleitorais o que se via era a busca por ajudas sem êxito. O que demonstra que existia um descaso por parte das autoridades públicas belenenses em melhorar essas pré-escolas.

Então, nota-se que as ações educativas desenvolvidas nas pré escolas espalhadas na Sacramentoa funcionaram em suma em ambientes precários. Salve raras exceções como por exemplo as escolas: Escola do grupo dos escoteiros do Mar São Jorge (gerida pela comunidade);

Creche Municipal da Sacramento (sustentada pela FUNPAPA) eram as que menos tinham reclamações com relação a dificuldades de espaço ou materiais de uso diário, pois seus mantenedores conseguiam suprir suas demandas.

Nas outras pré-escolas em funcionamento no fim dos anos 80 e começo dos anos 90 na Sacramento instaladas precariamente nos clubes de mães, centros comunitários ou espaços comunitários as dificuldades eram pontuais (espaço, material, merenda, corpo docente) e constantes.

As pré-escolas de origem comunitária enfrentam dificuldades que se assemelham aquelas que são enfrentadas diariamente pelos sujeitos que são beneficiados por essas entidades. A única diferença latente é que essas ações educativas estão sendo feitas fora do espaço do lar dessas famílias, mas a improvisação era uma realidade (Vieira; Melo, 1987).

E mesmo diante de tantas dificuldades esses espaços educativos precários ainda eram uma das poucas oportunidades que os filhos de pobres tinham acesso nesse período. A pré-escola de origem comunitária era a opção mais acessível (localização, custos, necessidade) que os responsáveis contavam para resguardar e educar suas crianças.

Os espaços educacionais comunitários voltados à criança pequena detinham na maior parte das vezes uma rotina rígida e com hora determinada para executar as diversas atividades propostas. Que se estabeleciam desde o momento em que os pequenos chegavam nessas entidades a partir desse momento começava a espera para realizar o comando das tarefas como: alimentação, higiene, hora de fazer atividades e tempo de descanso. Essa rotina era comum no cotidiano das creches comunitárias e era onde essas crianças necessitadas passavam a maior parte do tempo e tinham a oportunidade de interação (Andrade, 2004).

Sendo uma das poucas opções disponíveis para o atendimento dos pequenos, as pré-escolas da Sacramento eram conhecidas por duas perspectivas. Sendo a primeira levantada pela direção da Escola Comunitária São José “As escolas comunitárias são canais de sub-educação”¹⁰ (Jornal dos bairros, 03 de out, 1991, p.5). Ou seja, era uma educação que estava abaixo daquilo que seria considerado adequado para essa etapa da infância. Seja mediante as condições estruturais das escolas ou as diversas dificuldades enfrentadas no cotidiano dessas creches, como:

¹⁰ O termo sub-educação é frequentemente usado no Jornal dos bairros para designar a educação que estava abaixo do ideal para as crianças da pré-escola. Era aquela educação de baixo custo e que muitas vezes era desenvolvida em espaços precários e ainda assim era o que salvava essas crianças de outras mazelas.

a baixa remuneração ao corpo técnico, o uso do trabalho voluntário, a escassez de convênios e aos poucos recursos pedagógicos disponíveis ao público infantil.

Rememorando o que o modelo de pré-escola de baixo custo que priorizava o ato de suprir as carências das classes empobrecidas lhes oferecendo um atendimento voltado ao aprender o básico e criando uma repulsa aos padrões de qualidade para a educação das crianças pequenas que valorizasse o lúdico ou o recreativo (Kuhlmann, 2005).

As escolas comunitárias eram exemplos dessa sub-educação que era ofertada mediante o baixo custo e a baixa qualidade educacional. Sendo uma das mais presentes na vida das famílias carentes dessa área periférica de Belém. A segunda vertente, referente a essa educação pré-escolar na Sacramenta está presente no relato da coordenação da Escola Comunitária União dos Amigos do bairro da Sacramenta:

Apesar da precariedade da escola comunitária, se ela não existisse mais de 522 crianças certamente estariam engrossando as fileiras do grande “exército dos meninos e meninas de rua” em Belém, e apesar dos problemas os pedagogos não querem dizer, que as escolas comunitárias sejam a solução para o problema, livrando o governo de uma responsabilidade que é sua (Jornal dos bairros, 19 de set, 1991, p.6).

A partir do exposto acima, infere-se que apesar dos problemas existentes nessas escolas comunitárias elas ainda eram uma possibilidade para os empobrecidos. Pois, dentro desses espaços essas crianças estariam fora das ruas e livres de condições que poderiam interferir em suas condutas.

Nos anos de 1990 veio à tona o termo “excluídos” para designar aquelas pessoas que tinham poucas chances de ter acesso a direitos básicos como saúde, educação e afins. Na sociedade brasileira essa parcela da população era composta por privados de liberdade, imigrantes, desocupados, pessoas do sexo feminino e a garotada. Que muitas vezes sem ter o que fazer ocupavam os espaços públicos como as ruas para se manterem e eram considerados um incômodo a quem o governo deveria ter soluções para ocupá-los ainda que tomassem atitudes extremas (Ramos, 1999).

Com isso uma das medidas adotadas pelos moradores e incentivada pelos governantes foram as pré-escolas nessas comunidades carentes. Como uma solução para livrar as crianças das ruas. Ainda que pessoas que estavam envolvidas na execução dessa educação em comunidade como professores e outros responsáveis entendessem que essa não era a solução para os

problemas relacionados às crianças. Contudo, esses sujeitos observaram que essa educação mascarava e mostrava a negligência das instâncias governamentais para com a infância pobre.

Concretizando aquilo que remete às soluções que foram dadas ao longo dos anos para a educação pré-escolar. Em que ver-se uma legislação dualista e que se omitia dessa responsabilidade ao conceber que o atendimento à criança tivesse investimentos financeiros mais não fosse sua principal responsabilidade. Contudo, essa oferta era dividida entre entidades públicas, entidades privadas e até mesmo com o uso da mão de obra da população. Demonstrando que esse atendimento estava preocupado em compensar as carências sem se preocupar se ela educação estava sendo boa ou ruim (Kramer, 2011).

Além disso, deve-se pontuar que quando essas escolas comunitárias se originam nas áreas carentes do Brasil elas conseguem demonstrar ao menos dois motivos para sua existência: O primeiro surge como uma possibilidade para suprir a falha do governo em não conseguir ofertar esse ensino pré-escolar. Em segundo, emergem como uma resistência de uma parcela da população que foi excluída da educação pública e com a ajuda de espaços comunitários conseguem se organizar e lutar pela inclusão dessa modalidade de ensino para atender as crianças empobrecidas (De Albuquerque, 2004).

Em Belém, essa forma de educar a partir dos recursos humanos e financeiros advindos da comunidade era uma realidade. Semelhantemente ao acontecia na Sacramento, a autora Quadros (2018) discutiu em sua dissertação o quanto o fato de não existirem escolas suficientes no bairro da Terra firme nos anos 80 a população a fim de suprir essas demandas passou a usar os centros comunitários para serem espaços educativos. No Centro Comunitário Bom Jesus mulheres com baixa instrução, mas com boa vontade foram postas como professoras e para auxiliá-las outros moradores contribuíram com essa educação que se formava a partir do coletivo. Dessa forma, conseguiam oferecer o mínimo relacionado a instrução para os pequenos e ocupavam o tempo dessas crianças para que não ficassem no ócio.

Na Sacramento, o movimento é semelhante, os moradores passam a ser as pessoas que lutam para que essas escolas se mantenham mesmo diante das dificuldades eram esses espaços que preenchiam as lacunas deixadas pela educação formal. Segundo a diretora do Clube de Mães Santa Inês “A escola não pode parar” (Jornal Dos Bairros, 8 nov. de 1990, p. 5).

As escolas organizadas em Centros Comunitários ou Clubes de Mães eram vitais para os moradores da Sacramento que necessitavam de atendimentos educacionais para os seus pequenos.

Não existia a possibilidade de parar mesmo diante das dificuldades diárias relacionadas ao espaço físico, merendas, professores e afins. As soluções encontradas eram usar os próprios moradores através do trabalho voluntário ou pedindo que contribuíssem com as necessidades dos espaços comunitários ou ir em busca de convênios que ajudassem no mantimento dessas escolas.

Conclui-se que essas dez pré-escolas mapeadas nessa pesquisa funcionaram mediante uma série de apoios. Que advinha tanto dos órgãos públicos, quanto de entidades privadas e também com o auxílio da população. Ou seja, era uma educação que funcionava mediante os convênios e que sobrevivia com os recursos mínimos a fim de oferecer um ensino elementar para livrar essas crianças de ficarem jogados nas ruas ou sozinhos nos seus lares. Não era a preocupação ofertar com qualidade, o que observamos era a necessidade latente da comunidade em atender dar o mínimo de oportunidade a essa infância carente.

4. PARA ALÉM DE UM “CANAL DE SUB-EDUCAÇÃO”: CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, LUTAS E REIVINDICAÇÕES NAS PRÉ-ESCOLAS DO BAIRRO DA SACRAMENTA-BELÉM/PA.

O termo "Canal de sub-educação" foi apresentado no Jornal dos Bairros com o depoimento da professora Maria Sarmiento, atuante no Centro Comunitário São José. A professora observa que é problemático a grande quantidade de espaços educativos comunitários no bairro da Sacramento, de maneira que apesar de numerosas instituições, a qualidade do ensino deixa a desejar, seja pela falta de profissionais ou pela ausência de uma estrutura apropriada para as funções escolares nessa comunidade, de forma que a solução vista por ela seria o aumento no investimento, mas com a centralização de apenas uma instituição por cada bairro de Belém, melhorando a qualidade dos seus serviços aos alunos (Jornal dos Bairros, 03 outubro de 1991).

Como aparece na fonte acima, para a realização da educação comunitária, deveria haver um conjunto de fatores para possibilitar a atuação plena das atividades educativas, de forma que cada um destes impacta diretamente nas práticas e nos saberes apresentados aos estudantes, fatores que são bastante explorados pelo Jornal dos Bairros, e que no recorte de 1987 a 1991 permitem certa visão sobre a situação destas instituições, elogiando ou criticando as posturas institucionais.

No que diz respeito ao conceito de sub-educação, caracteriza-se como um tipo de educação considerada confusa e que possui variadas formas. Um exemplo desse tipo de educação é aquele oferecido às pessoas de baixa renda que vivem nas áreas periféricas das grandes cidades brasileiras. Essa educação é o inverso daquela ofertada à classe dominante e traduz as distâncias sociais existentes entre essas classes sociais. Essa sub-educação faz parte da educação comunitária que estava disponível para essa parcela da população que tem como objetivo principal ensinar o básico para dar uma educação que também é empobrecida e que se formula a partir de práticas assistencialistas (Carneiro, 1985).

Com isso em vista, nesta seção serão abordados aspectos relativos à educação comunitária que era oferecida para as crianças dentro desses espaços espalhados na Sacramento entre 1987 à 1991. A partir de matérias publicadas no Jornal dos Bairros, busca-se entender detalhes dessa educação que apesar das problemáticas para se estruturar, era fundamental e uma opção para as famílias que não tinham muitos recursos para cuidar e educar as crianças.

4.1 Pré-escolas Comunitárias da Sacramento: a questão estrutural e a falta de apoio nas atividades

Neste ponto do texto um dos elementos que será abordado para compreender os aspectos do cotidiano das escolas comunitárias são as diversas questões estruturais, que permeiam não apenas o aspecto educacional mas também as relações desenvolvidas entre alunos e professores, a realidade desses estabelecimentos também dependia das interseções entre as escolas comunitárias e os órgãos do poder público.

A primeira problemática encontrada sobre a situação física das escolas comunitárias é a falta de uma estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades educativas nesses estabelecimentos. Como exemplo a notícia que trata sobre o Centro Comunitário São José em é retratada a alternativa encontrada para organizar as turmas, o que acabava resultando em consideráveis dificuldades para o aprendizado e a permanência em sala, pois como é mencionada na notícia “ As salas não tem divisórias e são separadas por lousas é a maior dificuldade para as professoras darem aula” (Jornal dos Bairros, 3 outubro de 1991).

Figura 7 - Centro Comunitário São José



Fonte: Jornal dos Bairros, 03 de outubro de 1991.

A notícia em questão, retirada do Jornal dos Bairros, apresenta detalhes das condições físicas e estruturais do prédio que abriga a escola do Centro Comunitário São José. A queixa exposta é a falta de um ambiente adequado para as crianças em que na inexistência de paredes, as lousas são usadas para separar os espaços de sala de aula. O que poderia gerar um desconforto tanto para os alunos quanto para o desenvolvimento do trabalho pedagógico por parte das professoras.

A figura 7 que compõe essa notícia corrobora com a descrição fornecida pela professora, em que se pode visualizar a pequena sala de aula improvisada, na qual aparecem cinco crianças sentadas em cadeiras de madeira, a professora dando aula nesse ambiente precário e com poucos recursos: como a lousa e alguns papéis em cima da mesa. Além disso, é possível observar o ambiente que aparenta ser construído em madeira, com elementos arranjados para servirem de janelas e portas.

Ao analisar os aspectos da educação comunitária em espaços improvisados Gava (2015), apresenta vários relatos e imagens que exemplificam as dificuldades de realização das atividades educacionais dentro de um espaço físico improvisado. Para a autora, a instituição no qual havia concentrado as suas pesquisas, não tinha condições para realização de atividades lúdicas com o uso de músicas ou histórias, no qual em virtude do constante barulho que afastava os alunos de manterem o foco nas aulas.

Outra questão levantada pela autora, é a ausência de espaços destinados à alimentação, de maneira que a merenda escolar era fornecida aos alunos no mesmo espaço em que ocorriam as aulas, precisando da colaboração das professoras e de outros funcionários para a distribuição das refeições e para a limpeza do ambiente de forma a prosseguir com as aulas (Gava, 2015).

Como podemos verificar a situação da educação pré-escolar comunitária mantinha um padrão precário de funcionamento principalmente no que diz respeito ao aspecto físico das instalações escolares, apesar de estarem distantes entre si (Belém-Pa e Serra- Es), problemáticas como a ausência de divisórias, grande quantidade de barulhos eram entraves no cotidiano dessas iniciativas educacionais periféricas.

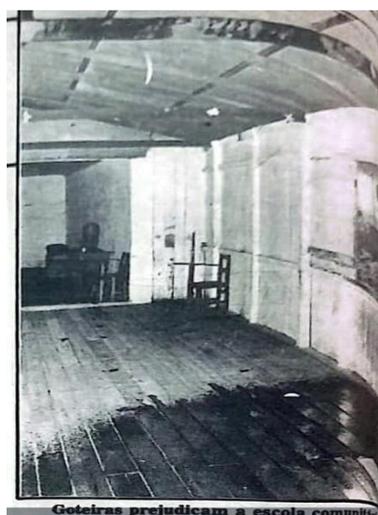
Ainda que de forma indireta, fatores relacionados à infra-estrutura dessas instituições elas afetam as práticas de ensino, no qual podem sofrer variações e improvisos por parte do corpo docente e outros profissionais. Dessa maneira, compreender a forma que o Jornal dos Bairros apresenta a infraestrutura escolar contribui para melhor compreensão do êxito ou do fracasso desses projetos educacionais, além de servir como canal de denúncia com o objetivo de melhorar a condição nesses estabelecimentos.

Essa falta de estrutura era algo recorrente no cotidiano das escolas comunitárias instaladas nas periferias belenenses, que apesar de ser um problema, não impedia que esses estabelecimentos seguissem abertos e atendendo a demanda educacional da população com baixa

renda que necessitava destas instituições para deixar seus filhos de forma a receber educação nessas condições.

A seguir, é destacado um outro problema enfrentado pelos alunos e moradores da Sacramento a partir da falta de estrutura nas escolas comunitárias. No trecho de jornalístico destacado a seguir sobre o Centro Comunitário São Benedito um dos principais problemas pontuados foi “as goteiras existentes em várias partes do telhado, [...], as crianças são acomodadas em locais que não tem goteiras para poderem assistir aula” (Jornal dos Bairros, 24 de outubro de 1991, p.6).

Figura 8 - Situação das goteiras na Escola São Benedito



Fonte: Jornal dos Bairros, 24 de outubro de 1991.

A partir da problemática exposta no Jornal dos Bairros é possível perceber que a escola comunitária instalada no Centro Comunitário São José vinha enfrentando problemas em sua estrutura, com goteiras como uma de suas principais barreiras. Além disso, ao visualizarmos a figura apresentada nesta notícia, fica ilustrada a condição da falta de estrutura ao mostrar um chão encharcado por conta das goteiras, um ambiente todo feito em madeira, com um telhado precário e poucas cadeiras. E mesmo assim, as crianças precisavam continuar nesse ambiente, cuja alternativa era mudá-las de lugar. Mas, sem uma solução delimitada para resolver o problema.

Diante disso, percebe-se que nas escolas comunitárias a improvisação era a solução imediata oferecida aos pequenos, o que demonstra o quanto essas escolas não estavam preparadas para receber essa clientela com qualidade, ao invés disso, as condições eram inadequadas e muitas vezes insalubres.

Cruz (2002), analisou escolas comunitárias instaladas nesse mesmo período, em Fortaleza-CE, as quais apresentavam demandas semelhantes no que diz respeito ao atendimento nessas instituições, funcionando em diversos momentos de forma precarizada. Com relação às instalações, especificamente, a autora pontua que esses espaços educativos eram pouco equipados, faltavam ambientes com boa ventilação, logo, padecia com forte calor, o que não contribuía para que as crianças se sentissem à vontade.

Todas essas condições ruins: goteiras, calor, falta de espaço, uso de materiais inadequados em sala de aula estavam presentes no cotidiano das crianças que frequentavam os espaços educativos de pré-escola em Belém. Iam na contramão da escola adequada para essa faixa etária que deveria priorizar o bem estar e a proteção integral dessas crianças.

Para Drouet (1990), existe uma grande importância na organização dos espaços em que são instalados e ofertados a modalidade da pré-escola. Deveriam ser locais silenciosos, sem muito trânsito e que valorizasse a proteção das crianças ante raios solares, que fosse arejado e que não sofresse com invasões de chuvas.

Em contrapartida, nota-se a existência de uma escola comunitária na Sacramenta com uma organização diferenciada, em que seus organizadores se preocupavam justamente com a questão das reformas estruturais do espaço escolar visando oferecer uma educação com melhor qualidade para os seus alunos. A seguir, destaca-se através da matéria jornalística esse aspecto desenvolvido pela escola do Grupo de Escoteiros do Mar de São Jorge:

Visando proporcionar mais conforto aos alunos, o prédio está passando por reformas, os serviços foram iniciados pela cozinha e pelo refeitório. [...] a reforma vem sendo lenta, pois é custeada pela própria entidade. A diretora vai realizando o trabalho de acordo com o dinheiro disponível que é conseguido através de promoções como bingos e rifas. (Jornal dos Bairros, 24 out 1991, p.5)

A partir dessa informação pontuada no Jornal dos Bairros, percebe-se que essa entidade criou estratégias para angariar recursos que seriam investidos em melhorias nas estruturas do espaço escolar. É válido ressaltar que essa escola não contava com o apoio financeiro de nenhum órgão público ou particular sendo o seu principal ponto de apoio a própria comunidade.

Semelhante ao acontecia na Sacramento, De Albuquerque (2022) evidencia em suas pesquisas o funcionamento de cinco escolas comunitárias geridas nos anos de 1980 em favelas de Titanzinho em Fortaleza. Uma das estratégias adotadas para custear as obras e manter essas escolas era a promoção de bingos, rifas e feiras com venda de artigos e objetos diversificados aos domingos, em prol de conseguir verbas para manter as instalações. Contudo, isso gerava certo desgaste para as pessoas que estavam à frente desses centros comunitários, pois o dinheiro arrecadado nessas promoções era insuficiente e forçava as lideranças a buscarem outros contatos como os com o governo local para manterem esses espaços funcionando e escolarizando os pequenos.

Nesse sentido, o que se pode perceber a respeito das escolas comunitárias é que essas buscavam junto da comunidade as condições para melhorar a oferta com o auxílio de recursos financeiros advindos dos próprios moradores. Mas, essa ajuda comunitária muitas vezes não era conseguida com lentidão e insuficiência. A ausência de apoio monetário dificultava o processo de desenvolvimento de projetos educativos em áreas periféricas, logo, era necessário firmar convênios com o poder público para que essas escolas viessem a receber verbas para modificar suas estruturas, arrumar materiais didáticos e promover melhores condições para educar as crianças.

Neste parte será discutido, com o auxílio do Jornal dos Bairros, a de falta de apoio e as ausências de materiais que a comunidade da Sacramento enfrentava em suas escolas comunitárias. Serão destacados, também, a solução que os administradores das escolas e a comunidade realizavam para suprir essas necessidades.

Uma das principais queixas é a falta de materiais para o desenvolvimento das aulas destinadas ao público infantil. A realidade imposta a essas crianças era a falta de algo essencial como mesas e cadeiras e a alternativa encontrada para resolver esses problemas era se adequar com o que tinham disponível, ainda que não fosse o ideal. Como se observa na seguinte notícia:

Outra grande dificuldade da escolinha é a pouca quantidade de carteiras na sala de aula (as últimas foram conseguidas durante a eleição passada através “ Caminhando com o Povo”). Por esse motivo, algumas crianças assistem às aulas em cadeiras grandes e estudam em mesas comuns. “Estamos precisando de pelo menos duas carteiras apropriadas para o ensino infantil”, completou, acrescentando que os pedidos já foram encaminhados às autoridades competentes mas nunca são atendidos. (Cledivan, Jornal dos Bairros, 19 setembro de 1991, p.5)

Figura 9- Crianças no espaço do Centro Comunitário 1º de Setembro



Fonte: Jornal dos bairros, 19 set de 1991.

A figura 9 mostra o espaço da sala de aula no Centro Comunitário 1º setembro em que é possível ter uma certa dimensão do retratado na matéria jornalística, nota-se que as poucas mesas e cadeiras disponíveis estão todas ocupadas. Além disso, verifica-se que esse mobiliário não é simples e não aparenta ser novo, mas as crianças seguem sorrindo e usando o que lhes era acessível.

Uma discussão que pode ser levantada a partir do trecho jornalístico sobre o Centro Comunitário 1º setembro é a lembrança do apoio obtido por este centro na gestão de Sahid Xerfan (1989-1990) no qual este jornal repassa a impressão para os seus leitores do quanto esse governo foi importante, pois ajudou em melhorias nesse centro através da Campanha Caminhando com o Povo.

Lima (2000) destaca que Sahid Xerfan era empresário e enquanto foi prefeito de Belém contava com o apoio do governo estadual, pois este era considerado importante para o funcionamento da máquina estatal. E em seu governo foi refeito o sistema de distribuição tanto da merenda escolar quanto do material didático para a população de baixa renda, que os recebia por meio dos convênios com entidades vinculadas ao município, filantrópicas ou comunitárias instaladas nos bairros periféricos da capital.

Essa autora também, discute em seus estudos o quanto durante a gestão de Sahid Xerfan 90% das pré-escolas funcionavam em estabelecimentos como Centros Comunitários, estes espaços mesmo sem os devidos equipamentos, eram vistos como um mal necessário que eram

mantidos por conta dos convênios com o município ou com o Estado. Que deveriam oferecer uma educação de qualidade para as crianças e adolescentes, mas não conseguiam e usavam esses espaços precários para oferecer o mínimo no quesito de educação para multidões de menores (Lima, 2000).

Esse apoio de Xerfan a entidades como o Centro Comunitário 1º setembro foi registrado através do dito na matéria do Jornal dos Bairros do dia 19 setembro de 1991 a respeito de uma campanha educativa que trouxe mais cadeiras a instituição, contudo na gestão de Augusto Rezende (1991-1993) esse tipo de convênio não estava dando retorno às demandas deste centro comunitário.

A partir das notícias, observa-se que o Jornal dos Bairros serve como um canal para expor as dificuldades encontradas nesse formato de escola. E também, como um espaço para denúncia da falta de atenção por parte da gestão municipal ante aos anseios dessas escolas instaladas em ambientes precários.

De acordo Tiriba (1988), dentro da organização institucional brasileira referente a educação foi de certa forma aceito a ideia de que a educação era um benefício dado para a população de baixa renda, resultando na tomada para si dos discursos e ações assistencialistas e beneficentes sem comprometer-se com a ideia que estava na lei da “educação como um direito básico”.

Ainda de acordo com esta autora um dos exemplos dessa ação patrimonialista dentro educação brasileira, trata-se do processo de obtenção de uma vaga em escola pública, de maneira que esse processo geralmente conta com um apoio político ou sorte, sendo atribuídos aos políticos “bonzinhos” que moviam ações para que essas vagas existissem e no qual existiam problemas, mas que os beneficiados não poderiam reclamar, pois havia receio de algum tipo de represália ao estudante (Tiriba, 1988).

Essa abordagem paternalista do Estado ante a população mais pobre, foi discutida dentro das fontes utilizadas. Em dois casos de centros comunitários de Belém, evidencia-se a ausência de vagas em instituições públicas como um problema para os estudantes que saem dessas instituições, como o Centro Comunitário Boa Esperança e o Clube de Mães da Sacramenta.

Para a primeira, a ausência de vagas, resulta em um número considerável de crianças que ficam pelas ruas do bairro, de forma que apesar das solicitações comunitárias, segue sem solução,

de maneira que a referida instituição tenta suprir parte considerável dessa demanda, como apresentado pelo presidente do centro:

José Raimundo Ramos afirmou que até a colônia de férias programada para este mês não pode ser realizada porque o centro não dispunha de verbas para cobrir o salário dos professores, que com o dinheiro que ganham, preferiram pedir férias a Semec. Segundo o presidente, várias crianças ficam no bairro sem estudar durante o ano por falta de vagas nas escolas. A escola do Centro Comunitário Boa Esperança tenta preencher essa lacuna. “ Já procurei as autoridades estaduais e municipais, mas ninguém se interessou em oferecer, através do centro, nova opção de estudos à comunidade” (Jornal dos bairros, 18 jul 1991, p.5).

Outra escola que apresenta problema semelhante é o Clube de Mães da Sacramento, de forma que, como relatado pelas professoras, a maior dificuldade para conseguir as vagas, trata-se do processo de matrícula para as instituições estaduais e municipais de grau maior do que o oferecido pela instituição. Dessa forma, a escola seguia atuante, mas os seus alunos não tinham garantias de prosseguimento dos estudos na rede pública, como relatado na matéria abaixo:

Os alunos que saem da escola do clube de mães não têm vagas garantidas nos estabelecimentos de ensino do bairro. Por isso, muitos acabam parando de estudar. Entretanto, como a presidente da entidade tem um conhecimento muito grande nesses estabelecimentos, às vezes ela consegue algumas vagas para os alunos da escola, “Em um número bastante limitado”, ressaltou. (Jornal dos Bairros, em 07 de novembro de 1991, p.6)

O trecho acima, dialoga com a discussão levantada por Tiriba (1988), pois se apresentava na realidade comunitária de Belém, de forma que alguns alunos do Clube de Mães citado, conseguiam o prosseguimento dos estudos devido a ação direta da diretora do clube, que alcançava um número limitado de vagas através do conhecimento e influência dentro da comunidade e nas escolas públicas que funcionavam na região.

Outra dificuldade pontuada no Jornal dos Bairros sobre os centros comunitários diz respeito à falta de apoio dos órgãos públicos e privados nessas instituições. Os dirigentes desses espaços comunitários se esforçaram para conseguir convênios, mas não conseguiram ter êxito. E essa falta de ajuda causava problemas no desenvolvimento das atividades educativas no dia a dia das crianças, como apresentado no trecho a seguir sobre o Clube de Mães da Sacramento:

Em seus nove anos de existência o Clube de Mães da Sacramento ainda não havia passado por uma fase tão ruim, comentou a presidente Brígida Modesto dos Santos. Ela disse que já andou por diversos órgãos públicos e entidades particulares em busca de ajuda financeira ou material, sem sucesso (Jornal dos bairros, 7 de novembro de 1991, p.6)

O trecho acima, o comentário reflete o quanto a falta de ajuda por parte dos órgãos públicos ou privados fazia com que os problemas dessa instituição se agravassem. E por mais que sua liderança fizesse considerável esforço para ir em busca de parcerias institucionais, não estavam conseguindo o apoio necessário para manter as atividades no centro. Declarando que essa entidade estava necessitando de dinheiro e recursos materiais para seguir oferecendo essa educação comunitária.

Costa (2011) destaca que as mulheres eram as principais figuras que reivindicavam e pressionavam as esferas públicas a prover a educação para as crianças. Em diversos momentos essa ajuda pública se constituía a partir dos convênios entre as creches comunitárias e o Estado. Contudo, essa parceria era incerta porque as creches lutavam para alcançar novos apoios e melhorar o atendimento em seus espaços educativos com esses auxílios governamentais, em contrapartida muitas vezes esse apoio não supria e nem mudava o cotidiano desses estabelecimentos, sendo marcado por ações de improviso.

Na matéria do Centro Comunitário Irmãos Unidos, o problema é semelhante, a falta de apoio é uma constante que deixava seus rastros, dificultando o funcionamento das ações educativas para as crianças, pois sem os convênios as dificuldades eram diversas, além de diminuir o público atendido. Por exemplo, “ em 1990 o centro não funcionou no turno da manhã e à tarde atendia 50 crianças. A escola enfrentou muitas dificuldades, por não contar com nenhuma ajuda de nenhum órgão público ou entidade particular (Jornal dos Bairros, 3 jan de 1991, p.6).”

A insuficiência de ajuda nessas instituições era um agravante que afetava as crianças que não tinham como permanecer nesse espaço sem os recursos necessários. Então, a medida adotada no ano de 1990 foi diminuir o atendimento e ir em busca de convênios. Mas, não era fácil obtê-los e o centro estava tendo impactos diretos em seu atendimento às crianças.

Conforme Vieira e Melo (1987), que analisaram o desenvolvimento educativo na creche comunitária Casinha da Vovó, em Minas Gerais no ano de 1984, foi destacado que os convênios com órgãos como a LBA, a FEBEM e outros apoiadores eram fundamentais para o funcionamento desse espaço. Contudo, a manutenção desses convênios era uma problemática, pois deveriam ser renovados de tempos em tempos e mesmo quando estes financiavam ações nas creches o saldo ainda era insuficiente para manter as despesas mensais dessa instituição. Frequentemente, a administração da escola dizia que era apenas um milagre, pois não conseguia

explicar como que esse espaço educativo seguia aberto diante das dificuldades diárias relacionadas às verbas e dos materiais para o trabalho seguir funcionando.

Vieira e Melo (1987), também, destacam que na falta de apoio dos órgãos públicos aos organizadores da Casinha da Vovó, a instituição buscava outros tipos de ajuda. Contavam com o auxílio dos moradores da comunidade, com o apoio de entidades privadas e faziam rifas e bazares para aumentar os ganhos da instituição, era assim que enfrentavam as dificuldades de apoio.

Nesse sentido, infere-se que o Centro Comunitário Irmãos Unidos, notícias no Jornal dos Bairros por não obter parceiros públicos e nem privados, resistia na comunidade da Sacramento, contando, sobretudo, com o auxílio de seus próprios administradores, vizinhança e com a promoção dessas atividades extras como vendas e afins para conseguir recursos para manter as suas poucas turmas funcionando.

A falta de recursos nas escolas comunitárias e a criação de promoções para suprir as necessidades básicas desses espaços educativos, era uma realidade enfrentada por várias instituições comunitárias presentes na Sacramento, pode-se citar o caso do Centro Comunitário São Benedito, que para realizar reformas no espaço escolar, comprar materiais para usos pedagógicos e pagar professores utilizavam-se dessas estratégias de manutenção para angariar verbas:

A escola enfrenta dificuldades também em termos de material escolar e de manutenção, além da falta de pessoal para ajudar nos trabalhos. De acordo com Maria Helena, é preciso realizar promoções com frequência para angariar fundos, que são revestidos para suprir as necessidades da escola. (Jornal dos bairros, 24 outubro de 1991, p.6)

Destaca-se que se essas ações eram realizadas com frequência é porque comumente faltavam esses materiais básicos para o desenvolvimento das atividades educativas. Essas promoções funcionavam como mais uma forma de conseguir rendas para sustentar as despesas escolares, já que as instituições precisavam obter recursos independentemente de apoios oficiais estatais. Portanto, para manutenção de suas atividades um dos elementos que mais apoiava essas instituições era a própria comunidade.

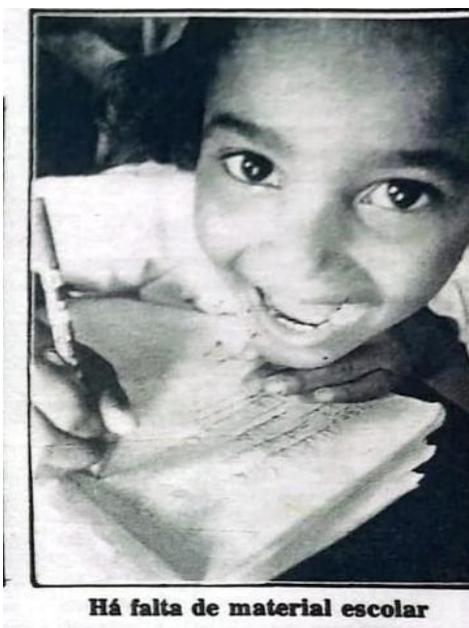
Para Aquino (2009), que em diversos momentos a educação ofertada nas escolas comunitárias não refletia um direito adquirido pelas crianças, tendo em vista funcionava à margem do ideal e sob a premissa de ser algo doado para essa infância empobrecida. Além do mais os convênios promovidos com o auxílio de outros órgãos para essas escolas uma de suas

marcas é a instabilidade, o que muitas vezes prejudicava esse atendimento e levava diversas unidades a fecharem suas portas.

Um dos espaços comunitários que tinha dificuldades para se manter por conta da ausência de qualquer apoio do Estado era o Grupo dos Escoteiros do Mar de São Jorge, o que ficou evidenciado na matéria do *Jornal dos Bairros*, ao ser noticiado as várias barreiras para dar continuidade às atividades que era mantida apenas pela comunidade, apoio essencial, mas que se mostrava insuficiente em vários aspectos como o fornecimento de merenda e material para as atividades escolares, como citado abaixo:

A falta de material escolar vem sendo a maior dificuldade na escolinha. De acordo com a monitora, os alunos não estão recebendo, por parte do governo, livros, cadernos e lápis, e as aulas estão sendo ministradas com livros velhos (...) Além disso, a merenda destinada à escola é sempre escassa, acabando antes do prazo previsto, Suely ressaltou que a merenda é um dos fatores que motiva o aluno carente a estudar, mas na escolinha está em falta há cerca de dois meses (*Jornal dos Bairros*, 24 de outubro de 1991 pg.3).

Figura 10 - Crianças e a falta de material no Escoteiros do Mar de São Jorge



Fonte: *Jornal dos Bairros*, 24 de outubro de 1991.

A matéria do dia 24 de outubro de 1991 apresenta uma visão problemática sobre a atuação escolar dos escoteiros, ao relatar que a instituição não tinha os materiais necessários para seu pleno funcionamento, apesar das condições físicas serem razoáveis, os alunos enfrentavam outras

dificuldades para seguir estudando. Essa matéria é uma das poucas que não apresenta citação a nenhum apoio institucional por parte do município de Belém, por parte do Estado ou da União.

A notícia destaca o problema relacionado à escassez de alimentos destinados à merenda escolar. A escola estava a algum tempo sem receber a alimentação, o que dificultava a permanência dessas crianças na instituição, pois muitas iam atraídas pela alimentação que era fornecida nesses espaços comunitários.

Além disso, a figura 10 traz à tona uma criança com lápis nas mãos e sorrindo infere-se que mesmo diante das problemáticas esse atendimento era importante na rotina dessas crianças e que poderiam ser melhor incentivados e projetados se esses tivessem acesso a material escolar com qualidade.

Cruz (2004) pontua que dentro das escolas comunitárias a questão da garantia da alimentação era um fator essencial que atraía as famílias, devido suas condições de baixa renda viam na merenda uma possibilidade de garantir essa assistência alimentar às crianças que estudavam nesses espaços.

Ao discutir a alimentação nas escolas comunitárias Franco (1984), revela que a partir do relato dos pais que muitas crianças que frequentavam esses espaços educativos iam principalmente pela comida. Estas refeições eram simples e mesmo assim contribuíram com a nutrição desses pequenos.

No caso da Escola dos Escoteiros do Mar de São Jorge, a merenda estava em atraso e isso impactava a vida escolar dos estudantes. Pela falta de convênio com órgãos vinculados ao município de Belém como a FMAE ou estatal como a LBA essa falta de merenda era um empecilho para que essas crianças pudessem permanecer estudando.

Haddad e Ghanem (1993) pontuam que essa descontinuidade entre parcerias estatais com as escolas comunitárias eram frequentes e isso se intensificava perto das campanhas eleitorais. O certo seria as escolas comunitárias receberem a alimentação bem como as escolas públicas recebiam. Mas, os atrasos e a falta de recursos para obter essa alimentação eram aspectos presentes nesse tipo de escola.

Dessa maneira, uma das conclusões que se pode inferir é que apesar dos órgãos estatais fornecerem subsídios para as escolas comunitárias, mostrava-se insuficiente para suprir as demandas internas, levando boa parte das instituições a buscarem outras fontes de apoio como particulares ou a partir da comunidade nos quais estavam inserido.

O Jornal dos Bairros, por meio de suas matérias sobre as escolas comunitárias na Sacramenta, forneceu um considerável panorama a respeito das condições físicas, do apoio estatal a essas instituições, somado as interações da comunidade e os diferentes meios de improvisos para que esses projetos de educação que visavam compensar as mazelas sociais dos pobres seguissem em funcionamento.

Nessa parte da dissertação serão pontuadas as diversas características das atividades educativas desenvolvidas nos Centros Comunitários e Clubes de Mães, contando com a ajuda das matérias do Jornal dos Bairros, de forma que buscaremos saber: qual o público era atendido nessas escolas comunitárias? Quais as principais dificuldades para educá-los? Quais escolas se destacam com relação às suas metodologias aplicadas em espaços improvisados?

No trecho jornalístico detalhado a seguir sobre a escola instalada no Centro Comunitário União dos Amigos do Bairro da Sacramenta, podemos ter uma dimensão do quanto essa escola tinha um grande contingente de alunos, mas que estes estavam sendo educados em um ambiente inapropriado e pequeno:

Hoje a escola que funciona dentro do Centro Comunitário União dos Amigos do Bairro da Sacramenta conta com 522 alunos do jardim à 4ª série, distribuídos em três turnos, as duas turmas do jardim I com um total de 50 crianças, assistem às aulas numa única sala. E as demais salas são divididas apenas pelas lousas (Jornal dos Bairros, 19 de setembro de 1991, p.6).

A atuação desta escola comunitária na Sacramenta ajudava muitas crianças em idade pré-escolar e acima dessa faixa etária a terem acesso a esse tipo de ensino, que era permeado pelas dificuldades materiais e principalmente faltava espaço adequado para acomodar essas crianças de forma organizada.

Essa problemática de superlotação em um ambiente precário também estava presente na matéria sobre o Centro Comunitário São Benedito, que também ofertava diversas etapas relativas à educação para crianças. Por conta da demanda de crianças ser alta, também era necessário que este estabelecimento funcionasse em vários turnos e ainda podia ofertar mais vagas se obtivesse mais recursos, como citado abaixo:

Atualmente, a escolinha do “São Benedito” funciona com sete turmas de 30 alunos nos turnos matutino, intermediário e vespertino, do pré-escolar à 3ª série do 1º grau. “Nosso espaço físico tem capacidade para a introdução de mais cinco turmas”, ressaltou a diretora, explicando que ainda não foram implantadas outras séries e turmas por falta de recursos financeiros.

Como afirma Lima (2000), por motivos de carência relacionados à oportunidade de escolarização a partir de 1970, os centros comunitários instalados em ambientes de casas comuns passaram a servir suas comunidades no que diz respeito à educação. Em Belém do Pará e em sua região metropolitana esse tipo de espaço teve grande disseminação. Com relação ao principal tipo de educação ofertada neste ambiente destacam-se as ações ligadas à pré-escola até a 4ª série do fundamental.

Os Centros Comunitários União dos Amigos do Bairro da Sacramento e Centro Comunitário São Benedito, seguiam esse tipo de oferta. E mantinham em seus estabelecimentos diversas crianças que eram atendidas de forma precária, mas que tinham esse tipo de atividade como uma de suas poucas possibilidades.

No trecho jornalístico sobre o Centro Comunitário São Benedito, observa-se que é destacado a questão da precariedade do espaço escolar que obriga as professoras da instituição a dividirem seus espaços de sala de aula. Além disso, as crianças por não terem um contato prévio com o contexto escolar possuem dificuldades de adaptação que foram questões vivenciadas no dia a dia nesses espaços, conforme a citação a seguir:

Dentro do contexto de precariedade do espaço no centro comunitário as duas professoras responsáveis pelas turmas de jardim I dividem a mesma sala todos os dias. Cada uma delas tem cerca de 25 crianças com limite de idade de 4 anos em diante. No início do ano letivo essas crianças procuraram se habituar “a linguagem das tias”, no qual para a professora Raimunda Brito só não é mais difícil porque todos os alunos das duas turmas estão no mesmo nível (Jornal dos Bairros, 19 de setembro de 1991, p.6)

Ortolan (2016), em seus estudos analisou uma escola comunitária em Campinas no estado de São Paulo, e destacou que as docentes da Escola Nave-Mãe enfrentavam problemas como a superlotação, falta de profissionais para lidar com as crianças e péssimas condições de ambiente físico para o desenvolvimento de suas tarefas.

Semelhante ao acontecia em Campinas, a escola do Centro Comunitário São Benedito estava funcionando a partir do funcionamento inadequado ao utilizar uma sala para duas turmas de pré-escola. Infere-se que as dificuldades enfrentadas por esses docentes deveriam ser tanto com relação aos materiais para essas crianças quanto como mantê-las atentas em espaço insuficiente em que as vozes deveriam se misturar.

No quesito de dificuldade de adaptação desses pequenos com a linguagem das professoras, depreende-se que isso aconteceu porque essas crianças não estavam acostumadas com o cotidiano escolar, pois muitas não tinham a oportunidade de estudar e iam parar nessas escolas por

necessidade de seus responsáveis precisarem trabalhar. Sendo esses estabelecimentos, instituições com diversos déficits em estrutura e material para as suas primeiras oportunidades de receber tal educação.

Para Cruz (2002), as creches comunitárias em suma mantinham-se despreocupadas com o desenvolvimento intelectual das crianças, pois esses espaços funcionavam como estabelecimentos focados em guardar e assistir esses pequenos. E muitas vezes a comunicação entre as crianças e as professoras se estabelecia a partir de frases que incutiram a manter a ordem nesses espaços como “desce daí menino”, “hora de tomar banho” a fim de ensiná-las sobre as rotinas e obrigações dessas crianças nesses espaços.

Em diversos casos, uma instituição comunitária como essa abrigava desde a creche até as séries que antecedem o 1º grau. A partir do trecho do jornalístico sobre o Clube de Mães da Sacramento, observa-se que “A escola do clube de mães conta atualmente com 120 crianças no jardim e na alfabetização divididas nos turnos matutino e vespertino e mais 60 na creche” (Jornal dos Bairros, 07 de novembro de 1991, p.6). Ou seja, no Clube de Mães da Sacramento, o atendimento era variado, dividido em mais de um turno e cobria etapas essenciais que iam desde os cuidados com os menores da creche até a alfabetização que era um público que estava em preparação para a etapa obrigatória do 1º grau.

Todavia, existiam estabelecimentos de educação comunitária na Sacramento que ofertavam modalidades da pré escola e uma parte do 1º grau na mesma instalação como é o caso do Centro Comunitário São Boa Esperança, no qual o público atendido e turno eram: “Atualmente, 120 crianças estudam na escolinha do centro comunitário (do jardim a primeira série do 1 grau), apenas no turno da manhã” (Jornal dos Bairros, 18 julho de 1991).

Nessa perspectiva, nota-se que o centro comunitário citado acima não oferecia a modalidade da creche, mas ofertavam a partir do jardim até o começo do 1º grau. A partir dessas duas escolas comunitárias citadas acima, pode-se perceber que essas instituições comunitárias ofereciam diversas modalidades de atendimento.

Drouet (1990) destaca que o sistema escolar brasileiro no começo dos anos de 1990, possuía quatro graus de ensino, sendo a pré-escola a primeira etapa. Na pré-escola, o público recebido tinha idade abaixo dos sete anos, no qual as creches cobriam as idades de 0 a 3 anos; os maternais 3 e 4 anos; jardins recebiam entre 4 e 5 anos e “prézinho” que recebia em suma entre 5 e 6 anos.

Contudo, a autora explica ainda que essas denominações se confundiam e muitas vezes era comum ouvir o termo creche como um local que atendia desde bebê até os catorze anos. Não existia uma regra que definisse ao certo o que seria a pré-escola. Mas, era possível pontuar algumas características dessa modalidade como deveria ser uma etapa em que as crianças iam para interagir com outras crianças de sua faixa etária e socializar também com os adultos. Saindo da égide de suas casas e indo a esses espaços que ofereciam educação e alimentação.

Para Campos (1985), neste período existia uma grande oferta de estabelecimentos escolares que ofereciam para a população de baixo poder aquisitivo várias etapas da pré-escola. Focados em demonstrar para sociedade que mesmo com carências estavam tendo um determinado tipo de educação que lhes preparava para o 1º grau. Porém, esses espaços educativos serviam como soluções baratas para o governo, pois usavam os espaços populares dentro dessas comunidades para implantar essa oferta de ensino focando em aspectos como: descentralização, uso da mão-de-obra local e utilização de improvisos nas estruturas e nos recursos materiais.

Mesmo diante desse quadro de improviso, e utilização de recursos próprios para oferecer serviços educativos dentro das periferias, esses espaços comunitários e associações eram vitais para prover o atendimento às crianças em situação de pobreza, se mostrando como uma opção para essas crianças permanecerem.

Segundo Carneiro (1985), na vida das crianças muitas vezes as associações e centros comunitários serviam como espaços escolares ou clubes de recreação. São espaços importantes pois permitem a convivência de pessoas com várias idades e de diferentes cores e religiões. Servindo também, como um ambiente que estava aberto aos interesses dos moradores e se mantinham aberto para serem espaços com decisões democráticas. Ou seja, eram espaços em que os moradores discutiam acerca das necessidades que estavam enfrentando em seus cotidianos, permitindo que a partir do princípio de melhorar a vida em comunidade, diversas ações fossem feitas em conjunto para possuírem uma vida mais digna.

O Centro Comunitários Irmãos Unidos, que funcionava na Sacramento no ano de 1991, expõe através da matéria jornalística presente no Jornal dos Bairros a luta que vinha enfrentando em seu espaço interno para conseguir mais opções de ensino para essa comunidade, como se nota abaixo:

O coordenador desse centro comunitário estava lutando ante as autoridades para que a creche nessa instituição voltasse a oferecer seus serviços para a comunidade. “O retorno da creche está meio difícil, mas este serviço é muito

importante para a comunidade. Ele também, estava ajustando novas parcerias como a oferecida pela Legião Brasileira de Assistência, para que nesse centro fossem oferecidos cursos de formação abertos à comunidade e específicos para atender os adultos que ali viviam (Jornal dos Bairros, 03 de janeiro de 1991).

Nota-se que uma das demandas desse centro comunitário foi a reoferta da creche nesse espaço. Contudo, observa-se que o coordenador estava tendo dificuldades neste pedido que estava associado à falta de convênios para manter esse atendimento destinado a criança pequena. Além disso, a vontade deste coordenador era firmar uma parceria com a LBA para distribuir neste centro educação para adultos daquele entorno.

Cabe destacar que as creches comunitárias possuem um papel fundamental na vida das famílias de baixa renda, principalmente, daquelas famílias em que a mãe necessitava deixar sua criança para poder ir trabalhar. Para Rosemberg (1984), as instituições pré - escolares não foram feitas para todas as crianças, mas serviam como elemento de apoio social às famílias que não poderiam ficar em casa cuidando das mesmas, como um dispositivo auxiliar.

Depreende-se que essa urgência em reativar a creche seja por conta dessas mães trabalhadoras que concebiam nesse tipo de atendimento um espaço para deixar suas crianças. Como afirma Afonso (1995), nas creches comunitárias vigorava o sentido assistencialista que expunha esses espaços como um mal necessário e como um recinto para as mães que precisavam trabalhar. Era como se esse tipo de estabelecimento pudesse reafirmar que essas mulheres, mães, empobrecidas pudessem ter um trabalho e manter uma família.

Ainda sobre a urgência das creches, Filgueiras (1994) destaca que até a Constituição de 1988 não existia uma responsabilidade determinada por lei no sentido de proporcionar atendimento para as crianças em creches. No entanto, por todo o Brasil existiam creches instaladas em ambientes inadequados funcionando com subvenções advindas de parcerias públicas ou privadas, além das próprias comunidades ajudando nesse processo de manutenção desses espaços.

Ademais, essa autora pontua que nesse íterim o nome “creche” não tinha uma definição concreta e era entendido como um ambiente que recebia crianças durante o dia menores de quatro anos. Com o passar do tempo e a obtenção de novos parceiros essas creches passaram a receber cada vez mais crianças e isso ia aumentando a faixa etária de atendimento (Filgueiras, 1994).

Na Sacramento, existiam esse tipo de atendimento da pré-escola que por vezes recebia no mesmo estabelecimento de ensino comunitário, alunos para a creche, mas recebia outros públicos

como: jardim I, jardim II e classes de alfabetização isto é, não se limitava ao termo creche e a partir das ajudas oferecia outras etapas de ensino para esses alunos.

Em relação às atividades de lazer e recreação que eram oferecidas nas escolas comunitárias, as crianças eram recebidas em salas de aulas inadequadas e sem espaços específicos para desenvolverem atividades que as proporcionasse bem estar e que pudessem se movimentar livremente. Na escola do Centro Comunitário São José, a improvisação é uma marca até no momento do lazer, na matéria jornalística abaixo observa-se que:

Na opinião de Maria Sarmiento, o interesse pelo ensino caiu muito, sobretudo pela falta de atrativos, “Não temos áreas de lazer e as professoras têm que fazer brincadeiras com as crianças na porta da escola” contou. Ela disse ainda que o prédio é muito quente e fica tomado por poeira (Jornal dos Bairros, quinta-feira, 03 de outubro de 1991, p. 5).

Na falta de espaço adequado para que essas crianças pudessem se movimentar, os professores, portanto, utilizavam o que estava disponível em seu cotidiano. Então, direcionavam esses pequenos até o portão para que pudessem se movimentar e para a vivência de brincadeiras. Compreende-se que estas condições de ausência poderiam ser desmotivadoras e prejudiciais para as crianças, no entanto era o que havia disponível naquele momento como uma alternativa para não ficarem sem atividades lúdicas.

Para Andrade (2004), nas creches comunitárias era comum existir a ausência de brinquedos, de espaços adequados além da limitação feita pelas professoras no tempo destinado às brincadeiras, em virtude da ausência de recursos didáticos para desenvolverem essas atividades tais fatores que mostravam o quanto esse tipo de ambiente não estava apto a receber as crianças e causava um certo desrespeito a essa fase da infância.

O ambiente da pré-escola impacta diretamente no desenvolvimento da criança, pois é por meio do brincar, do uso de diversos materiais, dos livros, da possibilidade de correr e do ambiente arejado que esse público cria suas experiências e se prepara para o conhecimento formal. Nesse sentido, quando essas crianças frequentavam os espaços comunitários e tinham esses déficits relacionados ao brincar e a limpeza, infere-se que isso impactava diretamente suas ações e seus processos de desenvolvimento, mas, seguiam sendo mantidas nesses ambientes por necessidade (Teixeira,2014).

Kramer (1986), em seus estudos pontuava a necessidade da pré-escola ser prestativa no recebimento de crianças nesse espaço para que suas mães pudessem trabalhar, mas que era necessário criar medidas que viessem favorecer o desenvolvimento ainda na infância com a

criação desses espaços educativos e que não funcionassem apenas como depósitos para receber essa clientela.

Cruz (2002), apontou que uma das problemáticas presentes nas escolas comunitárias da periferia de Fortaleza nesse período era referente a falta de espaços dentro da escola para que as crianças pudessem brincar. Visto que essas residiam em localidades que também não tinham possibilidades de lhes proporcionar atividades que gerassem bem estar para esse público. A relação dessa falta de espaços para o lazer também coincidia com as condições socioeconômicas das crianças que eram atendidas por esse estabelecimento que em suma era de baixa renda.

Apesar da maioria das escolas comunitárias da Sacramento também serem destinadas aos pobres e não possuírem espaços específicos para lazer em suas instalações. Algumas dessas instituições possuem táticas para driblar essa falta de espaço, como é pontuado na matéria de jornal sobre a escola do Centro Comunitário São Benedito:

O prédio onde funciona o centro comunitário São Benedito e a escola foi construído, através do projeto Pró-morar. E a diretora, observou que as crianças não contam com a área de lazer no estabelecimento de ensino. De acordo com ela, as crianças são levadas à praça do Jaú e ao Bosque Rodrigues Alves para o lazer (Jornal dos Bairros, 19 de setembro de 1991, p.6)

Ou seja, na falta de um espaço adequado para que essas crianças pudessem ter acesso a um ambiente aberto e amplo para desenvolver atividades recreativas. Elas eram levadas até as praças das redondezas ou ao Bosque Rodrigues Alves, ambientes que serviam como uma opção de lazer para esse público.

Outra entidade que também se utilizava de ambientes públicos com áreas ventiladas e extensas era o Grupo dos Escoteiros do Mar, que mantinham um plano de ação para as crianças que frequentavam esse ambiente. Seu objetivo principal era o de lhes oferecer uma formação cidadã e também proporcionar a participação dessas crianças em ações de escotismo, como veremos no trecho de jornal a seguir:

O Grupo de Escoteiros do Mar de São Jorge, existe há mais de 30 anos, e reúne os fins de semana na sede para planejar os trabalhos (a serem executados de acordo com a idade de cada componente), as práticas e as maneiras de colaborar com a sociedade. Sempre que podem, o grupo acampa na ilha do Mar, seja em Mosqueiro, Marudá ou Outeiro (Jornal dos Bairros, 24 de outubro de 1991 pg.3).

Para Haddad e Ghanem (1993), que pesquisou escolas desse caráter em São Paulo, esse é um dos pontos no qual as escolas comunitárias se diferenciavam das escolas oficiais do Estado.

Elas constantemente criam ações para valorizar a autonomia dos estudantes. E na falta de recursos materiais relacionados ao audiovisual, as professoras utilizam o que está disponível como cartazes e revistas. Na falta de espaço adequado, estas propõem atividades em ambientes da comunidade como Jardins Botânicos ou praças.

Em Belém o uso das praças para suprir as carências das escolas de comunidades era comum desde a década de 1970. Como afirma a autora Ferreira (2008), em Belém na década de 1979 funcionava o PREAVER, que era um projeto de educação pré-escolar que levava crianças pobres a espaços verdes como as praças da cidade. Essa proposta funcionava como uma medida paliativa, para suprir a carência de espaços para que essas crianças pudessem se movimentar e ter um certo lazer.

Apesar disso, mostrava uma certa preocupação com essa infância pobre ainda que nesse período não existisse políticas que investissem diretamente na escolarização dessa faixa etária. E esse era um exemplo de projeto de baixo custo que educava uma parte considerável de crianças que não tinham acesso à educação pública.

Essa autora também destaca que este era um exemplo de educação compensatória implantado na capital paraense. Foram implantadas ações educativas que utilizam recursos mínimos, pois o interesse do Estado se concentrava no ensino a partir do 1º grau e deixava esses projetos e políticas voltadas à educação na infância renegada (Ferreira, 2008).

Outra autora que também dialoga sobre essa temática é Susin (2005), nas escolas comunitárias geralmente quando não existiam áreas abertas ou pátios, essas crianças eram levadas para praças das comunidades de forma a suprir essa falta de espaço específico para desenvolverem suas atividades. Além disso, essa interação fora de sala de aula favorecia o desenvolvimento dessas crianças, que através disso podiam se movimentar e brincar. Essas atividades ao ar livre eram essenciais para esse público e se davam mediante as idas às praças ou a locais mais distantes quando existiam verbas para isso.

Ou seja, essa prática de tirar os alunos da sala de aula e levá-los a ambientes abertos, verdes e ventilados era uma iniciativa tomada nas várias escolas comunitárias espalhadas pelo país, seja em São Paulo ou em Belém do Pará a carência de recursos e ambientes adequados fazia parte do cotidiano das escolas comunitárias, dessa forma o corpo docente e administrativo dessas escolas propunham essas ações para dar oportunidade a esses menores de terem contato com outros ambientes, a desenvolver suas habilidades corporais e de interação uns com os outros.

Outra questão importante, é sobre a educação oferecida por esses espaços comunitários, no que refere às formas de ensino que eram ofertados nesses estabelecimentos. A maioria dos espaços da Sacramento não focam em tratar sobre a qualidade dessa educação, por vezes pontuam os tipos de oferta (creche, jardim, alfabetização) e as problemáticas para mantê-los.

Mas, em algumas exceções, como é o caso do Grupo dos Escoteiros do Mar de São Jorge, a instituição se mostrava preocupada com o rendimento dos alunos. Conforme observa-se no trecho abaixo:

Ressalta Suely, as crianças tem um bom aproveitamento “ os alunos que não tem condições de passar de ano repetem até estarem aptos a ingressar em outras séries”. Depois de alfabetizadas na escolinha, as crianças são encaminhadas a estabelecimentos públicos no próprio bairro, [...], o índice de evasões de acordo com a monitora é pequeno e não chegar a 10% e quando esses casos são registrados é por conta de mudanças da famílias do estudantes para outros bairros (Jornal dos Bairros, 24 de outubro de 1991 pg.3).

Ou seja, a partir da descrição acima pode-se perceber que essa entidade comunitária demonstrava certa atenção com a formação de seus alunos. Estabelecendo que se esses não estavam aptos para ir ao primeiro grau, a solução era fazê-los repetir até estarem prontos. Também, demonstraram a ação de querer que os seus alunos prosseguissem estudando, de modo que os ajudassem a conseguir vagas em outras escolas e por fim demonstraram que essas atitudes geraram uma certa permanência das crianças neste estabelecimento.

Segundo Campos (1985), com relação a educação disponível nessas escolas ou creches comunitárias de bairro o que se observa é a semelhança com outros trabalhos direcionados ao público infantil que geralmente são pautados no bom senso e na existência de atividades educativas por mais que existam condições precárias para o desenvolvimento dessas ações com as crianças, o que muitas vezes reflete em um atendimento educacional pobre e remediado sem ser um modelo de educação (Campos, 1985).

Ou seja, essas escolas comunitárias em suma não necessitavam seguir à risca um plano educativo de qualidade. As atividades educativas desenvolvidas eram em grande medida oferecidas a partir da decisão das pessoas que estavam à frente desses estabelecimentos, por vezes isso refletia em uma educação fragilizada ou não.

De acordo com Haddad e Ghanem (1993), quando uma escola comunitária possuía um baixo índice de evasão, isso era um sinal de que o ensino oferecido por essa entidade estava prezando pela qualidade do ofertada para seu alunado, havendo cada vez alunos querendo estudar

nesse tipo de estabelecimento, demonstrando que o convênio com essa entidade estava diferenciado.

No caso da oferta de qualidade e da preocupação presente na educação oferecida aos alunos dos Escoteiros do Mar como pontuado mais acima, são notórias a preocupação e as ações dessa entidade para promover essa educação diferenciada. Contudo, o convênio com órgãos públicos não existia nesse estabelecimento, sendo sua principal fonte mantenedora os próprios moradores da comunidade.

Em concordância com esta linha de atuação relacionada à qualidade nesses espaços comunitários que ofereciam educação, Guerra (2012) descreve em diversos momentos que as escolas comunitárias são instituições de referência dentro das comunidades em que atuam, pois dentro desses espaços se constroem ou desconstroem lutas em prol de ações de políticas públicas relativas à educação. Nesse sentido, as experiências educativas disponíveis nessas escolas são exemplares e por vezes dão à luz a práticas educativas únicas. Focam geralmente na autonomia dos seres humanos, na luta por cidadania e principalmente pelo bem-estar dos alunos.

Além disso, nota-se a importância desses Centros Comunitários e Clubes de Mães dentro das periferias, pois serviam como espaços que ajudavam as pessoas a terem acesso a demandas do cotidiano como lazer, educação ou esportes. Conforme Carneiro (1985), foi se exemplificando se os moradores de uma comunidade sentem falta de um espaço de lazer, a partir dessas entidades coletivas os membros deste local percebiam a existência dessa demanda. A partir dessa problemática podiam por meio dessas associações dar origem a espaços como times de futebol, clubes de mães, clubes de escotismo com o propósito de suprir suas necessidades e enquanto espaços de luta de forma a permanecer atuando no atendimento à população.

Nesse sentido, como pontua Ammann (1997), na década de 1980, vigorava o pensamento de que as prefeituras deveriam fazer as pessoas se envolverem em ações que pudessem resolver os problemas locais. Nesse sentido, surgem diversos tipos de coletivos como: hortas comunitárias, associações de moradores, clubes de mães como espaços de organização dessas comunidades, por meio desses espaços os moradores levavam até o governo municipal suas problemáticas: coleta de lixo, saneamento, oportunidades de emprego e afins. O entendimento é que esses espaços serviam para cooperar com o Estado, principalmente junto aos pobres.

É nesse quesito que as pré-escolas da Sacramento que foram analisadas nesta seção se encaixam. Elas eram instaladas em ambientes com dificuldade de acesso, falta de materiais e

condições estruturais em grande parte precárias. Mas, apesar das problemáticas, seguiam atendendo um grande contingente de crianças que não tinham outra oportunidade para estudar.

Para finalizar essa seção, é válido pontuar sobre a questão estrutural o Jornal dos Bairros deixa bem explicado aos seus leitores que as condições materiais vivenciadas nas escolas comunitárias eram em grande parte precárias, variando apenas as problemáticas de cada espaço. Dessa maneira, as fontes jornalísticas comunicam aos leitores com urgência a situação de calamidade enfrentada nesses espaços educacionais, evidenciando que este fator ia muito além das questões materiais, afetava as dinâmicas em sala de aula e as práticas desenvolvidas nessas entidades.

Outra questão a ser levantada pelas matérias de jornais é a falta de apoio público ou privado, de maneira que boa parte das instituições que pontuaram suas demandas nos jornais encontravam-se com problemas financeiros devido a burocracia para conseguir convênios ou o descaso dos órgãos educacionais em atender os chamados dessas entidades.

As atividades educativas ofertadas nesses estabelecimentos estavam organizadas dentro do aspecto tradicional de ensino, mas que acabavam tendo constantes interferências devido à necessidade de improvisos nos dois aspectos citados acima, dessa maneira questões precarizadas que afetavam o cotidiano em sala de aula dificultando o processo de aprendizado e ao mesmo tempo obrigando os professores e funcionários a elaborarem alternativas para o desempenho pleno das funções escolares.

4.2 As lideranças comunitárias no processo de lutas e reivindicações das pré-escolas do bairro da Sacramento-Belém-PA.

Neste subtópico analisar-se-á o perfil das lideranças comunitárias que estavam envolvidas na direção e manutenção das pré-escolas comunitárias instaladas na Sacramento entre os anos de 1987 à 1991, que foram noticiadas no Jornal dos Bairros. Essas pessoas se destacam pela atuação referente ao avanço e a manutenção desses espaços escolares nas periferias que mantinham essa forma de atendimento desde a década de 1970. Na Sacramento foram encontradas cerca de dez lideranças, contudo, neste tópico apresentaremos três lideranças, pois eram as que tinham mais detalhes sobre eles, como as imagens e as falas disponíveis nas matérias deste jornal.

Historicamente, sobre a origem das escolas comunitárias no Brasil é possível perceber que elas se originam dentro das comunidades empobrecidas que expõem suas demandas e o interesse por uma educação que atenda suas necessidades. Ainda que para construir essas escolas sejam

usados os recursos financeiros dos próprios moradores e a mão de obra destes muitas vezes projetados como serviço voluntário. Uma característica marcante nas escolas comunitárias faz referência aos espaços precários em que são instalados esses serviços educativos para as comunidades que coincidem com locais arranjados pelos moradores, muitas vezes improvisados em associações de moradores, pátios de igreja e afins. Essas escolas tiveram sua expansão na década de 1970 e as mais antigas foram registradas em estados como Rio de Janeiro e em Belém do Pará. A expansão desse tipo de instituição foi fruto de esforço coletivo entre pais, moradores, lideranças comunitárias, professores que lutavam pela existência e manutenção desses espaços (Martins, 1994).

De acordo com Vieira e Melo (1981), os espaços educativos de origem comunitária representavam locais que serviam para salvaguardar e assistir os pequenos, e foram fortemente implantadas nas comunidades empobrecidas, a partir de 1970. Elas surgem no interior dos movimentos sociais urbanos que nesse contexto lutavam contra os problemas sociais adjacentes da cidade como: saneamento, transporte público, pelas vias urbanas, contra o preço dos produtos que subia constantemente.

Logo, percebe-se que a origem desses espaços comunitários que atuavam na educação coincide com os processos de reivindicação por melhores condições de vida que eram promovidos por pessoas de baixa renda, que se uniam em movimentos sociais, centros comunitários e outros espaços coletivos para cobrar a resolução de problemas que lhes afetavam em suas comunidades. Para que essa luta viesse a ganhar força era necessário que essa população ou escola tivesse uma pessoa para encabeçar esses processos de pedidos por melhores condições e é nesse momento que as lideranças comunitárias se destacam em suas atuações.

As lideranças eram pessoas que tomavam para si a responsabilidade para conseguir que as comunidades ou espaços comunitários tivessem mais recursos e direitos. Também podem ser conhecidos, conforme Quadros (2018), como “Sujeitos Fundadores” para designar as pessoas que estavam envolvidas nas lutas sociais em busca de melhorias para a comunidade da Terra Firme, outro bairro belenense nos anos 80. Geralmente, essas pessoas viam os centros comunitários como espaços de reivindicação de direitos básicos e eram elas que iam até as autoridades efetuar cobranças para melhorar as condições de vida nos locais em que moravam.

Nessa direção a figura das lideranças comunitárias era essencial para que as ações políticas fossem implementadas nas comunidades em que esses residiam, pois eram essas pessoas

que saiam em busca de resolver as demandas de suas localidades. Com relação ao bairro da Sacramento, fazendo uso das edições do Jornal dos Bairros notou-se que 70% dos centros comunitários e clubes de mães que atendiam as pré-escolas disponíveis aos moradores da Sacramento eram dirigidos por lideranças femininas. Essas mulheres implementaram lutas diversas, seja por material didático, material para melhorar as instalações físicas em que as crianças eram educadas, por alimentação, pela ampliação do corpo docente e administrativo bem como por melhores salários.

Para Vieira e Melo (1981), as mulheres se destacaram como lideranças comunitárias, pois eram as principais envolvidas nos processos de luta nas comunidades. Além disso também foram elas que historicamente deram início as primeiras creches comunitárias em suas localidades, já que estavam imersas nos processos de reivindicação e muitas tinham experiência por atuarem em suas comunidades eclesíásticas ou nas associações de bairro.

Abaixo estão apresentadas algumas dessas mulheres que atuavam diretamente nas pré-escolas comunitárias da Sacramento e que, constantemente, em notícia do Jornal dos Bairros expunham as necessidades e as lutas que eram travadas para conseguir assistir e manter esses estabelecimentos de ensino em funcionamento a liderança Maria Raimunda do Clube de Mães Santa Inês:

[...]conta que depois de muitos anos de luta o Clube conseguiu erguer a sede própria, [...], antes todas as atividades eram realizadas na residência de Maria Raimunda, que, conforme ela mesmo diz, não tinha espaço suficiente e não dispunha de recursos para expandir os trabalhos (Jornal dos Bairros, 8 novembro de 1990, p.5).

Figura 11 - Presidente do Clube de Mães Santa Inês



Maria Raimunda Dias

Fonte: Jornal dos bairros, 8 novembro de 1990, p.5.

A partir do trecho citado acima é possível perceber que essa mulher enquanto líder deste Clube de Mães estava comemorando o fato desta escola possuir um espaço próprio, já que quando não existia ela levava as crianças para serem educadas no seu lar. Ou seja, o grau de responsabilidade e vontade de resolver essas problemáticas fazia parte da trajetória de Maria Raimunda, que mesmo sem ter dinheiro ou espaço adequado buscava minimizar os problemas relativos à educação para crianças no seu bairro.

Adiante, também se destaca a atuação da outra liderança do Clube de Mães da Sacramento que denunciava através do Jornal dos Bairros a luta que estava enfrentando para desenvolver as ações educativas nesse estabelecimento e principalmente enfrentando a falta de esperança em conseguir apoio para a pré-escola que funcionava nessa entidade:

Brígida Modesto comentou que já andou por vários órgãos públicos e entidades particulares em busca de ajuda financeira ou material. A esperança em conseguir ajuda externa acabou, pois esta recebeu uma carta da Ação Comunitária, comunicando que o órgão não tinha condições de atender os pedidos dessa entidade, [...], diante disso, Brígida está esperando a colaboração dos próprios moradores nas promoções a fim de arrecadar fundos (Jornal dos Bairros, 24 de outubro de 1991, p.6).

Figura 12 - Líder (Brígida) do Clube de Mães da Sacramento



Fonte: Jornal dos Bairros, 24 de outubro de 1991, p.6.

A partir da fotografia ilustrada na figura 12 e da matéria, percebe-se que esta era uma liderança jovem e que demonstra comprometimento com esse espaço educativo. Nota-se o quanto essa liderança estava se esforçando para conseguir mais apoios para melhorar o ensino neste estabelecimento. E mesmo quando os financiamentos públicos foram negados, essa mulher tratou de arrumar outra forma para conseguir arrecadar fundos para a instituição, por meio das promoções, o que demonstra que essas lideranças se envolviam por completo com as causas das escolas, buscavam entre si e na comunidade resolver as problemáticas que impactavam na manutenção e no funcionamento.

Conforme Pedro (2012), os clubes de mães eram esses espaços coletivos comuns na década de 1980 e eram instalados em bairros populares, que ofertavam aos moradores cursos profissionais e eram usados para promover discussões a respeito da situação vivida nessas comunidades, o que levava muitas mulheres responsáveis por esses estabelecimentos a observarem a situação das crianças que precisam de atendimento educativo irem até as autoridades para reivindicar melhorias.

Em consonância, com esse empenho das mulheres que eram lideranças para melhorias nas pré-escolas comunitárias. Vieira e Melo (1987) apontam que as mulheres que estavam à frente das escolas instaladas em centros comunitários nesse período faziam reuniões com a comunidade para aumentar o envolvimento e a relação dos moradores com esses espaços educativos. Elas criaram comissões para resolver os problemas desses espaços, iam atrás das mães que precisavam de atendimento educativo para seus filhos e procuravam as autoridades públicas para cobrar a assistência destinada ao público infantil.

Nesse sentido, as mulheres que atuavam enquanto lideranças desses espaços comunitários se mostravam como cidadãs ativas que não tinham vergonha de ir até as autoridades e pedir auxílio. A atuação dessas lideranças femininas foram fundamentais para que as pré-escolas comunitárias que estavam instaladas na Sacramento seguissem colaborando com o atendimento às crianças daquele bairro.

Cabe destacar que mesmo em menor número também se registra a presença de homens como líderes comunitários. Dos dez espaços educativos presentes na Sacramento, neste período de 1987-1991, cerca de três estabelecimentos tinham um homem à frente da entidade. Na luta por melhorias, conforme verifica-se no trecho de notícia e na imagem seguinte (Figura 13) que ilustra o líder Laudemar Soares, do Centro Comunitário Irmãos Unidos:

[...] a entidade já está entrando em contato com as autoridades competentes para que a creche volta a funcionar. “ O retorno da creche está meio difícil , mas este serviço é muito importante para a comunidade. Se não reativa-la neste ano, vamos seguir lutando”, finalizou Laudemar Soares (Jornal dos Bairros, 3 janeiro de 1991, p.6).

Figura 13- Presidente (Laudemar) do Centro Comunitário Irmãos Unidos



Fonte: Jornal dos Bairros, 3 janeiro de 1991, p.6.

A situação exposta acima a respeito do Centro Comunitário Irmãos Unidos mostra que essa liderança também travava constantes embates com as autoridades governamentais para conseguir apoio para que a creche voltasse a funcionar neste estabelecimento. Apesar de não obter êxito em suas investidas mantinha firme a sua posição de liderança e mantinha-se em constante luta para que a creche continuasse em funcionamento.

As lideranças comunitárias possuem algumas características em comum que formam o perfil desse tipo de atuação. Em prática são pessoas que têm amplo leque de contatos com agentes do mundo público, seja com membros de outras associações nas redondezas de suas localidades ou com pessoas importantes de repartições públicas. Normalmente, esses líderes possuem uma trajetória marcada por experiência em partidos políticos, sindicatos e outros tipos de locais que envolvam a produção de debates nas comunidades. Além disso, são pessoas que sabem conversar e que chamam a atenção dos moradores para manter esse diálogo acerca das dificuldades encontradas onde residiam (Duarte, 2017).

Para Rosemberg (1992) as lideranças desses espaços eram os principais responsáveis por recrutar pessoas da comunidade para trabalhar nesses espaços como voluntários com o slogan

façam pela melhoria do bairro. E também, escolhiam aquelas pessoas com maiores cargos que recebiam pagamento para atuarem nesses espaços educativos

A maioria dessas características foi encontrada no perfil das lideranças que eram as principais responsáveis pelos Centros Comunitários, Clubes de Mães e outros espaços que mantinham a pré-escola na Sacramenta. Eram essas pessoas que na maior parte das matérias do Jornal dos Bairros denunciavam a falta de merenda, falta de espaço adequado, falta de apoio financeiro por parte das entidades públicas e aqueles que se comprometeram em fazer ações junto desta comunidade para conseguir dinheiro para manter suas atividades.

Por via de regra eram os líderes comunitários que tinham esse encargo de conseguir criar, gerir, chamar atenção da população para as necessidades desses espaços improvisados de pré-escola e ir em busca de mão de obra para trabalharem nesses estabelecimentos, seja com ou sem remuneração.

Na escola que funciona no Centro Comunitário Irmãos Unidos Laudemar que era principal liderança responsável pela organização e gerência desse espaço descreveu em matéria ao Jornal dos Bairros “Os três professores que trabalham como colaboradores e o pagamento deles é feito de acordo com o dinheiro arrecado nas mensalidades que vem dos pais ou dos funcionários desse do centro” (Jornal dos Bairros, 3 janeiro de 1991, p.6)

Nesse sentido, a partir do relato acima feito por Laudemar, observa-se que ele era o principal responsável por saber qual a forma de organizar essa educação oferecida neste espaço. Era ele quem tinha noção do corpo docente que atuava nesse espaço e o mesmo cobrava dos responsáveis ou dos trabalhadores.

Haddad e Ghanem (1993) pontuam que os projetos de educação comunitária desenvolvidos em São Paulo na década de 1990 contaram com o auxílio das lideranças comunitárias para gerir esse tipo de escola. Estes eram os principais responsáveis por chamar os pais a comparecerem nas reuniões escolares, cobravam acerca da conduta do corpo docente da escola. Essa é uma das diferenças desse tipo de escola para aquelas de modelo tradicional, elas oferecem através da equipe gestora a cobrança de um melhor desempenho dos funcionários e sempre que podem lutam pela presença dos moradores e pais dentro da escola.

Semelhante às escolas comunitárias que existiam nesse tempo em São Paulo, as que funcionavam na Sacramenta em Belém também tinham a figura das lideranças no envolvimento

dos processos de gerenciamento e embate com a comunidade ou com os poderes locais para melhorar o atendimento educacional disponível nesse tipo de estabelecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questões abordadas ao longo desse estudo permitiram com o auxílio do Jornal dos Bairros a compreensão de que na Sacramenta no decorrer do fim dos anos de 1980 e começo de 1990 foram criadas diversas pré-escolas comunitárias, especialmente, em estabelecimentos de ensino improvisados nos espaços coletivos como Centros Comunitários e Clubes de Mães.

Esses espaços educativos comunitários, foram uma alternativa devido a falta de escolas públicas nessa localidade que acolhesse o público menor de 6 anos. Observa-se que a comunidade se destacou na promoção dessa educação, pois se uniam para minimizar a falta de assistência educacional que o Estado não ofertava, assim, os moradores são o ponto de apoio principal para existência dessa educação destinada à infância.

Entre as décadas de 80 e 90, os movimentos sociais dentro da periferia da capital paraense estavam presentes e pulsantes. E era dentro dos centros comunitários que essas pessoas se reuniram para traçar ações de melhorias para suas baixadas, destacam-se a figura das lideranças comunitárias que na ânsia de conseguir melhores condições para desenvolver essas atividades educativas relativas a pré-escola se manifestaram de diversas: por meio da mídia, no boca a boca junto à comunidade ou pediam apoio aos órgãos públicos para garantir que essa educação seguisse assistindo as crianças dessa localidade.

É válido ressaltar que o cuidar e o educar no bairro da Sacramenta é uma questão que desde as suas origens pontua um descaso do Estado com essa localidade. Nos meados do século XX, as principais instituições existentes neste bairro eram particulares e religiosas, logo não estavam ao alcance da maioria da população que, mediante a falta de escolas, foi improvisando o cuidado e a educação em casas de mulheres do bairro. Na década de 70, os centros comunitários deste bairro passaram a tomar essa responsabilidade de educar para si e assim podem ser estudados como locais importantes na promoção da assistência educacional destinada à infância belenense.

Nesse ínterim, surgiram as principais demandas para garantir a manutenção dessa educação pré-escolar comunitária, conforme nota-se ao longo desses trabalhos: as condições estruturais dos estabelecimentos, a merenda escolar, o corpo docente, a quantidade de alunos que podiam ser recebidos, os mantenedores, as lideranças e suas estratégias para manter uma

educação empobrecida e improvisada. Apesar dos desafios constantes, essa educação era uma solução para aquele momento de descaso do Estado com o público infantil.

As dez escolas comunitárias tratadas ao longo dessa dissertação funcionaram principalmente entre os anos de 1987 a 1991 na Sacramento. Esse é um momento de transição, pois compreende a aprovação da Carta Magna, que visava garantir que a educação fosse um direito de todos. Mas, na realidade, ainda era uma problemática a ser enfrentada, principalmente, no que diz respeito à proteção e educação dessas às crianças.

Com essas questões abordadas, podemos concluir essa pesquisa com a seguinte constatação: as fontes jornalísticas como o Jornal dos Bairros, permitem que pesquisadores da História e da Educação possam compreender com a ajuda de diferentes panoramas o processo de organização e de atuação das pré-escolas de caráter comunitário. Ainda que seja uma fonte com limitações, quando se refere às atividades educativas desenvolvidas ou as características dessa educação comunitária, por meio dessa fonte há possibilidade de inferir sobre as condições físicas encontradas, de que modo eram feitos os processos de seleção dos estudantes para tais escolas, as lideranças que estavam à frente dessas instituições, os mantenedores desses projetos educacionais bem como as diferentes formas de improvisos e “gambiaras” utilizadas pelos funcionários escolares para oferecer essa educação para as crianças de baixa renda.

Uma outra questão que se identifica deste trabalho diz respeito a quem essas pré-escolas serviam, elas atuavam principalmente com as crianças abaixo dos 6 anos. Quem eram levadas a essas escolas comunitárias para receber atendimento educacional, alimentação e cuidados básicos. Ao estarem assistidos por esses estabelecimentos, essas crianças estavam “livres” das ruas e seus pais podiam trabalhar. Ou seja, ainda que fosse uma educação com déficits na qualidade era muito importante, pois ajudava os moradores a ter onde deixar as crianças.

Ao longo desse estudo, observou-se que os convênios mantidos com os órgãos públicos exigiam certa petulância por parte dos responsáveis pelas escolas e esses auxílios também contribuíram para que esses estabelecimentos seguissem funcionassem. Esses convênios exemplificam uma das formas, que o Estado apoiava a educação das crianças sem tomar a responsabilidade para si. E mesmo assim, essas ajudas eram insuficientes o que levava a comunidade a tentar solucionar os problemas dessa educação a fim de compensar as carências dessas crianças.

A educação disponível nessas entidades tinha consideráveis problemas relacionados à falta de condições e de organização por parte das mesmas e do Estado, apesar disso era a educação que estava ao alcance e que estava disseminada na periferia da capital paraense. De forma que compreender os processos de organização dessas comunidades para a formação dessas entidades além do posterior processo de institucionalização dessas entidades pelo poder público, transformando-as em escolas municipais ou estaduais mostra-se como um elemento que necessita debates e contínuas pesquisas. Além de compreender como essas diferentes instituições apoiadas pelo governo federal por meio da LBA conseguiram lidar com o processo de extinção dessa instituição (em 1995).

Em Belém do Pará, a população da periferia estava desassistida no que diz respeito a uma educação pré-escolar com qualidade. E essas escolas comunitárias são o reflexo dessa falta de atenção do Estado para com o público infantil, que mediante a necessidade de vagas e de cuidados eram colocados nessas pré-escolas comunitárias para que tivessem acesso a essa educação empobrecida, mas com grande valor para essas famílias e usuários.

Nesse sentido, os centros comunitários e os clubes de mães fizeram o papel que o Estado não ofertava publicamente. Assim, esses espaços mesmo com lutas diárias para se manter tinham importância para essas crianças, pois eram onde elas passavam boa parte de seu tempo e ali recebiam educação, alimentação e certos cuidados que não teriam se ficassem em seus lares.

Ademais, cabe destacar que esse trabalho possui importância significativa no que diz respeito aos diálogos que foram estabelecidos em diversos campos como: História da Educação Infantil, História dos Movimentos Sociais, História da Infância, Educação Popular essas discussões juntamente com o uso de fontes jornalísticas, foram encadeadas de forma lógica e visam contribuir para o avanço das pesquisas relativas a infância na Amazônia.

Além disso, permite pontuar, que este foi um dos trabalhos que preencheu certa lacuna no que diz respeito à educação na infância nessa região periférica da capital paraense. Ainda há possibilidades de surgirem pesquisas com essas fontes sobre outros espaços de educação comunitária em outros bairros (Pedreira, Marco, Telégrafo e afins) e outros tipos de públicos (Jovens, mulheres, idosos e afins) que tratam da educação desenvolvida tanto no ambiente da escola tradicional como fora em espaços como as ruas, as igrejas, as praças.

Concluimos, ressaltando que a educação infantil em Belém do Pará ainda necessita de ampliação em seus estudos, frente que essa fase de vida que até a atualidade ainda concentra uma

demanda pela ampliação de vagas nas escolas municipais, na crença de que um dia as crianças terão os seus direitos garantidos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. **Gênero e processo de socialização em creches comunitárias**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 93, p. 12–21, 1995. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/844>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ALBUQUERQUE, Marli Brito M.; KLEIN, Lisabel Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 3, p. 297-305, 1987.

ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de; MELO, Clarice Nascimento de. **Educação e desenvolvimentismo no Pará: as políticas “redentoristas” do governo de Zacarias de Assumpção – 1951 a 1956**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 16, n. 69, p. 76–86, 2017. DOI: 10.20396/rho.v16i69.8648237. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8648237>. Acesso em: 29 ago. 2024.

ALMEIDA, Evandro Mauro Dias de. **Política habitacional em zonas urbanas: o caso do conjunto habitacional Vila da Barca**, em Belém. 2010. Tese de Doutorado.

ALVES, Edivania Santos. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2010.

ALVES, Andre Luiz. **Memória e participação popular no projeto do Una: o presente como expressão do passado**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

ALVES, Laura Maria Silva; ARAUJO, Sônia Maria da Silva. Assistência, proteção e direito à infância em Belém do Pará com a fundação do Ipai (1910-1912). **International Studies on Law and Education**, v. 22, p. 29-38, 2016.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANDRADE, Rosimeire Costa. A espera e a ociosidade na rotina das creches comunitárias de Fortaleza no período de adaptação das crianças. **Linguagem e Educação da Criança**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

ARAUJO, Ana Lúcia. **A Criança como Sujeito de Direito: as interfaces das instituições comunitárias nas políticas de educação infantil**. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

ARAUJO, Gilvana Costa. **Concepções e práticas de alfabetização de professores sobre alfabetizar na pré-escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2022.

ARGUELHES, Delmo de Oliveira Torres. A NARRATIVA LOCAL DIANTE DO GRANDE EVENTO. Resenha do livro: PEDREIRA, Flávia de Sá (org). Nordeste do Brasil na II Guerra

Mundial. São Paulo: LCTE, 2019, 340 p. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**, v. 11, n. 22, 2020.

BACELAR, C. Fontes Documentais. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, C. B.(Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

BARATA ZICMAN, R. **HISTÓRIA ATRAVÉS DA IMPRENSA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 4, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 25 jun. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, José D.'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Editora Vozes, 2023.

BARTHES, Roland et al. A mensagem fotográfica. **O óbvio e o obtuso**, p. 11-25, 1990.

BOSCOLO, Gianni. **As ONGs e os desafios a seus processos identitários : pressões externas e inserção na educação comunitária das comunidades periféricas de Salvador**. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR Biblioteca Depositária: Biblioteca da FAGED e Biblioteca Central da UFBA, 2006.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **História da SEMEC**, 2024. disponível em: <https://semec.belem.pa.gov.br/institucional/historia-da-semec/#:~:text=Para%20promover%20o%20ensino%20b%C3%AAsico,04%20de%20outubro%20de%201968>. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Mensagem apresentada à câmara municipal pelo prefeito Cel. Nélio Dacier Lobato**, biblioteca da FCP, Belém, 1971.

_____, Prefeitura Municipal de. **Mensagem apresentada à câmara municipal pelo prefeito Cel. Nélio Dacier Lobato**, biblioteca da FCP, Belém, 1973.

_____, Prefeitura Municipal de. **Mensagem apresentada à câmara municipal pelo prefeito Cel. Nélio Dacier Lobato**, biblioteca da FCP, Belém, 1974.

_____, Prefeitura Municipal de. **Mensagem apresentada à câmara municipal pelo prefeito Coutinho Jorge**, biblioteca da FCP, Belém, março de 1988.

_____, Prefeitura Municipal de. **Mensagem apresentada à câmara municipal pelo prefeito**, biblioteca da FCP, Belém, 1992.

_____, Prefeitura Municipal de. **LEI DE CRIAÇÃO DA FMAE, BELÉM**, 1986.

BOLETIM DO PRIMEIRO CONGRESSO DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA. Departamento Nacional da Criança, Rio de Janeiro, 1922.

BRASIL, Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Dispõe sobre ensino do 1º grau no Brasil. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm#:~:text=Art.,o%20exerc%C3%ADcio%20consciente%20da%20cidadania. Acesso em: 17 jun 2024.

BRASIL. Artigo 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BURKE, Peter. **A escrita da história.** Unesp, 1992.

CALLOU, Maria L. **A Instituição Pia Nossa Senhora Das Graças: Assistência E Educação De Crianças Pobres, Órfãs E Abandonadas Em Belém (1943-1975).** Dissertação do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPA. Belém-Pa, 2016.

_____. **A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a Formação Feminina Salesiana no Instituto Dom Bosco em Belém do Pará: entre a educação, a religião e o trabalho (1935–1942).** Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPA. 2023.

CAMPOS, Maria Machado Malta. Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 53, p. 21-24, 1985.

_____. As organizações não governamentais e a educação pré-escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 67, p. 17-22, nov. 1988. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010015741988000400002&lng=pt&nrn=iso>. acesso em: 27 jun 2024.

_____. As lutas sociais e a educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 79, p. 56-64, 1991.

CARLOS, N. L. S. D. .; MENESES, R. M. de .; MEDEIROS NETA, O. M. de. Law no. 5,692 of 1971 and the Education Guidelines and Basics Law no. 9,394 of 1996: approaches and distances in the organization of education in basic education. *Research, Society and Development, [S. l.]*, v. 9, n. 10, p. e6679109181, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9181. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9181>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CARNEIRO, Moaci Alves. **Educação comunitária: faces e forma**, Ceneac, Petrópolis, 1985.

CARVALHO; C.H; ARAÚJO; J.C; NETO, W.G. **Discutindo a história da educação; a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950).** In: Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa./ José Carlos Araújo e Décio Gatti Júnior (orgs.)- Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

CASTRO, Mayara Alves de; SOUSA, Alba Patrícia Passos de. **História das creches no Brasil até a Constituição de 1988.** UFC, 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).

CHAGAS, Camilla P. **A Educação No Pará Republicano Na Revista “O Ensino” (1918-1919).** Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPA, 2022.

COHN, Amélia. Políticas Sociais e a pobreza no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, 1995.

CORREA, Ranna Mirthes Sousa. **Lutas por creches, lutas do cotidiano: cuidado e moralidades no ativismo de mulheres no Morro da Polícia**. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária, 2022.

COSTA, Larissa Marinho. **Movimentos Sociais Urbanos Nos Espaços Da Participação Popular: atuação e organização**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

COSTA, Tatiana Gonçalves. **Movimentos sociais e direito à educação infantil em São Gonçalo: perspectivas e dilemas da política de convênios entre poder público e creches comunitárias**. Dissertação de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

CRUZ, Fábio. O LIBERAL: 75 anos de tradição em jornalismo em vários formatos. **O Liberal**, Belém, 15. nov. 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/o-liberal-75-anos-de-tradicao-em-jornalismo-em-varios-formatos-1.459959> Acesso em: 23 jun 2023

CRUZ, Sandra H. **Movimentos Sociais e construção do espaço urbano em Belém o bairro da Sacramento**. Dissertação de mestrado em planejamento do desenvolvimento do NAEA. UFPA, 1994.

_____. A creche comunitária na visão das professoras e famílias usuárias. **Revista Brasileira de Educação**, p. 48-60, 2001.

_____. Fala menino! Uma experiência de pesquisa sobre o cotidiano da creche comunitária na perspectiva da criança. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza (CE), ano 24, n. 44, v. 2, p. 20-35, 2002.

_____. Municipalização e financiamento da Assistência Social: notas sobre a experiência de Belém. In: CRUZ, Sandra, Neves, Rosa; QUINTELA, Rosângela. **A reinvenção do Social e a política de Assistência Social em Belém (1997-2004)**. Belém. Paka-tatu, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio; DE GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. Zahar, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. A educação infantil como direito. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**, v. 2, p. 9-15, 1998.

DE ABREU, Waldir Ferreira. **O Trabalho de Socialização de Meninos de Rua em Belém do Pará: Um Estudo sobre a República do Pequeno Vendedor**. Tese de Doutorado. PUC-RIO, 2010.

DE ALBUQUERQUE, Maria Lucimar Miranda. Escola comunitária: a encruzilhada entre a favela e a cidade. **Linhas críticas**, v. 10, n. 19, p. 183-202, 2004.

DE ALBUQUERQUE, Maria Lucimar Miranda. **Escola Comunitária: um atalho dos excluídos na luta pela escolarização dos filhos**. Editora Dialética, 2022.

DE ALMEIDA MOURA, Daniella; SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. **Belém sob o olhar da Sacramenta**. Editora CRV, 2023.

DE MELO, José Carlos. O PROJETO CASULO E A ASSISTÊNCIA A CRIANÇA PEQUENA E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL CONTEMPORÂNEA. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 32, p. 9-19, 2021.

DOS SANTOS, Mônica Cruz Tenório. HISTÓRIA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. **Gestão & Educação**, v. 6, n. 08, p. 64 a 70-64 a 70, 2023.

DOS SANTOS, Maria da Soledade Simeão; MENDES, Isabel Amélia Costa. Projeto Rondon: a metodologia educativo-assistencial de trabalho dos estagiários universitários. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 9, n. 1, p. 124-137, 2005.

DROUET, Ruth Caribe. **Fundamentos da educação pré escolar**. São Paulo: Ática, 1990.

DUARTE, Ana Cristina Santos. **Associação de moradores do Parque São Pedro: uma alternativa para a população no atual contexto sócio-econômico**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2000.

DUARTE, Rute de Jesus. **Associações de moradores como espaços de aprofundamento democrático**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2017.

FERREIRA, Heloisa do Socorro Nóbrega. **Educação Infantil e Participação: um estudo das representações sociais dos pais de uma escola pública municipal de Belém**. Belém, PA, 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2008.

FERREIRA, Andrea Monteiro. **O financiamento da Educação Infantil no contexto do FUNDEB em Belém (PA) – 2010 a 2015**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Belém, 2019.

FERREIRA, Vanessa de Souza. **Creches comunitárias e democracia participativa: novas perspectivas à infância uberlandense (1983-8)**. 2010.f.155. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. 2010.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **A creche comunitária na nebulosa da pobreza**. Cad. Pesqui. [online]. 1994, n.88, pp.18-29. ISSN 0100-1574.

FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta. **Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças "carentes" de 0 a 6 anos de idade.** *Cad. Pesqui.* [online]. 1984, n.51, pp.13-32

FREITAS, Leia G. **Políticas De Assistência, Proteção E Educação À Infância Pobre, Abandonada E Órfã E As Ações Da Prelazia Do Xingu No Município De Altamira – Pará (1970-1979).** Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPA, 2019.

GAIA, William. Dos igapós ao asfalto: memórias e experiências sociais de moradores do bairro da Sacramento - a macrodrenagem como marco temporal. In: MOURA, Daniella de Almeida; SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. **Belém sob o olhar da Sacramento.** Editora CRV, 2023.

GAVA, FABÍOLA. **Espaço e educação infantil: o cotidiano de interações e sentidos em um espaço improvisado.** Dissertação de Mestrado, UINVC, São Mateus, 2015.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** Edições Loyola, 1997.

GRADIM, Anabela. **Manual de jornalismo.** Universidade da Beira Interior/Livros Labcom, 2000.

GUERRA, Denise Moura de Jesus. **Ciências e educação popular comunitária: outros saberes, apropriações outras.** Edufba, 2012.

GUSMÃO, Luiz. **Baixadas em Belém do Pará. Belém-Pa. 9 ago 2023.** Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Baixadas_em_Bel%C3%A9m_do_Par%C3%A1 Acesso em: 11 fev 2025.

HADDAD, Sérgio; GHANEM, Elie. **Projeto Nossa Escola: estudo de caso.** 1993.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro. ed. PUC-RIO: Apicuri, 2016.

JESUS, Raimundo J. **A campanha “Escola Para Todos” movimentos sociais, estado, partidos políticos na transição democrática no Pará.** Dissertação de mestrado em planejamento do desenvolvimento do NAEA. UFPA, 1997.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, p. 9-28, 2009. OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.

KRAMER, Sonia. **O papel social da pré-escola.** Cadernos de pesquisa, n. 58, p. 77-81, 1986.

_____. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KUHLMAN JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista brasileira de educação**, p. 5-18, 2000.

_____. A educação infantil no século XX. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. 3, p. 182-193, 2012.

LIMA, Rosangela Novaes. **As relações intergovernamentais e as políticas educacionais**. (Tese de Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Campinas) , 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. **História das mulheres no Brasil**, v. 2, p. 443-481, 1997.

LIRA, Gecenilda.; COSTA, Lucélida . PROJETO CASULO E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE JURUTI - PARÁ. **Revista Educação e Infâncias** , [S. l.], v. 3, n. 4, p. e-35256, 2024. DOI: 10.21680/2764-6076.2024v3n4ID35256. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoinfancia/article/view/35256>. Acesso em: 14 fev. 2025.

LIU, Emiliano Palmada; PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; GÓES, Washington. Educação popular. **São Paulo: Instituto Paulo Freire**, 2011.

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. A influência do UNICEF e da UNESCO na educação infantil brasileira contemporânea. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 35, p. 126-140, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i35.8639618. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639618>. Acesso em: 14 maio. 2024.

LUCCA, Tânia Regina de. **Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, v. 2, 2005.

LUFT, Schirley. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas**. Annablume, 2005.

MARTINS, Maria Alice. **Escolas Comunitárias: O processo de absorção pelo município do Rio de Janeiro**. Fundação Getúlio Vargas (FGV).(Dissertação Mestrado em Educação), 1994.

MAGALHÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, v. 18, n. 38, p. 81-142, 2017.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. HUCITEC, 2019.

MARQUES, Maria Pascal. **Construção do Campo da Educação Popular no Brasil: História e Repertór**. Mestrado em EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO Biblioteca Depositária: PUC/SP, 2008.

MOURA, Daniella de Almeida; SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. **Belém sob o olhar da Sacramenta**. Editora CRV, 2023.

MOROSINI, M; FERNANDES, C. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. *Educação Por Escrito*, 5(2), 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875> Acesso em: 24 jun 2023

MULLER, Leandro. **Primeira escola municipal de Belém, a Ernestina Rodrigues completa 76 anos com orgulho pela educação**. Semec Belém, 2023. Disponível em: <https://semec.belem.pa.gov.br/blog/2023/06/02/primeira-escola-municipal-de-belem-a-ernestina-na-rodrigues-completa-76-anos-com-orgulho-pela-educacao/>. Acesso em: 25 jun e 2023.

NÓVOA, A. **A imprensa da educação e ensino**. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, M. H. C. (org.). Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11- 31.

NUNES, M. F. R; CORSINO, P.; DIDONET, V. **Contexto histórico da integração e da construção política do direito à educação infantil**. In: Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

OLIVEIRA, Maria Marcia. **Narrativa de Vida de Professoras da Educação Infantil: memórias docentes e identidades em construção**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2022.

ORTOLAN, Karla Tasseli. **Trabalho docente nos Centros de Educação Infantil" e; Naves-Mães" e; uma análise a respeito da precariedade objetiva**. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2016.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. Editora Contexto, 2011.

PEDRO, Joana. Corpo, prazer e trabalho. IN: PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. Editora Contexto, 2013.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros; BEGHIN, Nathalie. Brasil: **os programas federais de alimentação e nutrição no início da década de 90**. Brasília-DF, 1994.

PEREIRA, José. A pastoral da juventude e as lutas populares no bairro da Sacramenta. In: MOURA, Daniella de Almeida; SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. **Belém sob o olhar da Sacramenta**. Editora CRV, 2023.

PIMENTA, Guilherme. **Sacramenta, 90 anos de história**. Belém: Cromos, 2013.

PINHEIRO, Welington. A infância nas páginas de jornal: discussos (re)produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, 2013.

POPPOVIC, A. M.; ESPOSITO, Y. L.; CAMPOS, M. M. M. Marginalização cultural: subsídios para um currículo pré-escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 14, p. 7–73, 1975. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1860>. Acesso em: 3 jun. 2024.

QUADROS, Camila A. **Memória Social E Educação Popular: Um Estudo Sobre O Ponto De Memória Da Terra Firme**. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPA. Belém – Pará, 2018.

RAMOS, Lilian Maria Paes de Carvalho. Educação Social e Educação Popular: o que é, o que faz, o que pretende a educação de rua. **Rio de Janeiro: Amais Livraria e editora**, 1999.

REGIS, Daniel. **Tem mais de um Projeto Rondon no Brasil?. BRASIL DE FATO. Minas Gerais. 03 abr 2024**. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2024/04/03/tem-mais-de-um-projeto-rondon-no-brasil>. Acesso em: 1 set 2024.

RIBEIRO, Marcos; Silva, Edilson. **“Guenta, guenta, guenta! Lá vem a Sacramento”: a sacralidade ressignificada e o cristianismo da libertação na Paróquia de São Sebastião em Belém do Pará**. In: Amazônia, Cultura e Identidades - Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2021.

RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças: **a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Cortez Editora, 2011.

RODRIGUES, Edmilson. O olhar do bairro sagrado para Belém. In: MOURA, Daniella de Almeida; SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. **Belém sob o olhar da Sacramento**. Editora CRV, 2023.

RODRIGUES COSTA, Monica. **Experiências emancipatórias: alternativas políticas e políticas alternativas dos movimentos sociais no Nordeste**. 2006.

RODRIGUES, Giseli Tavares de Souza. **História do clube de mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974-1990)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

ROGER, Chartier. **A História Cultural entre práticas e representações**, Lisboa: Difel, v. 1, p. 12, 1990.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, n. 51, p. 73-79, 1984.

_____. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 82, p. 21-30, ago. 1992.

_____. Crianças pobres e famílias em risco: as armadilhas de um discurso. **Revista Bras. Cresc. Des. Hum.** São Paulo, 1994.

_____. Educação infantil, classe, raça e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 96, p. 58-65, 1996.

_____. A LBA, o Projeto Casulo e a doutrina de segurança nacional. **História social da infância no Brasil**, v. 7, p. 141-161, 1997.

_____. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Caderno de Pesquisa**. [online]. 1999, n.107, pp.7-40.

_____. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 177–194, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643915>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SANTOS, Eliana Santos. Centro Alternativo de Cultura (CAC): Um estudo sobre as relações entre educação-popular e Teologia da Libertação na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2024.

SANTOS, Ingrid. **Educação Popular Na Periferia De Belém: A Experiência Do Coletivo Tela Firme Com As Juventudes**. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPA. 2022.

SCHELBAUER, A. L. **Entre anúncios e artigos: registros do método de ensino intuitivo do jornal A Província de São Paulo (1875-1889)**. In: História da educação pela imprensa/ Analete Regina Schelbauer, José Carlos Souza Araújo(orgs.).- Campinas- SP: Editora Alínea, 2007.

SEMINOTTI, Jonas José. **Participação Política & Fé: O Papel da Igreja na formação das Organizações Sociais Populares Região do Alto Uruguai do RS (1974-1990)**. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central, 2007.

SILVA, Edilson. Do púlpito ao parlatório: o bairro da Sacramento - a gênese de mandatos populares e suas reverberações na sociedade. In; MOURA, Daniella de Almeida; SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. **Belém sob o olhar da Sacramento**. Editora CRV, 2023.

SILVA, Nádia R. **A organização comunitária no bairro do Jurunas na década de 80**. especialização no curso de cidades na Amazônia: história, ambiente e cultura. NAEA- UFPA, 2008.

SOFIATI, Flávio M. **JOVENS EM MOVIMENTO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA PASTORAL DA JUVENTUDE DO BRASIL**. Mestrado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, SÃO CARLOS Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar, 2004.

SOUZA, Carolina Bratfisch Prado de. **Configurações organizativas na busca por melhores condições de vida: o centro de educação popular. Reivindicações ao atendimento.** Mestrado em PSICOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: IPUSP, 2008.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; (et. al). **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SUSIN, MARIA OTILIA KROEFF. **A qualidade na Educação Infantil Comunitária em Porto Alegre: estudo em quatro creches conveniadas.** Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: SETORIAL DA EDUCAÇÃO, 2009.

TEIXEIRA, Helita Carla. **A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, . 2014.

TEIXEIRA, Wagner S. **Educação em tempos de luta: História dos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958 - 1964).** Doutorado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI, Biblioteca Central do Gragoatá - UFF, 2008.

TIRIBA, Léa. **Recriar a vida... reinventar a pré-escola:(buscando caminhos para a pré-escola popular).** Tese de Doutorado. FGV, 1988.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança Instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal.** Foi ratificado por 196 países, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em: 23 mai 2024.

VIEIRA, Livia Maria Fraga; MELO, Regina Lúcia Couto de. A creche comunitária “Casinha da Vovó”: Prática de manutenção/Prática de Educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 62, p. 60-78, 1987.

ZANLORENZI, Claudia M. História da educação, fontes e a imprensa. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 40, p. 60-71, 2010.

Jornais

Jornal O Liberal, Jornal dos Bairros. Sacramento, Pedreira, Telégrafo, Val-de-Cães, Julho a Dezembro de 1990, CENTUR, 2023.

Jornal O Liberal, Jornal dos Bairros. Sacramento, Pedreira, Telégrafo, Val-de-Cães, Janeiro a Abril de 1991, CENTUR, 2023.

Jornal O Liberal, Jornal dos Bairros. Sacramento, Pedreira, Telégrafo, Val-de-Cães, Maio a Agosto de 1991, CENTUR, 2023.

Jornal O Liberal, Jornal dos Bairros. Sacramento, Pedreira, Telégrafo, Val-de-Cães, Setembro a Dezembro de 1991, CENTUR, 2023.

Jornal O Liberal, Jornal dos Bairros. Sacramento, Pedreira, Telégrafo, Val-de-Cães, Fevereiro a Dezembro de 1989, CENTUR, 2023.

Jornal O Liberal, Jornal dos Bairros. Sacramento, Pedreira, Telégrafo, Val-de-Cães, Abril a novembro de 1987, CENTUR, 2023.